



revista Ensaaios

ISSN 2175-0564



20

Revista do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e das graduações em Sociologia e Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (RJ).

Comissão Editorial

Editor Responsável

Valter Lúcio de Oliveira

Editor Adjunto

Leandro Cabral de Almeida

Editores Executivos

Daniela Torres Teixeira

Heitor Martins Guimarães

Danielle Pereira Paiva

Clerislânia de Albuquerque Sousa

Editores Assistentes

Oberdan da Silva Leite Ribeiro

Marcelo Rocha

Stefany Ciolfi Souza

Leila Marimbondo Barboza

Luiza Melo

Joaõ Estevam dos Santos Filho

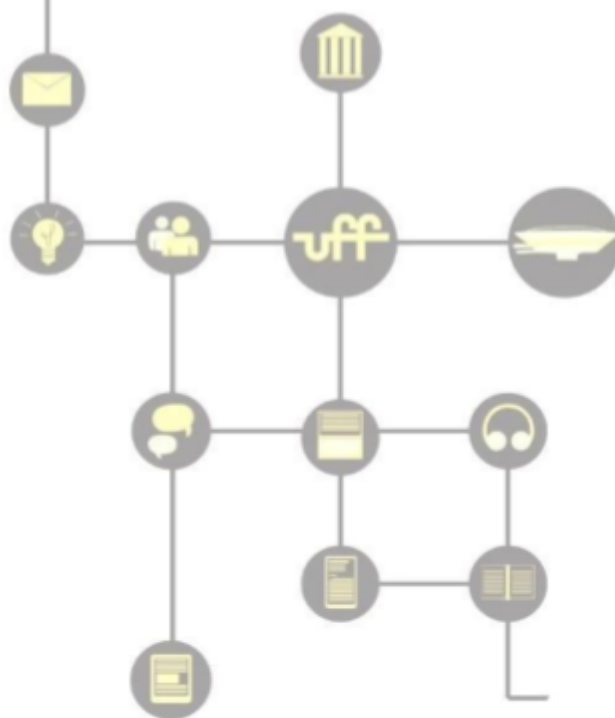
Matheus Almeida

Matheus Moura

André Viana

Consultor Editorial

Carlos Douglas Martins Pinheiro
Filho



Revisão Textual

Danielle Pereira de Oliveira Paiva

Heitor Martins Guimarães

Marcelo Rocha

Revisão Técnica

Daniela Torres Teixeira

Editoração Eletrônica - Diagramação e Capa:

Daniela Torres Teixeira

Heitor M. Guimarães

Stefany Ciolfi Souza

Leandro Cabral de Almeida

Leila Marimbondo Barboza

Luiza Melo

Revista Ensaios

Revista Eletrônica do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e das graduações em Ciências Sociais e Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Website:

<https://periodicos.uff.br/ensaios>

Redes Sociais:

[instagram.com/revistaensaios/](https://www.instagram.com/revistaensaios/)

[facebook.com/revistaensaios](https://www.facebook.com/revistaensaios)

twitter.com/revistaensaios

Contatos:

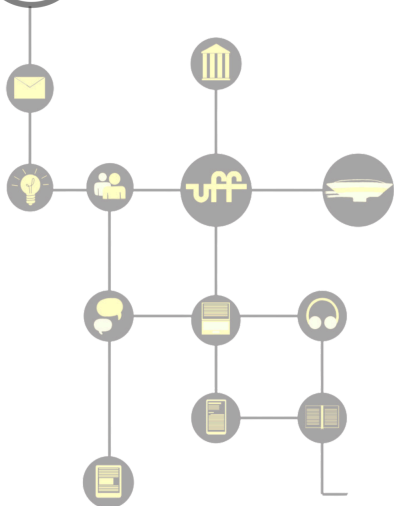
revistaensaios.uff@gmail.com

Endereço Postal:

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Campus do Gragoatá, Bloco O. Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis. S/N. São Domingos, Niterói – RJ CEP: 24210-201.



REVISTA ELETRÔNICA ENSAIOS
Publicação eletrônica
Niterói - v.20, 144p. – jan-dez, 2022.



Editorial

Leandro Cabral de Almeida
Editor-adjunto

O trabalho de um periódico científico é fundamental para o desenvolvimento da ciência, da cultura e da educação de um país. As revistas científicas possibilitam que os resultados de pesquisas sejam avaliados por pares, divulgados para a comunidade acadêmica e para a sociedade, além de permitir a criação de espaços para a publicização do debate científico e sua preservação. Por outro lado, é também um instrumento essencial para a mensuração das pesquisas realizadas e para a elaboração de novos estudos. Durante a pandemia de Covid-19, ficou evidente que a divulgação do conhecimento científico é um fator imprescindível de redução de danos (de diversos tipos). No entanto, são inúmeros os desafios colocados à comunicação científica no Brasil, assim como à pesquisa e ao ensino. Majoritariamente, o trabalho editorial é realizado de forma não remunerada por professores e alunos de graduação e de programas de pós-graduação de universidades públicas, contando com baixo financiamento público e ausência de planejamento estratégico para seu funcionamento e custeio em longo prazo. Recentemente, o corte orçamentário para programas de apoio à editoração científica se mostrou fonte de pressão e ameaça à preservação de muitas revistas científicas.

Enfrentamos problemas da mesma ordem, que geraram acúmulos de dificuldades ao trabalho editorial da Ensaaios, sobretudo com a saída de muitos editores, importantes, envolvidos com processos de qualificação e defesa, de seleção para o mestrado e doutorado ou que estão em período de conclusão de curso. Como a maior parte das revistas discentes do país, realizamos um trabalho colaborativo, tendo que se desdobrar entre muitas demandas e lidando cotidianamente com poucos recursos. Lamentavelmente, essa situação afetou profundamente diversos aspectos de nosso periódico. Gostaríamos de publicamente pedir desculpas pelo atraso no processo editorial e pelas dificuldades recentes que afetaram a revista, seus autores e comunidade acadêmica.

No entanto, a Revista Ensaaios está passando por um processo de reorganização de suas atividades editoriais. E como

resultado desse trabalho, estamos publicando o volume 20, ora apresentado. Somos gratos pelo apoio concedido pelas professoras Carolina Zuccarelli e Juliana Vinuto (coordenadoras do PPGS-UFF), mas também pelo professor Valter Lúcio de Oliveira (novo Editor-chefe da Ensaio). Contudo, tal empreitada não seria possível sem o generoso empenho dos editores, antigos e novos, especialmente, Daniela Torres, Danielle Pereira, Cleris Albuquerque, Stefany Ciolfi, Luiza Melo, Leila M. Barboza, Heitor Guimarães, Marcelo Rocha e Oberdan Ribeiro.

O volume atual é composto por cinco artigos originais, quatro ensaios (um ensaio em língua estrangeira), um relato de experiência, três resenhas (duas resenhas do Edital de parceria com a editora EDUSP) e três poesias. Abrindo a seção de artigos originais, ***A produção do Outro dentro e além das fronteiras: o “árabe” como uma ameaça à civilização***, de Alberto Luis Silva, aborda a construção discursiva do árabe ou do muçulmano, o “outro”, como um inimigo público tanto interno às fronteiras nacionais quanto externo aos limites do “Ocidente”. Nesse caso, mobilizando referenciais teóricos de Edward Said, mas especialmente de Judith Butler e Herving Goffman, para compreender como esse processo reforça uma identidade europeia (mas também estadunidense e ocidental) associada à ideia de progresso e de civilização em detrimento do “outro”, desumanizado, estigmatizado, com vistas à justificar a exclusão e retirada de direitos de grupos sociais no âmbito interno e legitimar guerras e empreendimentos neocoloniais (expansionistas e racistas) no Oriente Médio.

Na sequência, Juber Marques Pacífico nos apresenta ***A influência das elites na manutenção das desigualdades sociais no Brasil***, um importante trabalho sobre a trajetória das desigualdades sociais, a partir de uma análise histórica da forma como as elites mobilizaram e se beneficiaram com o processo de naturalização das desigualdades, incidindo sobre as instituições, sobretudo estatais, a fim de manter o controle da ordem social e preservar seus privilégios e interesses. Recorrendo a autores como Jessé Souza, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, o estudo proposto nos ajuda a compreender os mecanismos pelos quais as elites historicamente investem na constituição de bloqueios às transformações sociais profundas da sociedade brasileira.

No centenário da antropóloga Berta Ribeiro, companheira de vida e de antropologia de Darcy Ribeiro, a autora Bianca Luiza Freire de Castro França nos oferece uma significativa homenagem e análise de seu trabalho em ***Muito mais do que uma esposa: vida-obra de Berta Ribeiro (1924-1997)***. Considerando a vasta bibliografia produzida pela antropóloga, mas também explorando diários e cartas pessoais trocadas com seu companheiro, o artigo coloca em destaque aspectos biográficos importantes do casal, mas demonstra, sobretudo, o processo formativo de Berta e o modo como em sua trajetória firmou os limites entre as convergências e singularidades em relação ao trabalho de Darcy Ribeiro, como em sua valorização dos saberes indígenas, sua cultura material e contribuições para a sociedade brasileira, os significados de cada artefato para os grupos indígenas, as trocas que realizavam e

como, nesse processo, se difundiam crenças, conhecimentos, instituições, técnicas, que muitas vezes manifestavam-se em culturas regionais delineando a forte presença indígena na cultura nacional. Suas diferenças também ficam perceptíveis no recorte teórico-metodológico que empregam - Berta mais etnográfica e reconhecidamente minuciosa, sistematizada e com uma escrita mais organizada e precisa. A autora Bianca França contribui com um processo, ainda em curso, de superação da negligência que recai sobre a importância dada às mulheres cientistas na historiografia das ciências (e na ciência, como um todo). Nesse caso, ressaltando a contribuição de Berta Ribeiro à antropologia e etnografia com suas pesquisas construídas com paixão, mas, sobretudo com rigor, abrangência e extrema generosidade. A autora é responsável ainda pela direção e produção de um documentário sobre a antropóloga brasileira, intitulado "Para Berta, com amor", lançado em novembro de 2023.

O quarto artigo dessa seção, ***A discussão de ética e compromisso etnográfico na obra de Taniele Cristina Rui com usuários de crack em São Paulo e Campinas***, de Beatriz Castelo Branco Maciel, apresenta uma reflexão acerca dos temas segurança e ética no trabalho etnográfico, considerando especificamente o trabalho da antropóloga Taniele Cristina Rui, autora de "Nas tramas do crack: etnografia da abjeção", publicado em 2014. A autora salienta a forma como a antropóloga Taniele Rui optou, em sua pesquisa de campo junto aos usuários de crack e agentes de programas de redução de danos de Campinas e São Paulo, por utilizar da observação participante como estratégia metodológica fundamental. O objetivo é demonstrar a tessitura do processo de reflexividade inerente às dimensões subjetivas e intersubjetivas das relações interpessoais estabelecidas na vivência em campo, elucidando a complexidade da pesquisa antropológica, chamando a atenção para a ética etnográfica que necessariamente deve acompanhar o encontro com o outro e a interpretação e significação de percepções, descrições, emoções, sobretudo ao lidar com uma população tão hostilizada por outros cidadãos, por agentes de políticas públicas e de saúde e pelo próprio poder público.

Encerrando a seção de artigos originais, Bruna Siqueira dos Santos Señorans aborda em ***Aprender a Empreender: Pedagogia das Competências e Acumulação Flexível***, a forma como se estabeleceu um projeto hegemônico para a educação brasileira após o golpe de 2016, com o impeachment ilegítimo da presidente Dilma Rousseff e a crise política que se abriu a partir de então, cujo cerne visa a adequar a reestruturação das políticas educacionais às necessidades do capitalismo de acumulação flexível. Para isso, a autora recorre ao materialismo dialético, mobilizando importantes autores, como Ricardo Antunes, David Harvey, István Mészáros, mas realizando uma análise das legislações vigentes sobre educação e trabalho, da bibliografia sobre o tema, de modo a elucidar os mecanismos como os projetos de reforma do ensino médio, sobretudo, com a inserção da "pedagogia das competências", o desenvolvimento de "subjetividades flexíveis" e a promoção de itinerários formativos voltados ao ensino do empreendedorismo atendem a

necessidade de associação entre a formação educacional e a superexploração do trabalho, como um processo intrínseco à reestruturação do capitalismo em tempos de exacerbação de sua crise estrutural, de avanço da agenda neoliberal e da constituição de uma nova morfologia do mundo do trabalho, marcada pela intensificação da informalidade e precariedade.

A segunda parte da revista, dedicada aos ensaios, apresenta quatro trabalhos, iniciando com ***A montanha a se escalar: um ensaio sobre o mito de Sísifo, fantasmagoria, fetichismo e música da corrente dominante***, de Gabriel Luz Siqueira de Aquino Vieira. Uma análise da relação estabelecida entre artistas musicais da corrente dominante e público, mobilizando o conceito de fetichismo da mercadoria, de Karl Marx, mas também de fantasmagoria e aura, de Walter Benjamin, propondo uma reflexão crítica sobre os mecanismos pelos quais a indústria musical (capitalismo) obscurecem o valor de uso da mercadoria, o processo de fetichismo e a alienação do público. Um estudo que utiliza a alegoria do mito de Sísifo, de Albert Camus, para conduzir a análise. O que é feito de modo muito pertinente. Em ***Os Papangus de Beberibe: cultura popular, riso e hibridismo***, de Pedro Pereira do Nascimento, encontramos reflexões que ressaltam elementos fundamentais da cultura popular do nordeste, a partir da análise da manifestação tradicional dos Papangus de Beberibe. Trata-se de pessoas que se travestem, usam máscaras e chicotes, e saem pelas ruas em cortejos realizando brincadeiras com as pessoas que encontram pelo caminho, especialmente durante a Semana Santa, em comunidades do litoral leste do Ceará. O autor maneja os conceitos de cultura popular e hibridismo, recorrendo a autores como Mikhail Bakhtin, Néstor Canclini e André Gago, entre outros, para explorar os traços que compõem essa manifestação cultural tão rica e intrigante do nordeste. William Guimarães de Carvalho Costa, nos brinda com o ensaio ***A utilização de um simulador para o ensino do processo do efeito estufa, apoiado pela teoria de desenvolvimento de Jean Piaget***. Um trabalho que versa sobre o emprego de metodologias, recursos, tecnologias, computadores, internet em atividades didáticas para o ensino de ciências. O autor parte de preocupações que surgiram no contexto da pandemia, período no qual os educadores tiveram que lidar diretamente com a realidade de “isolamento social” e tais ferramentas mostraram-se uma alternativa de reduzir os danos que a pandemia infringia sobre a relação ensino-aprendizagem. Ou seja, partindo da própria realidade de professor, mas também de pesquisador, William Costa empreende uma análise do uso de um simulador virtual para o ensino do processo do efeito estufa, recorrendo à teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget e ressaltando as contribuições e potencialidades de tal proposta. Encerrando nossos ensaios, recebemos a contribuição da professora Greys Nuñez Ríos, da Universidad de la Costa (Colômbia), com ***Hacia un ecosistema de gestión educativa intercultural: Una perspectiva desde la política pública para la calidad de la educación***, que discorre sobre a forma como ações concretas voltadas para possibilitar o acesso à educação de qualidade com igualdade e equidade podem gerar nos parâmetros da cidadania, pelo papel humanizador que desempenham, promovendo coesão e convivência

harmoniosa, interculturalmente, sobretudo. Partindo da análise de políticas públicas, a autora propõe a criação de um “ecossistema de gestão educacional intercultural” que sirva de referência para o desenvolvimento de teorias e práticas políticas voltadas ao fomento da qualidade da educação, capaz de superar desigualdades, reconhecendo e reforçando diversidades, mas especialmente criando oportunidades e pilares para a constituição de uma visão holística e étnica à gestão educacional.

No presente volume, temos ainda um relato de experiência, elaborado por Henrique da Costa Valério Quagliato, editor-chefe da Revista Sociologias Plurais, intitulado ***Uma empreitada tateante: notas sobre o IV Fórum de Revistas Digitais de Discentes em Ciências Sociais***, na qual é exposto o processo de organização de uma estrutura de publicação na forma de um periódico na área de Ciências Sociais e Sociologia, na Universidade Federal do Paraná, empreitada iniciada por discentes do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da referida instituição, ainda em 2012. Contribuição muito importante por compartilhar inquietações, dificuldades, estratégias e conquistas enfrentadas por muitas revistas científicas no país.

E, por fim, essa edição traz ainda três resenhas e três poesias. Uma resenha elaborada por Sérgio Ricardo Alves Oliveira, intitulada ***Como Pensam os ‘Nativos’: o capitão Cook como Lono e a história***, do importante livro de Marshall D. Sahlins, “Como pensam os “nativos”: sobre o capitão Cook, por exemplo”, republicado pela editora EDUSP. E como desdobramento de uma parceria da Revista Ensaios com a EDUSP, apresentamos a resenha de Pablo Emmanuel Romero Almada, atualmente pesquisador de Pós-Doutorado no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP) e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, da UNESP. ***Violência, autoritarismo e memórias na Literatura Brasileira***, apresenta o livro “Crítica em Tempos de Violência”, de Jaime Ginzburg, um inovador trabalho sobre a relação transversal entre formas de violência e literatura. E ***Quais os limites da racionalidade na relação das Instituições Públicas com os cidadãos em países do Sul Global?***, de Felipe Vidal Benvenuto Alberto, é uma resenha do livro organizado pelo renomado cientista político brasileiro, José Álvaro Moisés, “Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?” - também resultado da parceria com a editora EDUSP.

O volume, riquíssimo, por sinal, é encerrado com as poesias do historiador e músico José D’Assunção Barros, autor de ***As formas da escravidão***, de Rafaella Andrade Vivenzio, com ***Arte é luta***, e de Marcelo Souza Marques, que nos apresenta ***Autossabotagem***.

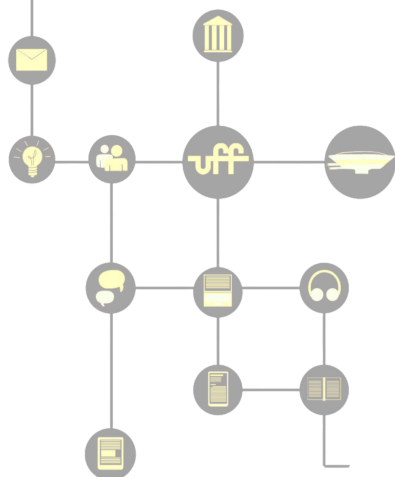
Somos gratos à compreensão e generosidade de nossos autores.

Particularmente, agradeço à equipe editorial da Revista Ensaios pelo companheirismo e empenho dedicado ao trabalho com a presente edição!

Boa leitura!

Sumário

EDITORIAL	3
ARTIGOS ORIGINAIS	9
A produção do Outro dentro e além das fronteiras: o “árabe” como uma ameaça à civilização – <i>Alberto Luis Silva</i>	9
A influência das elites na manutenção das desigualdades sociais no Brasil – <i>Juber Marques Pacífico</i>	21
Muito mais do que uma esposa: vida-obra de Berta Ribeiro (1924-1997) – <i>Bianca Luiza Freire de Castro França</i>	36
A discussão de ética e compromisso etnográfico na obra de Taniele Cristina Rui com usuários de crack em São Paulo e Campinas – <i>Beatriz Castelo Branco Maciel</i>	50
Aprender a Empreender: Pedagogia das Competências e Acumulação Flexível – <i>Bruna Siqueira dos Santos Señorans</i>	59
ENSAIOS	74
A montanha a se escalar: um ensaio sobre o mito de Sísifo, fantasmagoria, fetichismo e música da corrente dominante – <i>Gabriel Luz Siqueira de Aquino Vieira</i>	74
Os Papangus de Beberibe: cultura popular, riso e hibridismo – <i>Pedro Pereira do Nascimento</i>	84
A utilização de um simulador para o ensino do processo do efeito estufa, apoiado pela teoria de desenvolvimento de Jean Piaget – <i>William Guimarães de Carvalho Costa</i>	92
Hacia un ecosistema de gestión educativa intercultural: Una perspectiva desde la política pública para la calidad de la educación – <i>Greys Nuñez Ríos</i>	100
RELATOS DE EXPERIÊNCIA	111
Uma empreitada tateante: notas sobre o IV Fórum de Revistas Digitais de Discentes em Ciências Sociais – <i>Henrique da Costa Valério Quagliato</i>	111
RESENHAS	118
Como Pensam os ‘Nativos’: o capitão Cook como Lono e a história – <i>Sérgio Ricardo Alves Oliveira</i>	118
EDITAL DE RESENHISTAS – EDUSP	126
Violência, autoritarismo e memórias na Literatura Brasileira – <i>Pablo Emmanuel Romero Almada</i>	126
Quais os limites da racionalidade na relação das Instituições Públicas com os cidadãos em países do Sul Global? – <i>Felipe Vidal Benvenuto Alberto</i>	133
POESIAS	138
As formas da escravidão – <i>José D’Assunção Barros</i>	138
Arte é luta – <i>Rafaella Andrade Vivenzio</i>	141
Autossabotagem – <i>Marcelo Soares Marques</i>	143



A produção do Outro dentro e além das fronteiras: o “árabe” como uma ameaça à civilização

Alberto Luis Silva¹

RESUMO: A modernidade se fundamenta na dicotomia entre “bárbaros” e “civilizados”. Este é um dos pontos centrais para a compreensão da diferenciação do árabe enquanto Outro do europeu na perspectiva do sociólogo palestino Edward Said. Nesse sentido, este ensaio tem como objetivo discutir como essa oposição específica se alinha a um duplo movimento: interno às fronteiras nacionais do Ocidente, produzindo o árabe ou muçulmano, enquanto novo inimigo público, e externo às fronteiras nacionais, dando substância às intervenções internacionais que visariam proteger os direitos humanos ameaçados pelo Islã. Para isso, serão mobilizados argumentos teóricos de autores como Judith Butler e Erving Goffman, bem como cenas de embates contemporâneos que expõem a tensão originada por determinadas concepções do multiculturalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Estigma; Árabes; Ocidente; Oriente.

The production of the Other within and beyond borders: the “Arab” as a threat to civilization

ABSTRACT: Modernity is based on the dichotomy between “barbarians” and “civilized”. This is one of the central points for understanding the differentiation of the Arab as an Other from the European from the perspective of the Palestinian sociologist Edward Said. In this sense, this essay aims to discuss how this specific opposition is aligned with a double movement: internal to the national borders of the West, producing the Arab or Muslim, as a new public enemy, and outside national borders, giving substance to international interventions that would aim to protect human rights threatened by Islam. For this, theoretical arguments by authors such as Judith Butler and Erving Goffman will be mobilized, as well as scenes of contemporary clashes that expose the tension caused by certain conceptions of multiculturalism.

KEYWORDS: Stigma; Arabic; Western; East.

¹ Professor voluntário da Universidade de Brasília. Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Sociais da UnB, sendo bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e realizando trabalho na linha de pesquisas Trabalho, Desigualdades e Diferenças. É pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero (NEDIG/CEAM/UnB), do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPEM/CEAM/UnB) e do Núcleo de Pesquisas sobre Instituições e Políticas Públicas (CNPq/UFPI), na linha de investigações sobre teoria política contemporânea.

COMO CITAR: SILVA, Alberto Luis. A produção do Outro dentro e além das fronteiras: o “árabe” como uma ameaça à civilização. In: **Revista Ensaios**, v. 20, jan.-dez., 2022, p. 9-20.

Introdução

Em fevereiro de 2021, a imprensa internacional noticiara a declaração polêmica da ministra da Educação do governo Macron², Frédérique Vidal. A gestora foi a público, em entrevista ao canal de TV francês CNews, para alertar sobre o domínio que o “islamosquerdismo” possuía nas universidades do país. Essa mescla entre o Islã e o ideário progressista estava a gangrenar “toda a sociedade francesa”, o que exigiria uma investigação das instituições de ensino superior a ser posta em curso (RFI, 2021).

A ideia de “islamosquerdismo” não é nova nesse contexto. Trata-se de um conceito derivado da obra do cientista político francês Pierre-André Taguieff e que visa explicar a aliança entre a extrema-esquerda e os movimentos sociais de origem muçulmana, principalmente aqueles que vêm contestando a ocupação da Palestina desde os anos 2000 (*op. cit.*, 2021). Embora à época, as falas de Vidal tenham gerado reação imediata da comunidade acadêmica, seu discurso se situa em um quadro mais amplo de denúncia da “islamização” das instituições, não só na França³, mas em todo o continente europeu, cujos Estados têm recebido, nos últimos anos, amplos fluxos migratórios de indivíduos provenientes do Oriente Médio e do Norte da África.

O medo da “islamização” se fundamenta não apenas no discurso racial acerca dos riscos de descaracterização da cultura europeia, a representação por excelência da cultura ocidental, denúncia ecoada pelos setores à extrema-direita. Baseia-se também no temor da perda das liberdades individuais, tendo em vista que o “árabe”, enquanto o Outro, portaria consigo um projeto político patriarcal de restabelecimento da ordem tradicional de gênero e sexualidade, ameaçando mulheres e outros grupos sociais que vem conquistando algumas prerrogativas nas últimas décadas. Mais recentemente, as imagens dessa ameaça vêm sendo reatualizadas a partir da associação, orquestrada por parte da imprensa do Ocidente, das práticas do Talibã em relação aos direitos das mulheres com as práticas do mundo muçulmano como um todo. Logo, dá-se vazão para que a rejeição ao Islã passe a perpassar inclusive os discursos feministas e que fundamente clamores por intervenções internacionais⁴, a serem organizadas por países de histórico imperial, a fim de fazer cumprir as tratativas de direitos humanos que incluem o respeito à igualdade de gênero.

² Primeiro-ministro francês desde 2017.

³ Em 2020, o assassinato do professor Samuel Paty por um radical muçulmano de origem tchechena já havia colocado as universidades francesas como um alvo de polêmica em função de declaração do ministro da Educação Jean-Michel Blanquer que acusou as instituições de cumplicidade com o terrorismo (RFI, 2021).

⁴ O discurso feminista liberal conjugado a uma semiótica intervencionista reverbera no mundo cultural. A exemplo disso, em dezembro de 2017, a ativista, atriz e cineasta Angelina Jolie publicou um artigo de opinião no jornal britânico *The Guardian* em que reivindicava o papel da OTAN na defesa dos direitos das mulheres (GUARDIAN, 2017).

Desse modo, a contemporaneidade abriga em si a operação discursiva que envolve a articulação de discursos internacionais progressistas e seus desdobramentos (as pautas raciais, ambientais, de gênero e de sexualidade) juntamente à manutenção do caráter neocolonial da política internacional, estruturada por meio de blocos centrais de poder. O que pode aparentar contradição, tendo em vista que a imposição do neocolonialismo implica a prática de violências – como observado diante das ações do Estado de Israel na Cisjordânia e em Gaza – na verdade, constitui um dos pilares da semiótica intervencionista que, seja no Iraque seja no Afeganistão ou nos próprios territórios europeus, ajuda a perpetuar a dicotomia entre bárbaros e civilizados que é fundante da modernidade.

Para compreender como é possível a construção dessa semiótica que contrapõe o progresso ao atraso ou o Ocidente ao resto, é necessário retomar as considerações de Edward Said (2007) no tocante à construção do “árabe” como sujeito eminentemente clandestino; ou o selvagem que representaria um risco ao homem “universal”, branco, iluminista e europeu. Como aponta o autor, principalmente a partir do século XIX se constituiu um campo de estudos nos países imperiais responsável por analisar aquilo que caracterizaria a cultura do Oriente, marcada pela insígnia do exotismo e da ferocidade. Dessa forma, definiram-se os *lócus* que estão ao Leste como os seios de um estágio involutivo da humanidade. Inserido no âmbito desse universo oriental mítico e singular, o “árabe” da fantasia ocidental, assim como o “negro”, é ideologicamente posicionado e idealizado a fim de cumprir uma expectativa de rebaixamento naturalmente derivada de atributos “essenciais”.

O orientalismo enquanto “ciência” do império retroalimentou esse processo de objetificação a partir de relatos, obras literárias e descrições que ajudaram a constituir um imaginário social que fundamentasse a necessidade de colonizar e civilizar os territórios ocupados, dominados por povos supostamente aculturados (SAID, 2007). Atualmente, essa tecnologia discursiva se sofisticou, na medida em que as representações do “árabe” enquanto ameaça passaram a ser amplamente disseminadas, de tal modo que proveem, mais uma vez, base para iniciativas militares de dominação geopolítica⁵. Conforme Stuart Hall (2006), em sua retomada da obra de Louis Althusser, a idealização é um dos instrumentos da materialização da ideologia por meio dos processos de enunciação. Nessa direção, a ideologia orientalista hegemônica se concretiza a partir da produção de repertórios linguísticos e de ação, expressos pelos sujeitos em espaços diversos, que acabam por rebaixar hierarquicamente o “estrangeiro”, localizando-o como aquele que não se encontra no mesmo nível ontológico do “europeu”.

⁵ “Um aspecto do mundo eletrônico pós-moderno é que houve um reforço dos estereótipos pelos quais o Oriente é visto. A televisão, os filmes e todos os recursos da mídia têm forçado as informações a se ajustar em moldes cada vez mais padronizados. No que diz respeito ao Oriente, a padronização e os estereótipos culturais intensificam o domínio da demonologia imaginativa e acadêmica do ‘misterioso Oriente’ do século XIX.” (SAID, 2007, p.38).

Trazendo um olhar microssociológico para a questão das expectativas em relação a esse outro, que circula entre fronteiras despertando o medo do “terror”, pode-se remeter a Goffman (1980) e sua compreensão dos processos de estigmatização que marcam as relações sociais, separando os “normais” daqueles tidos como “anormais”, em geral pertencentes aos grupos subalternizados. Segundo o sociólogo estadunidense, o olhar daquele que se situa em uma posição de vantagem produz uma série de expectativas acerca dos comportamentos dos que carregam um estigma, o que acaba por estabilizar posições e imagens determinadas para quem ocupa o lugar da alteridade. Isso não significa que mediante processos de identificação cotidiana esses sujeitos serão apenas “dominados”, já que podem ocupar alternadamente papéis de normalidade ou não. Perpassam por esses fenômenos os dilemas do reconhecimento e da intersubjetividade, pois é a partir de atos de cognição e de comunicação que se percebe que aquele com quem se interage ou não é “diferente” do tipo ideal que encarnaria as normatividades (GOFFMAN, 1980).

Socialmente, os sujeitos incorporam representações específicas do “eu” quando se veem mediante uma ou mais pessoas em situações distintas (GOFFMAN, 2014). Pensando a partir de uma ótica generificada clássica, uma mulher adulta qualquer, por exemplo, pode ser a “mãe”, a “esposa”, a “filha”, a “trabalhadora” ou a “dona de casa”. A um homem adulto qualquer, por sua vez, cabem as possibilidades de ser o “pai”, o “marido”, o “filho” ou o “provedor”. Em cada uma dessas ocupações, como em um teatro, alteram-se os conteúdos representacionais, de forma que os gestos, os aparatos discursivos e estéticos, os locais de interação e mesmo as expressões faciais podem diferir significativamente entre um papel e os demais (*op. cit.*).

O que se altera nas regras de representação quando há o reconhecimento de um “anormal” a partir do olhar de um “normal” é o fato de que ainda que o indivíduo subalternizado não interprete o papel que a ele se fixou em uma dada sociedade, o mesmo acaba por ser infligido pelas consequências das expectativas construídas em cima dos processos de estigmatização. Ou seja, mesmo que no teatro social, o indivíduo “negro”, “deficiente” ou “homossexual” não seja para a plateia aquilo que dele se espera, isso não impede que se mantenham vivas expectativas que o atingem, perpetuando as hierarquias entre grupos distintos.

Logo, os processos de estigmatização se alinham com a manutenção de estruturas que se configuram continuamente a partir das práticas dos agentes⁶. Reaproximando essas considerações do caso europeu, em que se dá a contínua similaridade do outro “árabe” com a barbárie, o foco desse ensaio é produzir analisar teoricamente o modo como essas ferramentas de diferenciação tem produzido um pânico permanente em sociedades anteriormente marcadas pela homogeneidade

⁶ Com base em Bourdieu (1983), para compreender a reprodução social é necessário intermediar os níveis estrutural e social a partir da análise de como as práticas sociais – resultantes da interação entre *habitus* e contexto – contribuem para a consolidação de estruturas objetivas.

racial e que, nas últimas décadas, tem se visto diante de uma agenda de integração cultural que produziu conflitos no campo político. Ademais, a partir dessa mesma diferenciação, mantêm-se operantes as políticas imperiais que permitem a distinção entre centro e periferia no capitalismo. Contemporaneamente, é com base no medo do “muçulmano” que se reatualiza o orientalismo apontado por Edward Said, com o acréscimo de que debates emergentes relativos ao drama do reconhecimento são colocados em colisão com a convivência com o Islã. Em função dessa máxima, além do diálogo com autores da teoria sociológica do último século, esse texto se pauta em trazer cenas de embates que exponencializem o cruzamento entre racismo, colonialismo e instrumentalização dos direitos humanos.

Desenvolvimento

As sociedades ocidentais têm sido marcadas pelo multiculturalismo, que Stuart Hall (2006) define como a gestão da convivência social das diferenças. Em linhas gerais, ele é resultante de três fatores principais: o colapso dos antigos impérios europeus e a fundação de Estados multiétnicos; o fim da Guerra Fria e o surgimento de conflitos no Leste da Europa; e a globalização contemporânea com a sua conseqüente conformação da diferença (HALL, 2006). Tal processo, embora com causas comuns, não é uno e tem produzido diferentes entendimentos teóricos e políticos.

Primeiramente, pode-se falar em um multiculturalismo conservador, que se caracterizaria pela ideia de que os grupos minoritários devem ser assimilados à cultura dominante. Em segundo lugar, subsiste uma concepção liberal na qual os diferentes grupos sociais devem ser integrados a partir de uma noção universalista de cidadania. Por sua vez, uma concepção multiculturalista pluralista concebe os grupos sociais como portadores de direitos próprios, relativos às suas especificidades culturais (*op. cit.*)⁷.

Por fim, tem-se mais duas formas de multiculturalismo, presentes na teorização de Hall: uma vertente revolucionária e uma vertente comercial. Enquanto a primeira estaria ligada à inclusão de grupos minoritários conforme um projeto de resistência às estruturas, a segunda se associaria à incorporação das diferenças no âmbito privado através do consumo (HALL, 2006). Ainda que diverso, o multiculturalismo, aponta o autor, é criticado por diversas correntes do espectro político. Ao pôr em xeque a neutralidade do Estado liberal, fundamentado na igualdade civil, este tensiona o lugar dos sujeitos na vida social, ressaltando a diferença a fim de produzir a equidade. No caso em que a igualdade se encerra em um caráter formal, o universalismo entra em choque com os particularismos étnicos dos grupos sociais que reivindicam demandas

⁷ O caso da Bolívia pós-presidência de Evo Morales ilustra esta perspectiva, na medida em que a última Constituição promulgada no país, em 2009, reconhece os direitos das diferentes etnias indígenas que convivem no mesmo território, tornando-o um Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário.

de acordo com as formas de sujeição sofridas (*op. cit.*). Hall traz à tona o caso do Reino Unido, país no qual se radicou, e que a partir da estrutura do *Welfare State* tentou conciliar a diversidade cultural e as questões coletivas que essa acarreta junto à preservação da universalidade das normas.

O multiculturalismo também desestabiliza a noção de “bem comum” ao colocar em cena em uma mesma comunidade a convivência de ideais sociais conflitantes, o que não significa que as culturas estejam ensimesmadas, havendo processos de hibridização que fazem com que elementos pertencentes ao “outro” sejam incorporadas ao “eu” com o decorrer da história. Nessa direção, o hibridismo cultural conjuga as tradições com formas de tradução, destituindo de sentido apontamentos que atribuem imutabilidade à ordem da cultura (HALL, 2006). A noção de *différance* herdada do filósofo Jacques Derrida ajuda a entender esses fluxos multiculturais, ao indicar que os conceitos se significam em uma cadeia de equivalências na qual a relação com aquilo que é externo é constante. Ou seja, as significações seriam antes de tudo negações daquilo que não se é: o “negro” como negativo do “branco”; a “mulher” como negativo do “homem”; o “Oriente” como negativo do “Ocidente”. Nesses respectivos pares, a presença de um dos termos liga-se à existência do outro, produzindo binarismos hierárquicos com consequências políticas nas trajetórias dos sujeitos.

A reflexão sobre o multiculturalismo no Ocidente é a reflexão sobre o lugar do indivíduo no Estado-nação. Situar-se no espaço de uma cultura dominante demanda as alternativas das perspectivas multiculturais apresentadas por Hall: assimilação, negação ou incorporação à sociedade na qual o “estrangeiro” passa a se situar. Dessa forma, persiste uma tensão entre o “nacional” e aquilo que está fora dele. No contexto político europeu, esse “nacional” expressa uma matriz racial que remonta ao colonialismo enquanto pilar da formação histórica. A nacionalidade legítima reivindicada nos discursos é produto de uma construção social pautada pela dominação dos povos subalternos. Nesse caso, aqueles que são originários das antigas colônias de impérios como o francês, o inglês, o holandês e o português. O “árabe” ingressa nessa conjunção como um dos atores rebaixados pelo projeto colonial clássico e pelo projeto neocolonial que, contemporaneamente, mantém a expropriação dos países periféricos. Fugindo dos conflitos e da miséria gerados por intervenções políticas externas no seu estado de origem, esse mesmo “árabe” agora se projeta como “fantasma” que ocupa o território da ex-metrópole.

Ao inserir-se nesse espaço no qual se torna “outro”, o estrangeiro expõe-se com gestos, adornos e modos de compreensão distintos que o tornam ameaçador. Seus símbolos culturais passam a ser *per se* imagens daquilo que deseja se expelir do projeto moderno. Em 2004, na França, durante o governo do primeiro-ministro Jacques Chirac, os véus islâmicos utilizados por mulheres muçulmanas foram proibidos nas escolas. Essa medida foi acompanhada pela proibição da discricionariedade em cursar as

disciplinas de educação sexual e educação física por motivos religiosos, e a punição a atos de negação do Holocausto nas instituições de educação. À época, a justificativa dos parlamentares franceses incidia sobre a ideia de preservação da laicidade do Estado, tendo em vista o crescimento de episódios de racismo e antissemitismo nas salas de aula, em um país com grande contingente tanto de muçulmanos quanto de judeus (FOLHA, 2004). Importa notar que o objeto “véu”, nessa quadra histórica, se associara ao fundamentalismo religioso e à opressão das mulheres. A estigmatização dos sujeitos árabes produziu a estigmatização dos itens que esses carregam e que servem para representar as suas tradições. Importa notar também a desconsideração para com o tema da islamofobia da nova legislação, embora o antissemitismo tenha, positivamente, sido considerado. Pelo contrário, o Estado mesmo se encarregara de retomar estereótipos acerca do Islã.

Dessa forma, pode-se dizer que o colonialismo não é apenas econômico e político. Para Edward Said (2011), trata-se de um fenômeno que incide na ordem do “cultural”. A exemplo disso, basta mencionar que as imagens criadas nos universos da ficção e da não ficção produziram imaginários que ajudaram a justificar o horror a tudo aquilo que remete a determinadas populações. Nessa toada, em sua obra *Cultura e Imperialismo*, o intelectual palestino expõe que obras literárias escritas no contexto imperial serviram para consolidar as representações do colonizado como o “selvagem” que se contraporia ao “civilizado”⁸. A selvageria e o fundamentalismo desse subalterno passariam, sobretudo, pelas marcas que constituem a sua cultura. No caso francês, as insígnias negativas do mundo árabe impregnam as vestes da mulher muçulmana que tenta afirmar, em uma sociedade multicultural, o seu espaço, mas que encontra diante de si uma república francesa que inverte a noção de laicidade: de separação entre Igreja e Estado passa-se a um contorno de proibição de determinadas práticas religiosas em nome da manutenção de um ideário de nação e de modernidade que se constroem sem os estigmatizados.

Nessa direção, o “outro” precisa ser legitimado desde a sua aproximação com aquele que o rebaixa, a partir do exercício dos seus micropoderes⁹. Logo, ao tirar o véu, a mulher muçulmana se aproximaria do que se espera de uma mulher francesa: livre de peças e vestimentas que a impedem de exibir o seu corpo, em um movimento que torna a diversidade do vestuário um sinônimo de emancipação. Para além da insustentabilidade empírica, a dicotomia entre bárbaros opressores e civilizados

⁸ O cinema também tem sido prolífico em criar representações do “árabe” enquanto selvagem e terrorista. Said (2007) cita o caso icônico de “Lawrence da Arábia” (1962) do cineasta britânico David Lean. Mais recentemente, o longa “Guerra ao Terror” (2008) da cineasta estadunidense Kathryn Bigelow, vencedor do Oscar de melhor filme, pode ser considerado um monumento à luta dos soldados norte-americanos no Iraque.

⁹ Segundo Foucault, o poder não deve ser entendido apenas em suas formas jurídicas ou políticas, mas sim por meio da maneira como se capilariza e atravessa o tecido social, emanando de diferentes fontes (FOUCAULT, 2016).

garantidores de direitos individuais ignora que os direitos políticos, civis e sociais das mulheres no Ocidente são produtos de lutas sociais que tem resultado em transformações apenas nas últimas décadas, de tal modo que a questão da liberação feminina permanece sendo um tema conflituoso nos países da Europa e das Américas. A defesa da igualdade de gênero perde assim o seu valor substantivo na medida em que é instrumentalizada para reiterar as divisões entre “Oriente” e “Ocidente” como polos do progresso e do atraso, posteriormente fundamentando o discurso neocolonial que reatualiza o “fardo do homem branco” em fazer avançar as “raças inferiores”, e que tem aparecido como raiz das últimas intervenções internacionais em prol dos direitos humanos (ZIZEK, 2010).

Slavoj Zizek, intelectual marxista esloveno, discorre sobre essa problemática no ensaio “Contra os Direitos Humanos”, publicado originalmente na *New Left Review* em 2005. Segundo o filósofo, ao universalizar a noção de direitos¹⁰ a partir de um conteúdo produzido pelo Ocidente, do ponto de vista político abre-se margem para fundamentar ações militares que visam reprimir o Islã a partir de mistificações ideológicas e moralistas elaboradas a respeito da cultura islâmica (ZIZEK, 2010). Tais ações teriam como intenção discursiva produzir o acesso à liberdade de escolha dos povos subordinados às prerrogativas não permitidas nos seus contextos – a exemplo, as mulheres afegãs, antes restringidas em seu livre-arbítrio pelo Talibã, teriam agora contato com as possibilidades que as democracias estadunidense e europeia proveem ao seu público feminino; isso graças à intervenção dos EUA (*op. cit.*). Entretanto, sob o pretexto de oferecer dignidade, os direitos humanos enquanto retórica do poder construiriam um panorama de dominação neocolonial e reatualização de um *modus operandi* imperialista.

Diante disso, a islamofobia serve como base para um duplo movimento por parte dos novos impérios: no interior das fronteiras nacionais norte-americanas e europeias, gera processos de estigmatização e exclusão que fazem com que as populações árabes nos EUA, na França e em países europeus vizinhos ocupem a base da pirâmide social, sendo constantemente criminalizadas enquanto “inimigos públicos” sob um viés racial, quando não deportadas aos seus países de origem, locais dos quais fugiram em função de conflitos produzidos pelas políticas neocoloniais; e fora desses territórios, faz nascer ocupações militares que carregam a bandeira do combate ao terrorismo, dissimulando a disputa geopolítica de recursos importantes para a “riqueza das nações”¹¹ como o petróleo. Nesse sentido, a contraposição entre o “eu” branco e

¹⁰ “Como – em que condições históricas específicas – a universalidade abstrata se tornou um “fato da vida (social)”? Em que condições os indivíduos se experimentam a si mesmos enquanto sujeitos de direitos humanos universais? Aqui reside o ponto central da análise de Marx do “fetichismo da mercadoria”: em uma sociedade na qual predomina a troca de mercadoria, os indivíduos, em sua vida diária, fazem referência a si mesmos e aos objetos que encontram como personificações contingentes de noções universais abstratas” (ZIZEK, 2010, p.26).

¹¹ Parafrazeando o teórico liberal inglês Adam Smith.

civilizado e o “outro” árabe e bárbaro não pode ser entendida sob a chave pura e simples do preconceito ou da intolerância. Trata-se, nessa lógica político-econômica, de uma ferramenta útil para o cruzamento entre colonialismo, racismo e instrumentalização dos direitos humanos que mantém a hierarquia entre ex-metrópoles e ex-colônias em funcionamento.

Frente à comunidade internacional, as intervenções produzidas no Oriente Médio, região de maioria islâmica, têm sido pouco contestadas a despeito das consequências humanas e materiais deixadas pelos exércitos que ali atuam. Segundo Judith Butler (2020), desde os atentados do 11 de Setembro de 2001, e toda a comoção produzida pela imprensa estadunidense em torno dos fatos que se deram na época, tem sido difícil se opor à revanche proposta pelo governo norte-americano nos territórios afegão e iraquiano, bem como criticar a crescente escalada em direção a uma maior vigilância dos movimentos que se opõem à violência colonial, incluso a do Estado de Israel. Soma-se a isso o fato de que enquanto as vidas perdidas na ofensiva da Al Qaeda nos EUA são lamentadas em nível global, as vidas de muçulmanos perdidas pelas invasões norte-americanas não se configuram em luto público: são efeitos colaterais de uma disputa necessária para a preservação da segurança de cidadãos ameaçados.

Na visão de Butler, se o objetivo fosse interromper o ciclo violento iniciado pelos ataques terroristas, os conflitos promovidos no Oriente Médio seriam essencialmente contraditórios já que alimentariam o sentimento antiamericano nos territórios ocupados (BUTLER, 2020). Contrariamente à expectativa butleriana de que os EUA buscariam apenas a reparação dos males sofridos no 11 de Setembro, mobilizando o ideário do “árabe” enquanto terrorista, que se generalizara para além da Al Qaeda, desde então, é possível afirmar, tendo em vista a continuidade da intervenção no Iraque e no Afeganistão por muitos anos, que se está diante, desde 2001, de um projeto de restauração neocolonial, embora os EUA sejam um país que busque, nas palavras de Said (2011), se desidentificar com a história do imperialismo. Permanece-se, assim, em terras estrangeiras, a pretexto de libertar os povos subjugados pelos regimes nacionalistas e anti-imperialistas – em geral de caráter ditatorial como era o caso do governo de Saddam Hussein, ajudando a legitimar o argumento que torna os direitos humanos instrumentos do poderio imperial.

Sem o direito ao luto público, é possível afirmar que as vidas árabes perdidas não chegam a se constituir nem mesmo enquanto “vidas” na concepção de humanismo forjada pelo imaginário teórico e político ocidental (BUTLER, 2020). Na medida em que é vedado lamentar pelos corpos dos “bárbaros” que são alvos dos instrumentos de guerra, cria-se um problema de identificação coletiva com esses corpos sem nomes, sem rostos e sem visibilidade. Fato contrário se dá quando se pensa nas vítimas estadunidenses no 11 de Setembro, no Iraque ou no Afeganistão; ou mesmo nos judeus aniquilados pelo Holocausto durante a Segunda Guerra Mundial.

Todos esses têm direito à exposição e à memória. Estampam museus, estátuas e homenagens. A sua dor é também a dor social de gerações atravessadas pela perda. A comoção causada por morticínios específicos, a partir de um trabalho de reconstrução, é capaz de produzir a culpa e, por conseguinte, a reparação. O “árabe” enquanto “outro” não acessa essa possibilidade: a sua externalidade à civilização europeia e branca não denota apenas diferença, mas rivalidade.

Butler retoma a noção de “rostos” em Levinas para explicitar que, além de ser essa a dimensão do ser que interrompe o ímpeto de matar que advém de cada um, é também aquilo que produz a identificação do “eu” a partir da sua expressão (BUTLER, 2020). A desumanização do “árabe” na contemporaneidade, operada via repertórios midiáticos ocidentais, se dá ou pela ocultação ou pela manipulação do “rostos” genérico que esse “estrangeiro” carrega: seja para atribuí-lo todo o mal, seja para esconder o seu nome e a sua dor. Quando o objetivo é glorificar figuras da alteridade, há também a exposição do “rostos” para fins de comoção, como no caso das mulheres afegãs que tem as suas vestes tradicionais retiradas e são fotografadas pela imprensa, em uma simbolização da liberação estadunidense. O “rostos” é a base para o endereçamento da mensagem que constitui os discursos (*op. cit.*). Vale considerar aqui a importância das imagens veiculadas através de registros como motivadoras de comoção e o seu direcionamento para os objetivos imperiais. Segundo Sontag (2004, p.69): “As fotos objetivam: transformam um fato ou uma pessoa em algo que se pode possuir. E as fotos são uma espécie de alquimia, a despeito de serem tão elogiadas como registros transparentes da realidade”.

Visto que a diferença ontológica se encontra estabelecida para fins econômicos e políticos em meio à distinção civilizacional historicamente estabelecida, as disputas multiculturais intraterritoriais abrem margem para conflitos indissolúveis. Tais disputas, que jogam a normalidade e a anormalidade frente a frente, dialogam com os conflitos externos tramados na teia das relações internacionais pelos novos impérios. Logo, a discussão sobre identidade e diferença não pode ser ignorada na reflexão sobre o *hard power*¹² dos países. O imperialismo é um processo de subordinação ou vitimização do nativo ou do “outro” (SAID, 2011) que, no momento atual, continua a operar sob dicotomias que naturalizam a superioridade política, cultural, moral, racial e intelectual de determinados povos, em um jogo que por vezes parece abrir brechas como quando a primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, recebera milhões de refugiados sírios em decorrência da crise migratória de 2015. Essa é uma cena que explicita o conflito político em curso nos países europeus em torno dos destinos do multiculturalismo, tendo em vista que a incorporação em massa de imigrantes, em sua maioria árabes, é interpretada, por vastos segmentos sociais dentro e fora da Alemanha, como abertura para o embate entre cosmologias.

¹² O “hard power” se refere ao emprego de recursos militares e econômicos por parte de determinados países para o exercício de influência sobre outros (HOFFMAN, HERZ, 2004).

Considerações finais

Este ensaio procurou discutir como a produção de estigmas acerca do “árabe”, em um movimento de reatualização do orientalismo analisado por Edward Said em sua obra, tem resultado em processos políticos de exclusão e demonização no âmbito das sociedades europeias e norte-americanas, principalmente após os atentados do 11 de Setembro, e de justificação da intervenção neocolonial para além das fronteiras das ex-metrópoles. Esse duplo processo faz parte de um cenário internacional em que, embora o colonialismo seja visto, em termos retóricos, como uma era histórica passada; no plano da materialidade das relações entre os povos persistem as mesmas práticas políticas, econômicas e epistêmicas que sustentaram esse regime em sua era fulcral. Nesse sentido, ao invés de tratar de uma era pós-colonial, discorrer sobre uma era neocolonial com a formação de novos impérios parece ser a chave analítica mais adequada.

O nó entre colonialidade, racismo e instrumentalização dos direitos humanos para finalidades que são particulares a determinados governos, reverbera na produção de imagens que circulam midiática e culturalmente, fundamentando os fluxos de desumanização. Internamente, a morte do “árabe”, ser que ameaça a “civilização” construída a duras penas pelos europeus, não só não é lamentada como comemorada. Seus traços culturais estigmatizados são associados à barbárie que seria intrínseca ao Islã, como no caso do véu das mulheres muçulmanas; simultaneamente surgem movimentos de extrema-direita dispostos a defender politicamente a transformação desses sujeitos “outros” em inimigos públicos das nações. Externamente, essa estigmatização tem justificado guerras mais recentes como no Iraque e no Afeganistão, assim como a ocupação neocolonial do Estado de Israel em terras palestinas. Ainda que parcela da opinião pública do Ocidente se manifeste contrariamente a essa diferenciação étnico-racial que faz nascer hierarquizações, ocorre em paralelo um esforço de perseguição política àqueles que se apresentam na esfera pública enquanto aliados de “potenciais terroristas”.

Nessa conjuntura, o “outro” não é apenas o “estrangeiro” que não se deseja nomear, marcando-o a partir de símbolos e significações de negatividade. O “outro” é também aquele que alerta contra a islamofobia e os riscos da generalização que atribui uma ética da morte a todos os que se vinculam ao mundo árabe: o “islamoesquerdista” do discurso francês; figura a ser também vigiada e inspecionada na medida em que se comporta como facilitador da dissolução de um Ocidente que se vê enquanto espaço político, econômico, social, geográfico e cultural em risco permanente. Ademais, a outrificação do “árabe” também reverbera a partir de uma “outrificação” do cidadão ocidental nas sociedades de maioria muçulmana, nas quais cresce uma tentativa de se opor culturalmente àquilo que deriva dos universos norte-americano e europeu,

supostamente marcados pela “degeneração”¹³. Têm sido protagonistas na quebra dessa linha de continuidade neocolonial os movimentos sociais de oposição às intervenções imperiais e pela promoção de um multiculturalismo que considere, no interior das fronteiras, a centralidade das especificidades dos grupos sem renunciar ao princípio da universalidade na concessão dos direitos individuais.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. ORTIZ, Renato (org.) **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1983.

BUTLER, Judith. **Vida Precária: Os poderes do luto e da violência**. São Paulo: Autêntica, 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **França veta uso de véu islâmico na escola**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1102200405.htm>. Acesso em: 18/10/2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Estigma Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Zahar: 1980.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2006.

HOFFMAN, Andréa R. HERZ, Mônica. **Organizações internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

RFI. **Islamoesquerdismo: a nova controvérsia do governo Macron que escandaliza a universidade francesa**. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/fran%C3%A7a/20210223-islamoesquerdismo-a-nova-controv%C3%A9rsia-do-governo-macron-que-escandaliza-a-universidade-francesa>. Acesso em: 18/10/2021.

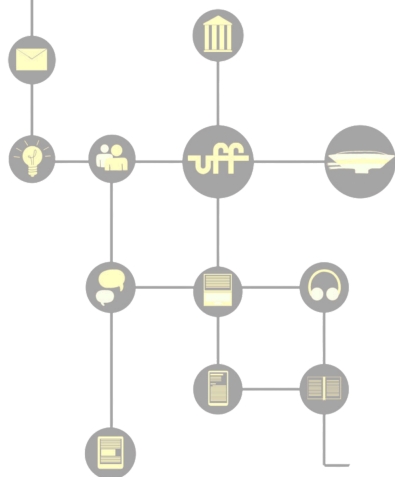
SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SAID, Edward. **Orientalismo: Oriente como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SONTAG, Susan. **Diante da Dor dos Outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZIZEK, Slavoj. Contra os Direitos Humanos. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, vol. 15, n.1, 2010.

¹³ Sobre esse ponto específico em torno da questão da dicotomia entre mulheres árabes e mulheres ocidentais, ver “Da Guerra no Afeganistão à Guerra Feminista” de Berenice Bento em: <https://blogdabotempo.com.br/2021/10/12/da-guerra-no-afeganistao-a-guerra-feminista/>



A influência das elites na manutenção das desigualdades sociais no Brasil

Juber Marques Pacífico¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo central analisar brevemente a trajetória das desigualdades sociais brasileiras, pensadas a partir de sua construção histórica e seu processo de naturalização por mecanismos de poder derivados da colonização do Brasil, levando em conta a perspectiva da dominação das elites e as formas com as quais essa classe conseguiu manter seus privilégios e a manutenção de uma estrutura social favorável aos seus interesses. A partir das obras *Elite do atraso*, de Jessé Souza, *Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes e *Povo Brasileiro*, de Darcy Ribeiro, realizou-se uma revisão e elucidação de fatos históricos e dos aspectos sociais envolvidos na temática para apresentar o contexto que evidencia a relação direta entre o poder das elites e a manutenção das desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade Social; Elites; Jessé Souza; Florestan Fernandes; Darcy Ribeiro.

The elites and the maintenance of social inequalities in Brazil

ABSTRACT: The main objective of this article is to briefly analyze the trajectory of Brazilian social inequalities, thought from its historical construction and its process of naturalization by mechanisms of power derived from the colonization of Brazil, taking into account the perspective of elite domination and the forms with which this class managed to maintain its privileges and the maintenance of a social structure favorable to its interests. From the works *Elite do atraso*, by Jessé Souza, *Revolução Burguesa no Brasil*, by Florestan Fernandes and *Povo Brasileiro*, by Darcy Ribeiro, a review and elucidation of historical facts and social aspects involved in the theme was carried out to present the context that evidences the direct relationship between the power of elites and the maintenance of social inequalities.

KEYWORDS: Social Inequality; Elites; Jessé Souza; Florestan Fernandes; Darcy Ribeiro.

¹Mestrando em Ciências Sociais pela UFJF. Bacharel em direito pela UFJF e em Ciências Humanas/Ciências Sociais pela mesma instituição. Pós-graduado em Direito Constitucional.

1. Introdução

A desigualdade social é tema presente nas grandes discussões das ciências sociais no Brasil, por ser indispensável na tentativa de se estabelecer balizas que possam nortear e evidenciar a trajetória social, econômica e cultural do país. O chamado *pensamento social brasileiro*, esforço empreendido por diversos autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes e, mais recentemente, Jessé de Souza, entre muitos outros, tentam refazer de maneira crítica a nossa história social.

Notadamente, a partir do final do século XX, predominou a definição de desigualdade social relacionada à diferença entre as possibilidades de acesso e obtenção de bens socialmente valorizados. Entretanto, apesar de ser uma definição mais prática por ser um fator mensurável, não é a mais adequada, nem deve ser a única forma de encarar a complexa realidade que determina a desigualdade social como um fenômeno característico das relações da sociedade em todo o mundo. Segundo Costa (2019), é necessário pensar em quatro dimensões: desigualdade de quê, entre quem, quando e onde. Partindo dessa premissa, é necessário pensar a desigualdade social sob vários aspectos, como renda, raça ou acesso às oportunidades, uma visão multidimensional que envolve diversos ângulos da vida humana e que devem ser pensados de forma interdependente.

Os diversos atravessamentos presentes na atual conjuntura social, econômica, cultural e simbólica, que acabam por afetar diretamente o indivíduo, atualmente ganharam ainda mais importância nas pesquisas sociológicas. Temas que outrora não ocupavam espaços de relevo nas discussões acadêmicas, hoje possuem relevância. Vejamos os inúmeros debates acerca das desigualdades ambientais, ou ainda as discussões sobre desigualdade de gênero em ambiente de trabalho – dois exemplos que apontam para uma sociologia coerente com as novas realidades.

A compreensão dessas disparidades exige que se explore o contexto histórico de sua construção, os atores e as instituições que fizeram e fazem parte da estrutura social daí derivada, bem como analisar os discursos que buscam justificar a manutenção do *status quo*. Nesse ponto, pretende-se expor de que forma as elites, ao longo de uma empreitada histórica, criaram e naturalizaram a estratificação social para manter privilégios e propagar a ideia de inferioridade das classes vulneráveis, sem possibilitar que qualquer mecanismo abrisse portas para superar as desigualdades e modificar a estrutura social.

Para adentrar nessa discussão, utilizou-se da metodologia de revisão bibliográfica, sendo de destaque as obras de três sociólogos brasileiros que contribuíram de maneira substancial para a temática e que tentam descortinar as causas e as possíveis soluções para a desigualdade no país: Jessé Souza, com *A elite do atraso* (2019), Darcy Ribeiro, com *O povo Brasileiro* (1995) e Florestan Fernandes, com

A revolução burguesa no Brasil (2006). Tais obras apresentam certa afinidade na ideia de uma sociedade marcada por diferenças importantes entre as classes que a compõe, permitindo tal aproximação.

2. Desigualdade social no Brasil

No Brasil, a disparidade social é caracterizada principalmente pela concentração de riquezas na mão de um seleto grupo, pelo preconceito racial, pela exploração do trabalho, pela escassa participação de boa parte da população nas decisões políticas, pela diferença no acesso e no nível educacional, dentre tantos outros aspectos que causam ou derivam desses fatores. E o resultado dessas disparidades é, de um lado, a exclusão, a limitação e vulnerabilidade; e, de outro, o oportunismo e o privilégio.

Essas desigualdades sociais não surgiram da noite para o dia: elas refletem, necessariamente, processos históricos de longo prazo pelos quais a sociedade brasileira e tantas outras no mundo, ainda que com suas diferenças, já passaram. Sobre essa perspectiva, importa observar que, apesar de momentos e tentativas de diminuição e erradicação das desigualdades, existem interesses na sua manutenção e perpetuação na estrutura social, e não há perspectivas de grandes mudanças nesse quadro.

Jessé Souza, em seu livro *A elite do atraso*, destaca que em países europeus, os quais os brasileiros normalmente admiram, também existe desigualdade social, mas “ela não é abissal como aqui” (SOUZA, 2019, p. 84). Segundo o autor, a diferença é que a Europa se preocupou em criar condições sociais mais homogêneas para todas as classes.

Por outro lado, no Brasil, desde a colonização, tem sido naturalizado o fenômeno da desigualdade social como forma de manter a relação de distanciamento, preconceito e dominação das elites sobre as classes populares. Essa herança escravocrata não perpetuou apenas o preconceito e desigualdade relacionados à cor da pele, mas serve de pano de fundo para justificar as diferenças de classes daí decorridas. Porém, como bem pontua Souza (Ibidem), ao contrário da cor da pele, as classes podem ser modificadas e, por isso, deve-se prestar atenção nas “carências que reproduzem as misérias”.

A condenação escravocrata, que outrora se relacionava à raça, passa a ser uma condenação de classe. O escravo brasileiro na atualidade é aquele que forma a classe trabalhadora, o que Souza (Ibid.) chama de “batalhadores”, os alvos da elite do dinheiro com suas raízes escravocratas. Nesse sentido, Felix (2017, p. 93) afirma que a manutenção da ralé, termo utilizado por Souza para se referir às classes mais baixas da pirâmide social brasileira, será resultado dos esforços das elites do país nos ataques aos seus direitos.

Essencial salientar que, apesar de a escravidão ao longo da nossa história ter ganhado novas formas e instrumentos, a relação entre elites e classes trabalhadoras passa necessariamente pela questão racial. As elites brasileiras, detentoras do poder e do controle dos meios de produção, na visão marxista, ou aqueles que possuem acesso ao capital cultural, na concepção bourdieusiana, são os brancos. Aos negros sobram os empregos menos remunerados, limitação no acesso à cultura, e a vulnerabilidade em todos os sentidos.

Analisando a obra de Souza, Felix (2017, p. 92) cita o impeachment da Presidente Dilma Rousseff como exemplo evidente do pacto entre os donos do poder para perpetuar uma sociedade cruel e forjada na escravidão. A reforma trabalhista que penalizou os batalhadores, a redução do poder de fiscalização do trabalho escravo e a limitação na divulgação da lista suja de empresas que praticam trabalho análogo à escravidão seriam alguns dos vários exemplos de um golpe empreendido pelas elites para a manutenção de seus privilégios.

O processo de manutenção das desigualdades é longo e constante. Durante o período de urbanização no Brasil, manteve-se a estrutura de distribuição desigual de privilégios perpetrada pela aristocracia da época. Mais uma vez, a intenção de manter a divisão social não seria superada, pois não havia esse interesse, pelo contrário, havia a “tendência nítida de defesa do desnivelamento dos privilégios daquela aristocracia” (FERNANDES, 2006, p. 46).

A Revolução Burguesa, que tinha o intuito de modificar a estrutura política e econômica do país enquanto colônia, também sequer levou em consideração modificar as condições da população mais vulnerável, mas apenas de uma minoria de interessados. Segundo Fernandes (2006, p. 50),

as elites nativas não se erguiam contra a estrutura da sociedade colonial. Mas, contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial, pois este neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social.

Mais do que isso, era premente para essa elite a “consecução de dois fins políticos interdependentes: a internalização definitiva dos centros de poder e a nativização dos círculos sociais que podiam controlar esses centros de poder” (Ibid.).

A industrialização, a implantação e expansão do capitalismo também foram fatores que contribuíram para manter e ampliar o liame da desigualdade social, intensificando a formação e divisão da sociedade de classes. É o avanço desses processos que ajudou a criar o que ainda se vê atualmente, uma “classe trabalhadora crescentemente precarizada e ameaçada pelo desemprego e por cortes de direitos” (SOUZA, 2019, p. 100). O discurso que tenta responsabilizar os trabalhadores pelas problemáticas econômicas do país parece naturalizado, sempre se pensa em cortar direitos dos trabalhadores quando se quer beneficiar ainda mais aqueles que já possuem privilégios.

Essa crescente distância entre estratos sociais e a forma intencional com que os processos de avanço das estruturas socioeconômicas perpetuaram as desigualdades condicionaram as camadas mais altas da sociedade a enxergar a ralé, nas palavras de Jessé Souza, como uma ferramenta de trabalho para produzir e gerar lucro, oferecendo o mínimo de direitos para que eles continuem a exercer seu papel,

Nem podia ser de outro modo no caso de um patronato que se formou lidando com escravos, tidos como coisas e manipulados com objetivos puramente pecuniários, procurando tirar de cada peça o maior proveito possível. Quando ao escravo sucede o parceiro, depois o assalariado agrícola, as relações continuam impregnadas dos mesmos valores, que se exprimem na desumanização das relações de trabalho (RIBEIRO, 1995, p. 212).

A ideia de naturalização da desigualdade social deriva também da noção de que essa estratificação construída historicamente é resultado da sua adoção como um “negócio” que enobrece e privilegia uma elite, tornando-os dominadores, e que degrada e subjuga os demais, encarados como objeto de enriquecimento. Mesmo com avanços pontuais na melhora da vida dos mais vulneráveis, o Brasil não tem conseguido se estruturar para garantir à população condições favoráveis de sobrevivência e progresso. Pelo contrário, o que se intensifica são os privilégios de uma pequena camada preocupada exclusivamente com interesses próprios.

A continuidade desse processo de construção e manutenção das desigualdades sociais ao longo da história do país resulta para a sociedade, como afirma Ribeiro, em “incompatibilidades insanáveis”, como “a incapacidade de assegurar um padrão de vida, mesmo modestamente satisfatório, para a maioria da população nacional; a inaptidão para criar uma cidadania livre” que expõe a fragilidade da base na qual foi construído o sistema democrático brasileiro (1995, p. 218). Inclusive, isso se reflete na política, na elegibilidade de representantes que muitas vezes se mostram adversários das classes populares, mas que conseguem manipular e comprar votos dessa massa de eleitores.

A perpetuação da desigualdade social e sua conseqüente naturalização também derivam da reprodução, da transmissão familiar de ideologias, recursos e perspectivas dentro das próprias classes sociais, que dificilmente se modificam ao longo da vida dos indivíduos que as integram. Ou seja, “o privilégio de uns e a carência de outros são decididos desde o berço” (SOUZA, 2019, p. 85).

Para Jessé Souza (2019), a partir de 1930, a elite passou a utilizar um mecanismo construído de modo consciente e planejado para manter um “pacto antipopular” que mistura aspectos racionais, como manutenção dos privilégios, e irracionais, como ódio e ressentimento de classes. Por conta disso, é como se existisse uma “lei da desigualdade”, invisível e silenciosa, que dita quem pode e quem não pode ser rico, quem pode e quem não pode dominar na ordem social.

Assim, o Brasil se vê dividido, basicamente, em três estratos sociais: a elite, composta por um pequeno número de pessoas mais ricas, a classe média, formada por boa parte da população, e a classe popular, que conta com um número relevante de indivíduos que vivem à margem da sobrevivência.

Na visão de Ribeiro (1995), existem quatro classes, denominadas “classes dominantes”, “classe intermediárias”, “classes subalternas” e “classes oprimidas”. Essas classes não poderiam ser colocadas numa estrutura triangular, mas sim de um losango, com um topo finíssimo formado pela classe dominante, seguido por um número pouco maior da classe intermediária, um pescoço que se alarga, representando trabalhadores regulares e consumidores, e a linha mais ampla com a parte marginalizada da população, a classe subalterna.

A classe dominante representa a mínima parcela da população e possui efetivamente o poder sobre a sociedade, inclusive devido ao “apoio” das outras classes (RIBEIRO, 1995). É aquela que, ao longo do tempo, possui o maior interesse em manter os traços da desigualdade social.

Já a classe intermediária representa um quantitativo bem maior em relação à dominante, normalmente tendo o papel de apaziguar ou intensificar tensões sociais, já que possuem cargos que de alguma forma são relevantes socialmente, mas que, apesar disso, não se preocupam em mudar o quadro social, e sim manter a ordem vigente (Ibidem). Além disso, é a classe que mais ajuda a elite a se manter no poder e perpetuar as desigualdades sociais, inclusive tentando tirar vantagem disso.

A classe subalterna e a oprimida formam a maior parte da população. A primeira integra a vida social regular, tem empregos estáveis, faz parte do sistema produtivo e consumerista, preocupando-se em defender o que já possui e obter mais, sem que isso necessariamente seja uma forma de transformação social. Por fim, a classe oprimida é o elo mais fraco da desigualdade social. Excluídos, que buscam fazer parte do sistema produtivo e ter acesso ao mercado, são marginalizados, grande parte julgados por sua raça (normalmente pretos e mulatos), com trabalhos informais e recebendo o mínimo para o próprio sustento (Ibidem).

Com este panorama, é possível entender porque o maior enfoque da desigualdade social brasileira é voltado para as questões socioeconômicas. Como bem pontua Ribeiro, “a distância social mais espantosa do Brasil é a que separa e opõe os pobres dos ricos” (1995, p. 219). Isso porque a renda é um fator que automaticamente coloca os indivíduos como pertencentes a determinada classe e também os imprime o rótulo de privilegiados ou oprimidos. Daí deriva uma cadeia de processos que mantêm a “lei da desigualdade” em funcionamento, impossibilitando a ascensão da maioria da população e ratificando a institucionalização desse sistema desigual.

3. As dimensões das desigualdades sociais no Brasil

É importante compreender os mecanismos de poder presentes na sociedade brasileira que bloqueiam as formas de reação das classes dominadas e como elas ocorrem em meio a um país que se diz democrático. A base para a desigualdade social no Brasil foi formada por uma sucessão de atos e acontecimentos em favor da naturalização do sistema de dominação e elitização da democracia. Portanto, torna-se plausível estudar os discursos que buscam justificar e desmascarar a perpetuação das desigualdades sociais no Brasil.

Dentre as proposições que justificam a desigualdade, cabe o relato daquelas que se referem à herança deixada pelo passado colonial brasileiro, à que expõe o papel do Estado e a influência da corrupção política, e a diferença e oportunidade de acesso à educação de qualidade.

3.1. O passado que condena

A trajetória dos estudos sociológicos no Brasil – notadamente construída ao longo do século XX por autores criticados por Jessé Souza, entre os quais Gilberto Freyre, Buarque e Faoro – criou um tipo de culturalismo racista, ancorando um pensamento sociológico de “vira-lata” e que muito desconhece as verdadeiras raízes do drama da desigualdade. Para Souza, é na escravidão submetida ao país que se apoiam as bases fundamentais da desigualdade social atual. A colonização é, portanto, responsável por estabelecer hierarquia entre colonos e colonizados, exploradores e explorados.

A cultura colonizadora dos portugueses, a escravidão e a exploração são as raízes que desencadearam o processo histórico de práticas e princípios que geram a desigualdade no país. Conforme esclarece Lopez, esse discurso

[...] associa a desigualdade atual à herança institucional e cultural do passado remoto. A cultura dos colonizadores portugueses ou nascida da escravidão é a raiz das práticas e valores que, hoje, geram as desigualdades. É assim que a associação entre conceitos sociológicos como colonização de exploração e patrimonialismo compõe o léxico das explicações das mazelas brasileiras atuais, neste caso, herdadas dos portugueses (LOPEZ, 2020, p. 59)

A naturalização das hierarquias sociais derivadas do sistema de escravização do povo foi determinante para que fosse disseminado a indiferença social em relação aos pobres, o que Jessé Souza viria a denominar de “ódio ao pobre”. Esse sentimento aos mais humildes, construído ao longo do tempo pela escravidão, estabeleceu uma distinção clara entre “nós e eles”. Aos mais pobres cabe a reprodução do trabalho realizado por seus ascendentes há 500 anos, braçal e menos remunerado, uma escravidão doméstica. Pode-se concluir, portanto, que a escravidão só prosperou com o ódio ao escravo, e que o Brasil de hoje é marcado não só pela sua exclusão, mas também pela sua humilhação (SOUZA, 2017).

Ainda que muito dessa desigualdade inicialmente tenha mudado, com parcela da população marginalizada conseguindo mobilidade social, com o reconhecimento da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais inerentes, as transições históricas pelas quais o Brasil passou jamais apagaram as desigualdades criadas anteriormente. Discursos racistas, a estrutura de dominação, humilhação e opressão escravocrata deixaram claros vestígios de ser a “herança maldita” que até hoje assola a população mais vulnerável da sociedade brasileira (SOUZA, 2019).

3.2. O Estado e a corrupção política

Por essa justificativa, o Estado teria a culpa sobre a desigualdade social no país devido à corrupção política perpetrada por seus agentes, governantes ou políticos. A administração estatal e as políticas públicas são utilizadas como ferramentas para desviar recursos públicos que deveriam ser direcionados a atender as necessidades do povo e, com isso, amenizar as desigualdades.

Além disso, existe outro argumento que integra esse discurso e que está ligado à distribuição dos recursos para pagar e beneficiar os agentes do Estado. Segundo Lopez, “a variação do argumento é relacionar a desigualdade às remunerações e aos benefícios materiais do cargo político, percebido como via complementar para apropriação indevida de recursos públicos” (2020, p. 59).

Ocorre que esse discurso já foi muito criticado, pelo fato de se considerar que essa corrupção deriva da herança cultural maldita deixada pelos portugueses, sem se pensar sobre outros agentes que atuam “silenciosamente” para interferir no Estado. É nesse ponto que se encaixa o termo justificativo para as mazelas políticas, o famoso “jeitinho brasileiro” de conseguir as coisas. Jessé Souza esclarece que esse termo se refere ao “capital social de relações pessoais”, que foi naturalizado devido à sua repetição e fácil explicação para as práticas sociais vantajosas. Assim, o termo se tornou tão comum, que passou a ser “pensado como algo generalizável para todos os brasileiros de todas as classes” (SOUZA, 2019, p. 86-87).

A crítica do autor vem desmascarar justamente esse ponto. Os problemas do país seriam oriundos de seu processo de colonização que resultou na influência da elite, do setor privado e do mercado nas instituições. O chamado “jeitinho brasileiro” acaba por encobrir algo essencial na conclusão do raciocínio: a escravidão é a raiz das grandes disparidades existentes e responsável por impedir as transformações necessárias.

Para Darcy Ribeiro, a lentidão dos processos revolucionários no Brasil é por culpa da resistência das classes dominantes, independente da estrutura arcaica e do atraso econômico que isso provoca.

A mais grave dessas continuidades reside na oposição entre os interesses do patronato empresarial, de ontem e de hoje, e os interesses do povo brasileiro. Ela se mantém ao longo de séculos pelo domínio do poder

institucional e do controle da máquina do Estado nas mãos da mesma classe dominante, que faz prevalecer uma ordenação social e legal resistente a qualquer progresso generalizável a toda a população. Ela é que regeu a economia colonial, altamente próspera para uma minoria, mas que condenava o povo à penúria. Ela é que deforma, agora, o próprio processo de industrialização, impedindo que desempenhe aqui o papel transformador que representou em outras sociedades (RIBEIRO, 1995, p. 250).

Florestan Fernandes (2006), com o mesmo pensamento, afirma que, no período de transição para a independência brasileira, o Estado se mostrou desde o início como o alvo das elites e como uma entidade que poderia ser manipulável com vista à sua adaptação aos seus interesses econômicos, inclusive para implantação da política do liberalismo.

Na fase de transição, as elites nativas encaravam o Estado, naturalmente, como “meio” e “fim”: “meio”, para realizar a internalização dos centros de decisão política e promover a nativização dos círculos dominantes; e o “fim” de ambos os processos, na medida em que ele consubstanciava a institucionalização do predomínio político daquelas elites e dos “interesses internos” com que elas se identificavam (FERNANDES, 2006, p. 53).

Por outro lado, não seria possível perpetuar a tese de que essa corrupção do Estado é devido a uma transmissão cultural dos portugueses. Para Souza, isso é apenas uma construção fantasiosa do culturalismo racista que supõe uma “continuidade cultural com Portugal” que é transmitida de forma automática, como “um código genético”. Na verdade, os indivíduos são formados de acordo com as instituições que os rodeiam, como família, escola, economia, política e mercado (SOUZA, 2019, p. 39).

É a partir dessa dominação e exploração mascarada do Estado pelas elites que surge a definição da política nacional como patrimonialista, isto é, o Estado brasileiro foi montado sob a imagem do homem cordial, que não distingue o público do privado. Este é o ponto em que o Estado é demonizado e o mercado poupado, como se deste nada de mal viria, porém, numa sociedade capitalista, quem detém o poder é justamente o mercado.

Criticando a visão de Sérgio Buarque sobre esse patrimonialismo de uma elite derivada da herança portuguesa, Jessé Souza afirma que isso esconde a verdadeira elite do mercado que controla o aparato estatal, inclusive com poder de colocar sua chefia sob políticos que protejam seus interesses.

Como a elite que vampiriza a sociedade está, segundo ele, no Estado, abre-se caminho [...] para uma concepção do mercado que é o oposto do Estado corrupto. Com isso, não só o poder real, do mercado e dos endinheirados, é tornado invisível, como o Estado é tornado o suspeito preferido [...] de todos os malfeitos. Essa ideia favorece os golpes de Estado baseados no pretexto da corrupção seletiva, mote que sempre é levado à baila quando o Estado hospeda integrantes não palatáveis pelo mercado ávido de capturá-lo apenas para si (SOUZA, 2019, p. 33).

Nesse ponto, a corrupção do Estado passa a ser a corrupção do e para o mercado, tornada invisível para não mostrar os verdadeiros culpados, que manipulam legal e ilegalmente a máquina pública em favor dos seus interesses.

Por outro lado, observa-se também a dificuldade que as classes mais oprimidas têm de influenciar nas decisões políticas as quais tendem a afetar seu próprio destino e concepções pessoais. Para Costa, isso se materializa justamente “nas distribuições assimétricas dos direitos políticos e sociais” (2019, p. 57).

As classes vulneráveis, apesar de muito terem avançado em termos de conquista de direitos humanos, de cidadania, trabalho, entre outros, ainda permanecem à mercê de uma posição socioeconômica desigual, que não os permite uma proteção contra as mazelas que o sistema de poder criou para manter inacessíveis as oportunidades e privilégios. Esse quadro também é reflexo do sistema de educação brasileiro e da grande disparidade de qualidade entre o ensino público e privado, como será discutido no tópico a seguir.

3.3. A disparidade entre níveis e oportunidades educacionais

Em sua obra mais aclamada, *O capital no século XXI*, Thomas Piketty afirma que “No longo prazo, a força que de fato impulsiona o aumento da igualdade é a difusão do conhecimento e a disseminação da educação de qualidade” (2014, p. 29). As palavras do autor nos indicam que a educação ocupa lugar importante na determinação da desigualdade, pois é a partir dela que se vislumbra a possibilidade de mobilidade social e participação do mercado. Contribuindo com o tema, Lopez entende que a educação é um fator associado à empregabilidade e poder aquisitivo, pois a “educação é o meio para ampliar as oportunidades de emprego e renda” (2020, p. 60).

O palco forjado para justificar as disparidades educacionais normalmente é relacionado à meritocracia, segundo a qual as posições sociais são resultado de conquistas pessoais dos indivíduos e não de fatores sociais externos. O argumento é aprimorado quando se diz que as pessoas deixam a escola por futilidades e desleixo, que não aproveitam as oportunidades que a vida oferece.

Não é preciso ir muito longe para desmascarar esse discurso: veja-se a diferença entre a classe média e a classe oprimida. Geralmente, a primeira desde cedo é estimulada pela família a adquirir capital intelectual e focar nos estudos. Todo o seu tempo é dedicado àquilo que lhe permitirá o sucesso escolar e profissional, mantendo a cultura da sua classe, já que “todas as vantagens culturais e econômicas se juntam, mais tarde, para a produção, desde o berço, de um campeão na competição social” (SOUZA, 2020, p. 91).

Por outro lado, a classe oprimida, em sua maioria constituída por uma família desestruturada, ainda que insista na educação como forma de escapar à pobreza, não

é isso que a criança percebe, afinal, não funcionou para seus pais. Além disso, muitas dessas crianças ainda novas passam a trabalhar informalmente para complementar a baixa renda familiar e, conseqüentemente, não há prioridade para os estudos e para a formação crítica sobre sua realidade, o que impossibilita enxergar qualquer melhoria de vida. “São produzidos, nesse contexto, seres humanos com carências cognitivas, afetivas e morais, advindo daí sua inaptidão para a competição social” (SOUZA, 2019, p. 93).

Sobre outra perspectiva, a desigualdade atrelada à educação se conecta ao quadro de corrupção do país, que reduz as oportunidades que poderiam ser criadas a partir de políticas públicas de qualidade, mas que, ao invés disso, sofrem com os desvios de recursos públicos e com o sucateamento das escolas e da educação pública. A disparidade dos níveis e da qualidade educacional entre classes podem explicar a desigualdade, mas esse problema resulta, em parte, por conta da corrupção política.

Assim, sem conseguir mobilidade social, a classe oprimida continua pobre e vivendo à margem da sociedade, enquanto as classes mais abastadas podem pensar e moldar seu futuro, já que vivem se dedicando para obter conhecimento.

À pobreza econômica foi acrescentada a pobreza em todas as outras dimensões da vida. Se a pobreza econômica, por exemplo, implica foco no aqui e no agora por conta das urgências da sobrevivência imediata, toda a atenção se concentra necessariamente no presente e nunca no futuro, posto que é incerto. Por outro lado, olhar para o futuro é o que constrói o indivíduo racional moderno, que sopesa suas chances e calcula constantemente onde deve investir seu tempo e suas habilidades. A prisão no aqui e no agora tende a reproduzir no tempo, portanto, a carência do hoje, e não a saída para um futuro melhor (SOUZA, 2019, p. 93).

Isso condiz com a manutenção da desigualdade, pois a educação é um caminho para sua correção, e criar oportunidades de igualdade educacional seria um passo para romper com a estrutura social de dominação, distribuindo mais o capital econômico e cultural, o que não é desejável pelas elites.

3.4. A concentração de riqueza e o sistema econômico

A má distribuição de renda, com a concentração de maior parte das riquezas nas mãos de pouquíssimos e a maior parte da população tendo o mínimo para sobreviver, é mais um dos fatores que justificam a desigualdade social brasileira. Obviamente, mais renda significa melhor moradia, mais acesso à assistência médica, mais acesso à educação, lazer e tantas outras condições de vida melhores.

Outrossim, o sistema econômico brasileiro foi sendo moldado e naturalizado à estrutura de classes derivada da sociedade colonial que, ao longo de seu processo histórico, foi firmando os obstáculos de ordem social, ideológica, política e cultural para impedir a mobilidade social das classes oprimidas. Isso se perpetuou e intensificou com a implantação e expansão do sistema capitalista desde a revolução burguesa que, conforme Fernandes, construiu uma ordem social provinda da opção

dessa classe “por um tipo de capitalismo que imola a sociedade brasileira às iniquidades do desenvolvimento desigual interno e da dominação imperialista externa” (2006, p. 353).

Esse é o mesmo sistema capitalista que ainda hoje preza pelo lucro acima de tudo e ao custo de explorar uma mão-de-obra barata, oprimida, miserável e resignada com seu destino, com a pobreza, com o desrespeito aos direitos e o tratamento desumano. Como bem pontua Florestan Fernandes:

Parece incrível que esse tipo de opressão sistemática possa existir nos dias atuais; e, mais ainda, que ela e os terríveis mecanismos de repressão a que precisa recorrer possam ser conciliados com os ideais igualitários, de respeito à pessoa humana, aos direitos fundamentais do homem e ao estilo democrático de vida” (FERNANDES, 2006, p. 353).

Outro ponto é que o sistema econômico brasileiro legaliza políticas públicas que buscam diminuir as disparidades sociais, ao mesmo tempo que cria outras que as amplifica, tendo como exemplo, principalmente, políticas tributárias regressivas que pesam excessivamente sobre os pobres, mas que não afetam na mesma medida os ricos e ainda os beneficia.

Evidentemente, isso pode ser associado ao que foi visto no tópico sobre o Estado e a corrupção política, pois, mais uma vez, o sistema econômico é corrompido e utilizado como um mecanismo de controle da estratificação social e da perpetuação da distribuição desigual da renda pelas classes dominantes que, notadamente, reflete nas outras esferas da desigualdade social.

4. As elites e seu papel sobre a desigualdade

Uma coisa pode ser notada a partir do que foi dito até aqui: a elite aparece por qualquer ângulo que se estude a questão da desigualdade social no Brasil, e, além disso, consegue se tornar uma manipuladora invisível da “lei da desigualdade”. Sua denominação variou ao longo do processo histórico de construção da estratificação social: colonizador, senhorio, burguesia, elite etc., sempre aqueles que pertenciam às classes sociais mais altas e que detinham algum poder sobre a estrutura social vigente.

É possível notar também que as instituições públicas, com destaque para o Estado, serviram de panaceia para encobrir as forças das classes dominantes sobre a estrutura social do país, que atuaram, além de escultoras de sua própria prosperidade, como “reitora do processo de formação do povo brasileiro. Somos, tal qual somos, pela fôrma que ela imprimiu em nós, ao nos configurar, segundo correspondia a sua cultura e a seus interesses” (RIBEIRO, 1995, p. 178). No mesmo sentido é a observação de Florestan Fernandes:

Dessa forma, as classes e os setores de classes burguesas podiam aproveitar, estrutural e dinamicamente, as vantagens de sua condição de minoria, ou seja, dos ‘pequenos números’, utilizando tais vantagens de modo consciente, deliberado e organizado. Essa concentração e essa centralização do poder

real processavam-se, simultaneamente, em dois níveis: o das relações diretas de classes; e o de dominação de classe mediada pelo Estado nacional (FERNANDES, 2006, p. 391).

Para Jessé Souza, a elite que habita o Estado, apesar de possuir sua influência sobre o quadro social brasileiro, não é ainda aquela que dita as regras. Foi dada toda a atenção sobre o patrimonialismo para que se acobertasse a verdadeira corrupção. A lógica mercadológica capitalista e a verdadeira elite manipuladora estão fora do Estado: a mídia. A elite do atraso é, portanto, uma elite que controla as mídias e, através dela, manipula a classe média, movendo as peças do jogo político de acordo com seus interesses (SOUZA, 2019).

Cabe ainda mencionar que a dominação da elite, na visão de Jessé de Souza, ocorreu, durante todo o seu processo, através da criação e propagação de ideias e pela força das instituições sociais. De umas décadas para cá, a principal ferramenta utilizada pela elite para manipular e distribuir essas ideias foi a mídia (programas de tv, imprensa, editoras, jornais etc.). Este seria o poder simbólico que esconde a responsabilidade da elite e de seus instrumentos, que ficam invisíveis e nunca são trazidos à luz, assim como deslegitima qualquer ação ou ideia que tenha a ver com demandas populares (Ibidem).

Além da mídia, há um outro elemento que pode ser visto como mais uma vítima desse sistema, mas que também possui responsabilidade pela ampliação e manutenção da desigualdade social: a classe média (Ibid.). Ela que se apresenta como “capataz” da elite, se organiza, controla e difunde ideias e valores de vida, que também é manipulada pela mídia, que tem interesse de manter seus privilégios, eleger seus políticos e se incomoda com ampliação do acesso à cultura, ao lazer, ao ensino, à política, enfim, com a possibilidade de compartilhar oportunidades com menos desigualdade.

Dessas conjunções e manipulações sociais, econômicas, culturais e políticas, derivam o atraso brasileiro em relação aos princípios de uma sociedade democrática, na qual a maior parte da população não tem, na realidade, a liberdade de ser ou ter o que quiser, senão indo contra todo um sistema montado para dificultar ou impedir que o faça. É interessante destacar o que aponta Darcy Ribeiro:

O ruim aqui, e efetivo fator causal do atraso, é o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir a desígnios alheios e opostos aos seus. Não há, nunca houve, aqui um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade. O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente (RIBEIRO, 1995, p. 452).

Assim, os traços de poder de uma minoria elitizada sempre irradiaram por todos os níveis de organização da sociedade, dependendo dela o avanço ou o colapso

do sistema. Essa elite não quer, e não pode, sem se destruir, renunciar aos privilégios e vantagens do controle social, econômico, cultural e político, e do controle sobre as classes e instituições.

5. Considerações finais

O surgimento da desigualdade social no Brasil e seu processo de naturalização iniciou-se com a colonização do país e, conseqüentemente, com a escravidão. As elites conseguiram, ao longo da nossa história, fortalecer seus poderes e exercer cada vez mais influência sobre as instituições, das quais o Estado foi o principal alvo e ferramenta para manter o controle da ordem social e, mais tarde, para acobertar a elite em sua empreitada de manipulação da esfera pública em favor de seus próprios interesses e do mercado.

Observa-se que a naturalização levou séculos, mas tem cumprido seu objetivo de manter a estratificação social e criar uma cultura de menosprezo sobre as classes vulneráveis. O desinteresse, e mais do que isso, a necessidade da distribuição desigual e injusta de educação, cultura, renda, trabalho, oportunidades e tantos outros fatores, ajudam na manutenção da desigualdade e criam a perspectiva de impossibilidade de mobilidade social.

A mídia também é usada como ferramenta de propagação de ideias que atendam ao interesse da minoria dominante. Além disso, há o papel da classe média de atuar como intermediária entre a classe pobre e a elite, geralmente favorecendo aos interesses desta para manter os seus distantes daquela.

O que se percebe é que são pouquíssimas as chances de reforma da ordem social vigente, já que, como demonstrado, a elite sempre esteve pronta para impedir qualquer ameaça a sua estrutura de poder e dominação sobre as demais classes. Essa seria a forma como funciona e prospera silenciosamente a evidente e histórica disparidade de classes que impede a construção de uma sociedade mais justa.

Referências bibliográficas

CAMARGO, Aspásia Brasileiro Alcântara de. As elites cindidas: o Brasil entre dois marcos da revolução burguesa. Perspectivas: **Revista de Ciências Sociais**, v. 53, 2019.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). **Implementando desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

FELIX, Jorge. A elite do atraso: uma reinterpretção do Brasil por Jessé Souza. Ponto-e-Vírgula: **Revista de Ciências Sociais**, n. 22, p. 92-96, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

LOPEZ, Félix. **Repertórios sobre as Razões da Desigualdade no Brasil**. Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI), n. 23, jun. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10172>. Acesso em: 14 de set. 2021.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução: Monica Baugarten de Bolle. 1. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

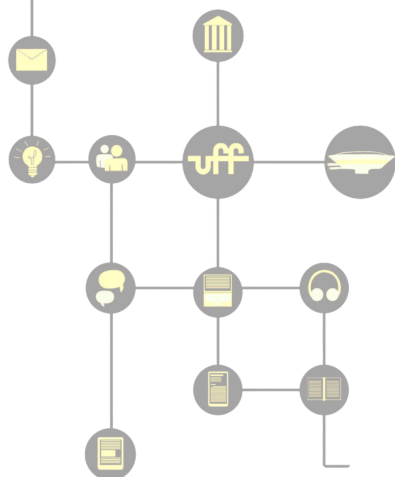
RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2. Ed. Curitiba: Companhia das Letras, 1995.

RIZEK, Cibele Saliba. **Jessé de Souza - A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato: À guisa de um debate**. 2018.

SILVA FERREIRA, Ricardo Bruno da; FERNANDES, Isabela Duarte. **Onde os fracos não têm vez: a elite do atraso ou o atraso da elite**. Teoria e Cultura, v. 13, n. 2, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Jessé. **Jessé Souza: É preciso explicar o Brasil desde o ano zero**. Entrevista concedida a Amanda Massuela. Revista Cult (online). São Paulo: Bregantini, 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/jesse-souza-a-elite-do-atraso/>. Acesso em: 14 set. 2021.



Muito mais do que uma esposa: vida-obra de Berta Ribeiro (1924-1997)

Bianca Luiza Freire de Castro França¹

RESUMO: O presente texto traz um breve panorama da trajetória de vida-obra da antropóloga Berta Ribeiro, companheira de Darcy Ribeiro. Através da análise teórico metodológica de sua obra, aponta semelhanças e diferenças entre a produção antropológica de Berta e Darcy, bem como traz uma breve análise dos trabalhos feitos em coautoria pelos antropólogos: o livro *Arte Plumária dos Índios Ka'apor* e a coletânea *Suma Etnológica Brasileira*.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia, Etnologia brasileira, Teoria antropológica, Trajetória de vida.

Much more than a wife: life-work of Berta Ribeiro (1924-1997)

ABSTRACT: This paper provides a brief overview of the life-work trajectory of the anthropologist Berta Ribeiro, partner of Darcy Ribeiro. Through the theoretical and methodological analysis of his work, it points out similarities and differences between the anthropological production of Berta and Darcy, as well as brings a brief analysis of the works done in co-authorship by the anthropologists: the book *Feather Art of the Ka'apor Indians* and the collection *Brazilian Ethnological Summa*.

KEYWORDS: Anthropology, Brazilian Ethnology, Anthropological theory, Life trajectory.

¹Doutora em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC/ CPDOC-FGV), mestre em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT/ MAST), licenciada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com especialização em Sociologia pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e especialização em Docência pelo IFMG/ Arcos. Autora da tese "Uma Civilização Vegetal": A contribuição de Berta G. Ribeiro para a Antropologia brasileira no século XX, defendida no PPHPBC/CPDOC-FGV em agosto de 2023; e diretora/produtora do documentário "Para Berta, com amor", lançado em novembro de 2023. E-mail: bianca.castro.franca@gmail.com.

Introdução

20/ nov./1949 – Berta, abro este diário com seu nome. Dia a dia escreverei o que me suceder, sentindo que falo com você. Ponha sua mão na minha mão e venha comigo. Vamos percorrer mil quilômetros de picadas pela floresta, visitando as aldeias índias que nos esperam, para conviver com eles, vê-los viver, aprender com eles. DR. (RIBEIRO, 1996, p. 17)

Começo o artigo com a abertura de *Diários Índios*, o livro escrito por Darcy Ribeiro em forma de carta para sua companheira Berta, começa a ser escrito na década de 1940 e só será publicado em 1996, no ano seguinte ambos morreriam vitimados pelo câncer. Trata-se da publicação dos diários de campo de Darcy e é considerado por seu autor “a maior carta de amor de todos os tempos”. Ao iniciar dessa forma, convido que o leitor “pegue em nossas mãos” e venha percorrer um pouco da trajetória de Berta.

No ano do centenário do brilhante Darcy Ribeiro, lembrá-lo e comemorá-lo implica invocar a memória de sua companheira de vida e de campo, Berta Ribeiro. A romena de nascimento e mineira de coração, foi muito mais do que esposa de Darcy. Berta Gleizer Ribeiro foi uma antropóloga, etnóloga, pesquisadora, escritora, desbravadora incansável e militante apaixonada da causa indígena

A vida e obra de Berta e Darcy se misturam e se confundem ao ponto de Berta, por muitos anos, ter sido ofuscada pela presença e memória do marido. Principal interlocutora de Darcy, entre 1948 e 1974, Berta datilografou todos os manuscritos do antropólogo, dedicando-se principalmente durante o período do exílio à sua obra. Mesmo após o divórcio, continuou contribuindo com Darcy até a reaproximação do casal no final de suas vidas.

Apesar de discípula de Darcy, assim a considero pois Berta começa a fazer etnologia quando o acompanha no trabalho de campo entre os Kadiwéu, possuía interesses e metodologia própria e diferentes do antropólogo. “Ela é o único caso de antropólogo de sua geração com um interesse vívido pela cultura material e pelas formas de adaptação ecológica dos povos indígenas.” (RIBEIRO, 2012, p.124).

Enquanto Darcy se preocupava em criar uma lei geral para explicar a formação do povo brasileiro e uma teoria antropológica nacional, Berta focava no saber indígena através da produção de cultura material; das artes visuais indígenas; do domínio da etnobotânica; do manejo agrícola e hídrico e, principalmente, no uso social da tecnologia indígena. Berta acreditava que o emprego do conhecimento indígena pela sociedade ocidental poderia contribuir para um mundo mais sustentável.

Sabedora da importância de seus estudos e registros sobre os saberes dos indígenas brasileiros, não se deixava abalar pelos modismos e viradas teórico metodológicas da antropologia no Brasil. Assistiu às mudanças do foco antropológico nas décadas de 1960 e 1970, a dissociação entre museus e antropologia e a

institucionalização dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia no país, sem esmorecer de suas pesquisas.

Segundo Gonçalves (2000), a nova geração de antropólogos estava mais interessada nos aspectos dos novos temas que surgiam na etnologia brasileira e passavam a ser dominantes como: parentesco, cosmologia, sistemas classificatórios, construção da pessoa e estruturas sociais. Consciente de seu trabalho, Berta sempre procurou manter acesa a chama de seu interesse, persistindo por caminhos diversos para novas abordagens do conhecimento indígena brasileiro, através da antropologia, museologia (campo para o qual deu imensa contribuição com seu *Dicionário do Artesanato Indígena*, publicado em 1988), ecologia, etnobotânica e história.

Berta Ribeiro se dedicou ao campo antropológico através de um profundo trabalho de pesquisa sobre a história, cultura e diversos saberes dos indígenas brasileiros. Seus livros, artigos e exposições sobre a questão indígena somados ao acervo de objetos variados coletados pela antropóloga, formam um precioso legado para a antropologia brasileira.

Diante do exposto, o presente texto traz uma breve análise da contribuição antropológica mútua entre Berta e Darcy Ribeiro, através da análise de algumas publicações e vida-obra da antropóloga. Utilizo a expressão “vida-obra” apresentada por Oliveira (2020), pois não dissocio a obra de Berta de sua vida pessoal. Ela é um dos casos de pesquisadores e intelectuais dos quais a vida é apêndice de sua obra e vice-versa. Dessa forma, iremos rememorar Berta no centenário de Darcy Ribeiro.

Vida/obra de Berta Ribeiro (1924* – 1997+)

Berta Gleizer nasceu em uma família judia, em Beltz, Romênia, em 2 de outubro de 1924. Filha de Motel Gleizer e Rosa Sadovnic Gleizer, era a irmã caçula de Genny. Fugindo da perseguição antissemita e anticomunista na Europa, Motel se estabeleceu no Brasil em 1929, como comerciante no Rio de Janeiro, vindo sozinho para depois trazer a família. Segundo Amorim (1998), Motel Gleizer era líder sindical em Beltz e, ao chegar ao Brasil, se estabeleceu como pequeno comerciante na região da Praça XI, Centro do Rio de Janeiro. Após o suicídio da mãe, Genny (com 15 anos) e Berta (com 8 anos) vêm morar com o pai no Brasil, no ano de 1932, ficando na região da Praça XI junto à comunidade judaica local.

Em julho de 1935, Genny é presa em São Paulo, para onde se mudou a trabalho, acusada de participar da organização do Congresso da Juventude Comunista. Em outubro do mesmo ano, a irmã de Berta Ribeiro é banida do Brasil pelo governo de Getúlio Vargas, o caso provocou intensa mobilização pública². Motel Gleizer também foi expulso e banido, em 1936, morrendo na França, devido ao frio e à pobreza em que

² Para saber mais sobre o caso Genny Gleizer, ver: ANTÃO, 2017; BLAY, 1989.

se encontrava. Ele teria voltado para a Europa tentando reencontrar-se com Genny, porém, nunca conseguiu (AMORIM, 1998; BLAY, 1989).

Berta fica sozinha no Rio de Janeiro aos 11 anos de idade, morando com famílias judaicas da Praça XI e tutelada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Segundo Amorim (1998), vivia uma vida às escondidas e estudava clandestinamente em uma escola de alfabetização de adultos, no período noturno. Tempos depois é levada para São Paulo para morar com a família Fridman, estudando na Escola do Comércio Álvares Penteado.

Em 1940, aos 16 anos, consegue um emprego de datilógrafa e aluga um quarto de pensão, passando a viver por conta própria. Quando passou a viver sozinha foi um dos momentos mais felizes de sua vida, “pois estava cansada de viver em casa alheias, embora amigas” (AMORIM, 1998. p.35).

Em 1946, aos 22 anos, durante um comício do Partido Comunista em São Paulo, Berta conheceu o jovem estudante de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), Darcy Ribeiro. Em seu livro póstumo *Confissões*, publicado em 2012, Darcy conta: “Conheci Berta num comício, quando pedi um cigarro a um companheiro que sustentava a outra vara da faixa que abríamos. Ela veio trazer. Nunca mais me deixou” (RIBEIRO, 2012, p. 122).

O Partido Comunista, zelando por Berta, interferiu muito em seu namoro com Darcy, chegando a enviá-la para o Rio de Janeiro para trabalhar no Comitê Central. Porém, o casal continuou namorando às escondidas. Quando o Partido Comunista descobriu novamente o namoro, enviou Berta para Nova York para passar uma temporada com a irmã, que passa a assinar como Jenny Simoza e possuía residência fixa nos EUA. Ao voltar para o Brasil, Berta vai direto ao encontro de Darcy que estava em trabalho de campo com os indígenas Kadiwéu, no Mato Grosso. Ali começou sua carreira como etnóloga, acompanhando-o por seis meses na pesquisa e auxiliando na redação dos livros sobre arte, religião e mitologia dos Kadiwéu publicados por Darcy.

Entre os anos de 1949 e 1951, recém-casada com o antropólogo, começou a acompanhá-lo no trabalho de campo, passando a assinar como Berta Ribeiro. Em suas viagens ao longo de sua carreira antropológica, Berta esteve entre os Kaingang no Sul do Brasil, os Kadiwéu e Terenas no Mato Grosso, os Ka’apor no Maranhão, os Yawalapiti, os Kayabi, os Juruna, os Araweté e os Asurini, todos esses no alto e médio Xingu. Essas experiências no Xingu foram relatadas, assim como as relações com os índios xinguanos, no livro *Diário do Xingu*, de 1979.

Continuadas as viagens de campo, em diferentes épocas, esteve entre os Tukano e Desana na região do alto Rio Negro. Em suas viagens aos Desana trabalhou por muito tempo com Luiz Gomes Lana e Firmiano Arantes Lana, apoiando a redação e ilustração de mitos para o livro *Antes o Mundo Não Existia: Mitologia dos Antigos. Desana-Kêhíripõrã/Tõrãmã Kêhíri*, foi publicado em junho de 1980. O trabalho com os

Lana, pioneiro na etnologia brasileira, reúne os mais importantes mitos da cultura Desana, na versão de um dos seus grupos de descendência, os *Kêhíripõrã*. Firmiano e Luiz (pai e filho) narram e ilustram os mitos reunidos e publicados por Berta que, ao contrário dos antropólogos de sua época, dá a autoria do livro para os indígenas ao invés de tomá-la para si como uma porta voz dos Desana entre os não-indígenas.

O seu contato com os indígenas no Xingu e no alto Rio Negro possibilitou a escrita de sua última obra *Os índios das Águas Pretas: Modo de produção e equipamento produtivo*, de 1995.

Formada em História e Geografia, na década de 1950, na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette, incorporado posteriormente à Universidade Estadual da Guanabara, e depois à atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), começou a trabalhar como estagiária no Museu Nacional, em 1953. Fixou-se no estudo da cultura material dos povos indígenas brasileiros e no tratamento e conservação de coleções museográficas.

A partir desse trabalho de levantamento no Museu Nacional, começa a analisar a produção plumária dos indígenas brasileiros que se desdobrará em dois importantes textos que são considerados ferramentas de estudo e classificação desses adornos.

Berta deixava pistas de sua identificação com os etnólogos das primeiras décadas do século XX, em razão da sua opção pela descrição etnográfica no estilo de crônica de viagem. Amorim (1980) diz que a abordagem etnográfica, mais descritiva do que interpretativa, e a ênfase na cultura material, lembram a produção etnológica dos fins do século XIX e início do XX.

No ano de 1957, escreveu *Bases Para uma Classificação dos Adornos Plumários dos Índios do Brasil*. Trata-se de um estudo museológico e bibliográfico com uma classificação ergológica e de procedimentos técnicos envolvidos na produção de adornos plumários para a compreensão do conteúdo estético e da função desses adornos na vida dos índios brasileiros.

Foram selecionados adornos dos índios Urubus-Ka'apor, Munduruku, Karajá, Bororo, Guajajara, Tembê, Apiaká, Mawé, Araras, índios do Xingu, Tapirapé e Tukano. Após essa primeira publicação, Berta publica conjuntamente com Darcy Ribeiro, ainda em 1957, o livro *Arte Plumária dos Índios Ka'apor*, impresso nos EUA e distribuído no Brasil pela Editora Civilização Brasileira. Ilustrado com pranchas de Georgette Dumas, o livro traz um estudo aprofundado sobre a plumária dos indígenas Urubu-Ka'apor. O livro é uma importante ferramenta de classificação dos adornos plumários desses indígenas e recebeu o Prêmio João Ribeiro de ensaios, agraciado pela Associação Brasileira do Livro (ABL).

Em 1958, Berta mudou-se com Darcy Ribeiro para Brasília, interrompendo seus trabalhos no Museu Nacional. Colaborou com o marido e o antropólogo Eduardo Galvão no planejamento e implantação do departamento de antropologia na

Universidade de Brasília (UnB). Em 1964, com o Golpe Civil Militar brasileiro, foi para o exílio no Uruguai com Darcy, onde segundo ele em *Confissões*, Berta se dedicou à elaboração do conceito de transfiguração étnica que é apresentado no livro *Os índios e a civilização*, publicado da década de 1970.

A transfiguração étnica é a forma pela qual os povos surgem e se transformam através de forças biológicas, como as doenças e mudanças genéticas, e ecossociológicas, que são as mudanças de seu habitat e tecnologias produtivas (ex. o afastamento dos povos indígenas de suas terras devido à ocupação do agronegócio).

Berta e Darcy ficaram exilados no Uruguai (1964-1968), na Venezuela (1969), Chile (1971) e no Peru (1972). Durante esse período, Berta trabalhou na organização da documentação de Darcy e se tornou uma espécie de braço operacional de sua obra, além de sua principal interlocutora.

Segundo Darcy Ribeiro (2012), de volta do exílio, Berta retorna ao Museu Nacional na qualidade de pesquisadora independente e, depois, se torna naturalista contratada. Destacava-se por seu interesse pela cultura material do ponto de vista tecnológico, ergológico, funcional e artístico.

Em 1974, o casal Ribeiro se separa, porém, continuam trabalhando juntos até o final de suas vidas em várias coproduções, dentre as mais importantes a *Suma Etnológica Brasileira*, de 1987, edição brasileira do *Handbook of South American Indians*. Berta ficou responsável pela organização dos três primeiros volumes, além de coordenar a editoração e fazer importantes colaborações com quatro artigos, com estudos sobre o trançado e a produção têxtil indígena, entre outras análises sobre cultura material, sempre muito detalhistas e complexas etnograficamente. No “Caderno 7” de *Fazimentos*, Darcy diz que Berta coletou e reuniu todo o material iconográfico, elaborou textos, contactou os autores, além das editoras para viabilizar a publicação da obra.

Segundo Laraia (2008), após o divórcio, Berta fez tudo o que deixou de fazer enquanto casada com Darcy: fez o doutorado, fez concurso para titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), publicou muitos artigos e livros, tudo isso quando Darcy já havia praticamente “parado” de fazer antropologia para se dedicar à vida política.

Em trecho de seu *curriculum vitae*, datado de 5 de maio de 1994, citado no “Caderno 7”, de *Fazimentos*, analisando os anos nos quais esteve em constante aprendizado e formação com Darcy, Berta diz:

Meu currículo revela um lapso de 18 anos, intervalo em que me desliguei do Museu Nacional. Embora não tenha podido realizar obra própria, acho que contribuí para a etnologia brasileira e para o que chamamos “causa indígena”, na medida em que ajudei Darcy Ribeiro em seus trabalhos, principalmente na série que ele intitulou Antropologia da Civilização escrita – com exceção de *Os índios e a civilização* – no exílio (FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO, 2009, p.17).

Em 1980, Berta doutorou-se em Antropologia Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação de Amadeu Lanna, com a tese intitulada *A Civilização da Palha*. Sua tese representa um dos mais completos e complexos estudos da cestaria indígena do alto Xingu e alto Rio Negro, abordando aspectos tecnológicos, produtivos e estéticos.

Também na década de 1980, prestou concurso e se tornou professora adjunta da Escola de Belas Artes da UFRJ, onde ministrou aulas no curso de Pós-Graduação em Antropologia da Arte, nas disciplinas de “Arte indígena no Brasil” e “Cultura material e arte étnica”, e orientou alunos dentro de sua especialidade.

Esteve, institucionalmente, associada ao Museu Nacional e ao Museu do Índio, nos quais atuou como pesquisadora e formou coleções etnográficas. Para o Museu Nacional, a aquisição de objetos fez parte das atividades do seu trabalho no Projeto Corpus Etnográfico do Alto Xingu e na pesquisa para sua tese.

O Projeto Corpus Etnográfico do Alto Xingu foi executado no Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional, entre os anos de 1977 e 1981, em convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e com coordenação de Maria Heloísa Fenelón Costa, então curadora do setor desde 1964. O projeto previa pesquisas etnográficas entre populações indígenas e regionais e, para isso, foi dividido em áreas gerando quatro subprojetos, o Subprojeto I – “Corpus Etnográfico do Alto Xingu” que se caracterizou por atividade própria da reserva técnica com organização de fichários e montagem de catálogo, fazia parte do trabalho de Berta Ribeiro no setor junto à organização de documentação.

Fátima Nascimento, que atuou como estagiária no projeto mencionado, aponta que “[...] A professora Berta Ribeiro se preocupava mais diretamente com os aspectos tecnológicos do estudo da cultura material e com suas posteriores imbricações ecológicas. [...]” (NASCIMENTO, 2009, p. 19). Os projetos de Berta, tanto o projeto do Alto Rio Negro que se transformou na exposição “Os Índios das Águas Pretas”, quanto o projeto de cestaria xinguaná que se transformaria no livro *Diário do Xingu*, ambos de 1979, resultaram em coleções para o Museu Nacional.

Para o Museu do Índio, Berta formou uma coleção de 26 peças dos indígenas Araweté do Pará, e formou coleção com 44 objetos dos indígenas Asurini do Xingu para o Museu Paraense Emílio Goeldi. As coleções formadas são datadas de 1981. A formação de coleções dos indígenas os quais estudava constituía um de seus interesses capitais, pois a antropóloga lia os objetos, os registrava de forma minuciosa e os colecionava.

Berta esteve no Museu do Índio como servidora, trabalhando na chefia do Serviço de Museologia entre os anos 1985 e 1986 na gestão de Carlos Moreira Neto. Com o fim da gestão de Carlos Moreira, foi afastada da chefia e continuou como antropóloga e pesquisadora, já trabalhando na escrita do *Dicionário do Artesanato*

Indígena. Berta fazia levantamento das fichas catalográficas do museu, preparava os verbetes do dicionário a partir desse levantamento e organizava as ilustrações com o arquiteto Hamilton Botelho.

Entre 1978 e 1995, Berta teve uma enorme produção bibliográfica e intelectual, montando exposições dentro e fora do Brasil e participando da idealização do projeto do Museu do Índio de Brasília, atual Memorial dos Povos Indígenas, junto com o arquiteto Oscar Niemeyer, no texto *Museu do Índio, Brasília* publicado em 1988 é possível ler o plano diretor do museu. Berta armazenava cuidadosamente em sua casa em Copacabana, um acervo de, aproximadamente, quinhentas peças reunidas ao longo dos anos e com contribuições de Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão. Essas peças destinavam-se a viabilizar o acervo do Museu do Índio na capital federal.

Seu apartamento no Edifício Maíra, na rua Souza Lima, era um refúgio para Berta, que de sua máquina de escrever datilografava artigos, livros, mas também muitas correspondências aos amigos e interlocutores. Berta era exímia datilógrafa e uma trabalhadora voraz. Recebia alunos, orientandos, amigos e colegas de ofício em seu apartamento onde tinha muitos livros, seu acervo de objetos indígenas e um retrato seu pintado pelo artista plástico José Pancetti. O quadro ilustra a capa do livro *Antropólogas e Antropologia*, de Mariza Corrêa, publicado em 2003, e que tem sua dedicatória para Berta Ribeiro, Clara Galvão e Cecília Wagley.

Até 1997, ano em que um tumor cerebral maligno matou Berta, seus caminhos e interesses eram vastos: antropologia, ecologia, museologia, arte e cultura material indígena. Ao todo Berta produziu em sua carreira: 5 artigos em catálogos, 17 artigos em periódicos nacionais, 5 artigos em periódicos estrangeiros, 19 capítulos publicados em livros diversos, 9 livros publicados e 3 textos inéditos, dentre eles sua tese de doutorado. Segundo Amorim (1998), produziu um filme documentário sobre os Asurini e os Araweté e forneceu argumento e material para outro filme: “Gain Paña e a origem da pupunheira”, animação dirigida por Luiz Fernando Perazzo.

Berta recebeu reconhecimento da comunidade antropológica brasileira, ainda em vida, sendo homenageada mais de uma vez pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Também foi condecorada, em 1995, com a comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico.

Ao final da vida, ambos acometidos pelo câncer (Darcy morreu em 17 de fevereiro de 1997 e Berta em 17 de novembro de 1997), voltaram a conviver e se (re)apaixonaram. Disse Darcy em *Confissões* que, após 25 anos de casados e 25 anos de separados, ambos voltaram a conviver de forma pacata e com muito amor. “Gosto de dizer que a estou namorando e dou beijos na boca. Também a peço em casamento. Ela aquiesce, mas quando ainda falava, dizia as suas amigas “Para casamento, Darcy não é confiável.”” (RIBEIRO, 2012, p. 126).

Segundo Amorim (1998), Berta sentia-se feliz, confortada e grata com o apoio de Darcy, a quem sempre amou apesar da separação, porém, desconfiava de suas declarações de amor, as quais Darcy tornou públicas em entrevistas concedidas à imprensa entre 1995 e 1996 e nos dois últimos livros: *Diários Índios* e *Confissões*.

Uma análise da contribuição antropológica de Berta e Darcy Ribeiro: proximidades e diferenças

Através da breve análise da contribuição antropológica mútua de Berta e Darcy Ribeiro, é possível demonstrar que há diferenças teóricas e metodológicas nas obras dos autores. Apesar de inserida na antropologia por Darcy ao aprender o ofício de etnógrafa em campo com ele, Berta possuía interesses e uma metodologia de pesquisa diferentes do marido.

Darcy buscava em sua obra antropológica, uma espécie de lei geral que explicasse a formação do povo brasileiro, sem excluir nenhuma raça ou cultura e sem separá-las em “caixas classificatórias”, como é possível observar em *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*, de 1995.

Para Darcy, a visão romântica do índio intocado e original e a visão do índio assimilado à sociedade brasileira não correspondem à realidade que era da constante adaptação das culturas indígenas à cultura ocidental para sobreviver à violência colonial. Falava em “remanescentes tribais”, admitindo que haveria uma classificação, um tanto evolucionista, que admitia a presença de um estado de índio, porém, com uma queda em relação ao modelo original, ou seja, o que Darcy vai chamar de Matriz Tupi, que é o estado original no qual os indígenas brasileiros se encontravam antes da colonização. Essa Matriz Tupi, vai sofrendo com a colonização, o contato e a modernização causando a transfiguração étnica. O índio original se transfigura em um índio modificado pela colonização.

O trabalho de Berta, por sua vez, pode ser observado como focado nos saberes indígenas, principalmente na cultura material, e sua contribuição para a história e sociedade brasileiras, além de ser puramente etnográfico. Cabe ressaltar seu esforço para distinguir a que etnia corresponderia cada artefato no circuito de trocas, ou como o mesmo tipo de artefato era diferentemente confeccionado e os significados das peças para os grupos. Por isso, anotava minuciosamente, durante o trabalho de campo, tudo o que pudesse, por mais insignificante que parecesse. Ao mesmo tempo, procurava organizar seus dados de maneira a oferecer informações precisas, filtradas pelo seu próprio modo de vê-las e senti-las. A ciência de sua escrita é, antes de tudo, produção de documento histórico sobre os povos indígenas brasileiros.

Darcy, por sua vez, contava com a organização de Berta para organizar seus escritos. Por mais brilhante que fosse, sua obra era organizada, sistematizada,

datilografada por Berta, que fazia de forma exímia o trabalho de coordenação editorial para Darcy e para sua própria obra.

Berta dava muita ênfase à autonomia dos povos indígenas com os quais trabalhou. Acreditava que a manutenção de práticas culturais distintas era a única saída para esses povos. Segundo Botelho (2015), Berta tinha interesse pelo “sabor do saber indígena” e possuía uma habilidade para o trabalho que reunia diferentes sujeitos de conhecimento, incluindo nativos e antropólogos. Colocava em prática a relação incomum, na época, entre informantes e antropólogos: a colaboração.

Berta possuía interesse pelo saber indígena enquanto: 1) conhecimento indígena sobre a natureza e para “humanização da natureza” (práticas e cosmologias) – *Homo Ludens*; 2) conhecimentos antropológicos sobre os saberes e modos de fazer indígenas: gestos complexos e movimentos do trabalho artesanal, onde a cultura material é vista enquanto tecnologia – *Homo Faber*. Em *O índio brasileiro: homo faber, homo ludens* (1983), Berta Ribeiro diz que a face lúdica do índio brasileiro é aquela das atividades dedicadas à dança, canto, ornamentação do corpo e dos artefatos, enquanto sua face *Homo Faber* é sua especialidade, o legado indígena a cultura brasileira e universal, que é o saber, o conhecimento da natureza e do comportamento técnico do índio.

Em sua tese sobre a Civilização da Palha, de 1980, Berta afirma que o trabalho artesanal é, na verdade, um complexo de gestos e movimentos. Ao etnólogo cumpre registrá-los com a maior acuidade possível. E, ao tratar dos meios da produção indígena, se referia a uma “TecEconomia” e não à tecnologia, pois as ferramentas isoladas não fazem uma tecnologia. O termo tecnologia não inclui somente as máquinas e ferramentas utilizadas por certa cultura, mas também a forma pela qual elas são organizadas para uso e mesmo o conhecimento científico que as torna possíveis.

A classificação adotada em seu trabalho dava importância para a tecnologia e o estudo da evolução tecnológica para a compreensão da vida material de diferentes sociedades humanas. Seu trabalho dava valor à tecnologia produtiva como forma de adaptação ecológica, coesão social e sustentação identitária.

O que interessava à Berta eram as manifestações explícitas que revelam a influência indígena na cultura nacional. Para isso, ela vai tratar da formação histórica das “subculturas” regionais e da presença indígena, maior ou menor, em cada uma delas; e descrever os modos de produção e de transferência de técnicas adaptativas que incluem os modos de fazer, instituições, conhecimentos e crenças, diante do contato interétnico e da miscigenação.

Além da Tecnologia, Berta tinha interesse pela Etnobotânica e Ecologia. Seu livro *Amazônia Urgente: cinco séculos de história e ecologia*, de 1990, é ao mesmo tempo um guia da exposição “Amazônia Urgente”, montada na estação de metrô do Largo da Carioca, no Rio de Janeiro. O livro constitui um enorme esforço para tornar visível a

história e drama da floresta amazônica e seus povos indígenas. Traz ideias claras sobre o equilíbrio ecológico ameaçado pelo progresso não adaptado. Utiliza uma abordagem interdisciplinar integrando a Geociência, a Biologia, a Antropologia e a História, numa abordagem que avança alternativas de manejo autossustentável para a Amazônia.

Berta em diversos textos de sua obra, trata dos conhecimentos dos indígenas acerca da flora e os usos das plantas desde aquelas destinadas à alimentação como frutas, raízes e vegetais diversos, bem como as plantas medicinais, alucinógenas, fibras têxteis, plantas tintórias, como o anil; plantas de uso industrial como a seringueira, dentre outras muitas variedades que servem aos saberes etnobotânico dos indígenas brasileiros.

Darcy afirmou que:

É de ressaltar aqui algumas qualidades específicas de Berta. Primeiro, seu simultâneo interesse pelas culturas indígenas e pelo destino dos índios. Segundo, seu respeito por seus informantes indígenas, que chega ao ponto de publicar um livro de mitologia em nome deles e lhes transferir os direitos autorais. Terceiro, sua ampla visão, que incorpora tudo que conhecemos sobre a sabedoria dos povos da floresta dentro do quadro da sociedade e da cultura brasileira, tema sobre o qual publicou vários livros. Inclusive seu texto “O índio na cultura brasileira”, que é o melhor com que contamos para uma visão panorâmica da contribuição indígena à nossa cultura. (RIBEIRO, 2012, p. 125)

Portanto, é possível afirmar que Berta e Darcy, a partir de suas aproximações e diferenças, contribuíram mutuamente e deixaram um imenso legado para a antropologia e etnologia brasileiras. Cada qual dentro de seus interesses, criaram ferramentas metodológicas e teóricas para compreensão da cultura, história e saberes dos indígenas brasileiros. Ao celebrar Darcy, celebramos Berta e vice-versa.

Reflexões finais

Este artigo se trata de uma homenagem à companheira de vida e de antropologia de Darcy Ribeiro, no centenário do antropólogo. Lembrar Darcy é falar, também, de Berta que terá seu centenário em 2024. Celebrar a obra de Darcy é celebrar Berta, pois ela contribuiu imensamente para a antropologia de Darcy. Mas ao rememorar Berta é importante frisar que Berta foi muito mais do que a esposa de Darcy Ribeiro.

Berta tratou da produção material, da história, contribuição dos índios e da dívida do Brasil para com os povos indígenas e como o uso de seu conhecimento ancestral e a aplicação social de sua tecnologia poderiam contribuir para a preservação do meio-ambiente e da sociedade como um todo. Foi visionária e pioneira em muitas de suas contribuições para os estudos de cultura material dos indígenas brasileiros e para os estudos de Tecnologia Indígena e Ecologia. Seu legado, ainda muito atual, deve ser levado a todos aqueles que possuem interesse pelos povos originários do Brasil.

O trabalho de Berta sobre a Adaptabilidade Humana (MORAN, 1994) através da produção de ferramentas e objetos utilitários e artísticos, do domínio dos recursos de fauna e flora nos trópicos úmidos entre os indígenas e como essa sabedoria pode ser empregada para a melhoria da vida na sociedade como um todo, e para a preservação ambiental, são temas caros para a Antropologia Ecológica surgida entre as décadas de 1950 e 1970 nos EUA a partir dos estudos de Julian Steward e Leslie White (NEVES, 1996).

Importante destacar que Berta apesar de ter aprendido antropologia com Darcy Ribeiro, era muito independente, tendo seus próprios interesses, criando sua própria metodologia de trabalho e abrindo seu caminho.

Na produção dos estudos de Adaptabilidade Humana no Brasil, pode ser contextualizada entre nomes importantes como Roquete Pinto, Castro Faria, Roberto Cardoso de Oliveira, dentre outros, que em seus estudos levaram em consideração os saberes indígenas e sua contribuição para a sociedade. Antes de Berta, na produção dos fins do século XIX e começo do XX, podemos citar nomes como de Raimundo Lopes, que trabalhava valorizando o “saber-fazer” indígena e as relações culturais/sociais que se estabeleciam em diferentes grupos e lugares (ALMEIDA & DOMINGUES, 2010). Nomes como o etnólogo Charles Wagley, com quem Berta chegou a trocar correspondências, e o etnólogo Castro Faria, que foi do Museu Nacional e um dos fundadores do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do museu. Na época de Berta, já iam longe os trabalhos etnocientíficos, podendo citar nomes como os do engenheiro e naturalista Barbosa Rodrigues, passando pelo botânico italiano Adolpho Ducke, e o químico Paulo Carneiro, entre outros.

Berta era uma mulher entre todos esses nomes masculinos, a mulher ao lado de Darcy Ribeiro e que separada de Darcy continuou sua belíssima carreira. Refletir sobre a trajetória de Berta Ribeiro é refletir sobre um aspecto pouco reconhecido na história intelectual latino-americana: a participação das mulheres na construção das Ciências Sociais latinas. Como indica Corrêa (2003), as trajetórias de mulheres cientistas são por vezes negligenciadas na historiografia das Ciências, porém, o estudo destas trajetórias é capaz de demonstrar importantes formas pelas quais as disciplinas e instituições científicas se desenvolveram. E a vida-obra de Berta Ribeiro é uma importante contribuição para esses estudos de gênero na academia.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Wagner Berno de; DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol (Orgs.). **Raimundo Lopes: dois estudos resgatados**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

ANTÃO, Ana Carolina da Cunha Borges. **Gênero, imigração e política: o caso da judia comunista Genny Gleizer no Governo Vargas (1932-1935)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

AMORIM, Maria Stella de. **Berta Ribeiro: Identidade Desana (Homenagem)**. Boletim da ABA, n. 29, 1998.

AMORIM, Maria Stella de. Resenha de Diários Índios. **O Globo**. 03 de fevereiro de 1980

BLAY, Eva Alterman. Inquisição, inquisições: aspectos da participação dos judeus na vida sócio-política brasileira nos anos 30. **Tempo Social**, n.1, v.1, 1989. p.105-130, Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/83335>. Acesso em: 31 de março de 2022

BOTELHO, Emilia Ulhoa. **Berta Gleizer Ribeiro: Afinidade e autonomia**. 2005. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2005.

CORRÊA, Mariza. **Antropólogos e Antropologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. Fazimentos. **Caderno 7: Berta Ribeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009

GONÇALVES, Marco Antônio. **Contribuição de Berta Ribeiro à Antropologia Brasileira. Homenagem a Berta Ribeiro**. Fundação Darcy Ribeiro. 16 de outubro de 2000

LARAIA, Roque de Barros. Roque de Barros Laraia (depoimento, 2008). Rio de Janeiro, **CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, (1h 17min). Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/roque_laraia/TranscricaoRoqueLaraia.pdf. Acesso em: 26 de março de 2022.

MORAN, Emílio F. **Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

NASCIMENTO, Fátima Regina. **A formação da coleção de indústria humana no Museu Nacional, século XIX**. 2009. (Tese Doutorado em Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2009

NEVES, Walter. **Antropologia Ecológica: um olhar materialista sobre as sociedades humanas**. São Paulo: Cortez, 1996

OLIVEIRA, Renata Cesar de. **Arte-Ciência: a influência da vida-obra de Marianne North**. In: Anais Eletrônicos 17º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 17º, 2020, Rio de Janeiro. Anais Eletrônicos. Pp.1-9. Disponível em: https://www.17snhct.sbhct.org.br/resources/anais/11/snhct2020/1599791757_ARQUIVO_4515b942be29db2780e0cd9374341aa6.pdf. Acesso em: 28 de março de 2022.

RIBEIRO, Berta G; RIBEIRO, Darcy. **Arte plumária dos índios Ka'apor**. Rio de Janeiro: Seikel, 1957.

RIBEIRO, Berta G; RIBEIRO, Darcy. **Suma Etnológica Brasileira I: Etnobiologia Indígena**. Petrópolis: Vozes/Finep, 1986a.

RIBEIRO, Berta G; RIBEIRO, Darcy. **Suma Etnológica Brasileira II: Tecnologia Indígena**. Petrópolis: Vozes/Finep, 1986b.

RIBEIRO, Berta G; RIBEIRO, Darcy. **Suma Etnológica Brasileira III: Arte Índia**. Petrópolis: Vozes/Finep, 1986c.

RIBEIRO, Berta G. **Os Índios das Águas Pretas: Modo de produção e equipamento produtivo**. São Paulo: Companhia das Letras/EDUSP, 1995

RIBEIRO, Berta G. **Amazônia Urgente: Cinco séculos de história e ecologia**. Editora Itatiaia/EDUSP, 1990.

RIBEIRO, Berta G. **Dicionário do Artesanato Indígena**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/EDUSP, 1988.

RIBEIRO, Berta G. Museu do Índio, Brasília. **Cadernos RioArte**, 1987b.

RIBEIRO, Berta G. "O índio brasileiro: homo faber, homo ludens". In: RIBEIRO, Berta G. **A Itália e o Brasil Indígena**. Rio de Janeiro: Index Editora, 1983

RIBEIRO, Berta G. **A Civilização da Palha: A arte do trançado dos índios do Brasil**. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 1980

RIBEIRO, Berta G. **Diário do Xingu**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

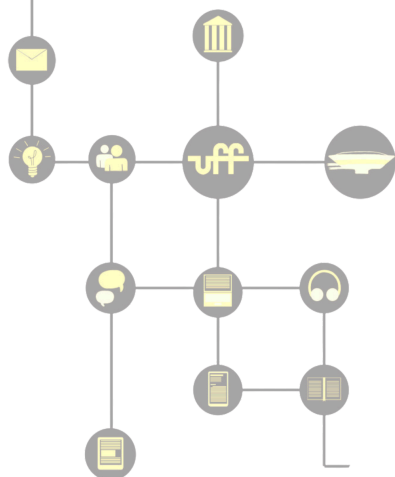
RIBEIRO, Berta G. **Bases Para uma Classificação dos Adornos plumários dos Índios do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivos do Museu Nacional, v. 43, 1957.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RIBEIRO, Darcy. **Diários índios. Os Urubus-Kaapor**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização - A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno**. - Edição brasileira (1ª): Editora Civilização Brasileira, Rio, 1970. - Edição brasileira (2ª a 5ª): Editora Vozes, Petrópolis, 1977/1986

KĚHÍRI, TÕRÃMÃ. **Antes o mundo não existia: mitologia dos antigos Desana-Kêhíripõã / Tõrãmã Kêhíri, Umusi Pãrõkumu; desenhos de Luiz e Feliciano Lana**. -- 1. ed. -- São João Batista do Rio Tiquié: UNIRT; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 1980.



A discussão de ética e compromisso etnográfico na obra de Taniele Cristina Rui com usuários de crack em São Paulo e Campinas

Beatriz Castelo Branco Maciel¹

RESUMO: O intuito deste trabalho é refletir acerca de questões de segurança e ética no trabalho etnográfico a partir da pesquisa e dos relatos de campo de Taniele Cristina Rui. A pesquisa de Rui se deu em espaços de comercialização e uso de crack nas cidades de São Paulo e de Campinas e sua obra relata as decisões que uma antropóloga precisa tomar para frequentá-los. A partir da discussão travada entre a autora, Robert Emerson, Susana de Matos Viegas, José Mapril e Luis Roberto Cardoso Oliveira, busco salientar a extrema relevância do tópico para que outros antropólogos e cientistas sociais busquem soluções de entrada e permanência em campo, considerando princípios éticos, legais e de segurança para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Ética; Etnografia; Notas de campo; Antropologia.

The discussion of ethics and ethnographic commitment in the work of Taniele Cristina Rui with crack users in São Paulo and Campinas

ABSTRACT: The purpose of this work is to reflect on issues of safety and ethics in ethnographic work based on research and field reports by Taniele Cristina Rui. Rui's research took place in spaces of sale and use of crack in the cities of São Paulo and Campinas (Brazil), and her work reports the decisions that an anthropologist needs to make to attend them. Based on the discussion between the author, Robert Emerson, Susana de Matos Viegas, José Mapril and Luis Roberto Cardoso Oliveira, I seek to emphasize the extreme relevance of the topic for other anthropologists and social scientists to seek solutions for entering and remaining in the field, considering ethical, legal and safety principles for all.

KEYWORDS: Ethics; Ethnography; Field notes; Anthropology.

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pós-graduada em Antropologia pela Universidade de Lisboa (ULisboa).

Introdução

Taniele Cristina Rui é antropóloga e autora do livro “Nas tramas do crack: etnografia da abjeção”, publicado em 2014. O livro é adaptado de sua tese de doutorado em Antropologia Social (“Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack”) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e trata da investigação sobre usuários de crack e sua relação com os espaços e objetos de uso da substância.

Sua pesquisa de campo se deu entre 2008 e 2010 nas cidades de São Paulo e Campinas (Brasil), especialmente nos espaços de uso de crack. A autora procurou compreender a relação entre corpo e a necessária interface com a substância e a produção de territorialidades, gestões e alteridades a partir destes corpos. Para compreender estes aspectos, foi de suma importância penetrar as redes de solidariedade construídas entre os próprios usuários e de agentes de redução de danos.

A entrada em campo da pesquisadora se deu através de Organizações Não Governamentais (ONGs) que trabalhavam com redução de danos. Os dois projetos surgiram entre 1998 e 2000 como iniciativas ao controle das infecções pelo vírus HIV e, com o passar do tempo e as demandas crescentes relativas ao uso de drogas, outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), hepatites virais e tuberculose incidiram na adaptação para atendimento de diferentes grupos. O Ministério da Saúde já reconhecia a importância de políticas públicas acerca do uso de crack, entretanto, é só em 2009, a partir de exposição midiática, que o governo federal lança planos mais efetivos (RUI, 2012). É neste contexto que Rui descreve sua inserção nas organizações, se apresentando como pesquisadora e explicitando os objetivos de sua pesquisa etnográfica.

A autora passou a frequentar reuniões com os agentes de redução de danos – muitos deles voluntários – e, posteriormente, começou a visitar diferentes espaços de uso das substâncias, semanalmente. Para ela, foi de grande importância o diário de campo, onde dizia ter “a cada semana uma descobertazinha”, permitindo “anotar cada fato observado e, ao fim, é só através dele que consegui tecer uma colcha com os retalhos coletados” (RUI, 2012, p. 48).

É interessante que Rui descreve uma situação vivida no então programa de redução de danos da cidade de Campinas quando disse que era pesquisadora e antropóloga:

Um dos redutores que havia sido DJ em um espaço cultural disse que teve a experiência com alguns alunos de antropologia que iam fazer pesquisa no local e ficavam num canto, apenas anotando o que acontecia em um caderninho, argumentando que tinham que ficar calados para não interferir no que observavam. Perguntou-me se eu faria o mesmo. Respondi que essa era uma possibilidade na prática profissional que poderia ter correspondência com determinados propósitos de pesquisa, mas que, no

caso da inserção que eu almejava, tal quietude não se fazia necessária. Ao contrário, deixei claro que, para mim, era importante interagir o máximo possível tanto os profissionais de redução de danos quanto com os atores por eles acessados (RUI, 2012, p. 32).

Para Robert M. Emerson (1995), a depender das circunstâncias postas em campo, é interessante que o etnógrafo adote diferentes estratégias. Isso inclui as notas e o próprio diário de campo - que Rui diz ser muito importante em seu trabalho de elaboração de tese. Entretanto, diferentemente de outros pesquisadores que passaram pelo programa de redução de danos de Campinas, ela optou por observar de forma participante ao invés de se pôr como uma observadora e “tomadora de notas” somente.

Emerson diz que em situações nas quais pesquisadores participam ativamente em campo é comum que concentrem seus esforços em descobrir quais os anseios e percepções de seus interlocutores; e em muitos casos as notas de campo podem ser adiadas ou, até mesmo, evitadas (EMERSON, 1995). Em determinadas pesquisas de campo, dependendo da demanda que o pesquisador encontre com seus interlocutores, retirar um caderno para fazer anotações pode anular a naturalidade, a emoção e o interesse nas relações.

É passível de questionamento, portanto, qual estratégia o pesquisador pode utilizar em um cenário no qual participar ativamente é essencial. Rui descreve seu campo sendo muitas vezes tenso e até amedrontador, o que requer grande atenção e prudência. Para tal, ela se utiliza da organização de trajetórias *ficcionais*; ficcionais estas a partir de sentido geertziano, por serem construídas pela pesquisadora (RUI, 2012) e por isso descreve a organização das notas etnográficas como sendo uma *colcha de retalhos* a qual ela “costurou” posteriormente. Essa abordagem foi utilizada também para proteger a identidade e a história dos interlocutores, de forma que a pesquisadora pudesse escrever livremente sobre suas experiências sem se atrelar a minúcias e respeitando o anonimato.

A importância dos diários de campo serviu não só para a pesquisa etnográfica, mas também para registrar o que ocorrera durante as visitas feitas pelos redutores de dano. Rui também transcreve parte do diário no dia em que fez uma visita a um galpão abandonado e diz sentir medo, explicando detalhadamente qual sucessão de fatos a fez ficar amedrontada. Emerson diz que é comum que pesquisadores possam se sentir incertos ao introduzir experiências que os tenham angustiado ou humilhado, mas que este é um exercício de sensibilidade para que as anotações não impactem negativamente a relação com os interlocutores (EMERSON, 1995). No caso de Rui, descrito na página 170, fazer qualquer tipo de anotação durante sua visita ao galpão poderia até mesmo pôr sua vida em risco. Para tal, mesmo que a transcrição de detalhes pudesse ser perdida com o passar do tempo, é preciso que o pesquisador saiba o momento certo de escrever e também o *timing* necessário para não subtrair as

emoções pulsantes – que também fazem parte da experiência e sensibilidade etnográfica.

O exercício de fazer anotações rápidas, principalmente em momentos de diálogos importantes, pode captar expressões que foram ditas de forma que a pesquisadora (ou o pesquisador) não suponham palavras a partir de seus sentimentos e emoções. Entretanto, para que a relação com os interlocutores possa adentrar patamares mais profundos, é possível que essas notas precisem ser adiadas. De qualquer forma, o pesquisador precisa estar atento a palavras-chave em situações emblemáticas para que a transcrição esteja o mais próxima possível dos reais acontecimentos.

Porém, o episódio vivido por Taniele Rui, ao mesmo tempo que abre discussão para as formas de transcrição de situações onde pegar um bloco de notas pode significar concebível risco de vida, não traduz o cotidiano da pesquisa etnográfica. Esses episódios são significativos, mas raros, e podem nem mesmo acontecer em um campo. De um modo geral, a atenção do etnógrafo deve se ater às “dimensões mais prosaicas da vida” (VIEGAS, 2008, p. 225). Para tal, é importante o *estranhamento* inicial que o pesquisador sente ao frequentar pelas primeiras vezes o campo; tal estranhamento é o que permitirá a produção de notas acerca do cenário, dos sujeitos, dos objetos e das características gerais, que devem ser captadas antes que se tornem *lugar comum* para o pesquisador.

É importante salientar que as notas de campo e o diário de campo são, de certa forma, parte da intimidade do pesquisador, fornecendo também uma “estrutura e um objetivo à experiência do dia a dia no campo” e servem como uma “memória textual”, além de serem uma forma de “contextualização da própria etnografia” (VIEGAS, 2008, p. 228).

O diário de campo é também o que dá corpo às relações interpessoais travadas durante a pesquisa, podendo revelar a cristalização dos vínculos afetivos e das vivências compartilhadas. Rui descreve sua relação com uma usuária a qual chama de Fernanda e diz que a primeira vez que se viram havia sido em abril de 2010 (RUI, 2012), antes de sua viagem a Portugal. Quando voltou, um ano depois, descobriu que Fernanda havia perguntado por ela, o que fez Rui reler as notas que descreviam as frases que sua interlocutora usou e os sentimentos que a pesquisadora sentiu no primeiro e no segundo encontro com Fernanda. É graças às notas de campo que, muitas vezes, o pesquisador pode lembrar situações e até mesmo sentimentos vivenciados com diferentes sujeitos, para depois reconstituir uma trajetória mútua.

A escrita e a ética etnográfica

Analisar o trabalho delicado que Rui fez com os usuários de drogas nas cidades de Campinas e de São Paulo não poderia deixar de lado aspectos como a ética

etnográfica, uma vez que seus interlocutores vivenciavam uma situação de extrema marginalização social e de desconfiança cotidiana. Parte deste exercício de sensibilidade aparece na própria estratégia de organização de suas notas e materiais coletados durante o campo e da estruturação da pesquisa para que não prejudicasse, expusesse ou constrangesse estes sujeitos. Para Luís Roberto Cardoso de Oliveira, os compromissos éticos dos antropólogos estão nos compromissos “com a verdade [...], com os sujeitos da pesquisa [...] e com a sociedade e a cidadania” (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

Ao citar a organização de *trajetórias ficcionais* proposta por Clifford Geertz, a autora não só se utiliza de uma forma de uso para suas anotações etnográficas, como também desenvolve o “exercício prático da alteridade”, uma vez que é no espaço do encontro com o outro que o estudo da narrativa se propõe como uma possibilidade de “reinscrição” no tempo e na(s) forma(s) de experiência(s) (OLIVEIRA, 2012). A autora também reitera que seu comprometimento com o anonimato e com o perigo eminente de que descrições literais poderiam recair em aspectos individuais foi o que a fez tomar as decisões de estruturação da tese de doutorado, pensando no que seria mais proveitoso para sua pesquisa e também para o bem-estar dos envolvidos. Quanto a isso, Rui escreve:

A opção por essa forma narrativa [de trajetória ficcionais organizadas] ainda está de acordo com um aspecto ético, por mim bastante prezado: guardar sigilo sobre as identidades pessoais. Com o firme propósito de evitar que a descrição recaia em aspectos individuais que podem tanto diminuir em demasia modos de interação que, ao longo da pesquisa, percebi serem recorrentes, quanto ferir a privacidade dos envolvidos, optei por fazer uso de uma liberdade descritiva e expressiva, também analítica, que concentrará muitas das minhas observações em personagens estratégicos. Trata-se fundamentalmente de uma forma de dar visibilidade ao que me instiga pela relação que tem possibilidade de expansão empírica e interpretativa; e não pela biografia particularizada, que, no caso de um estudo como esse, só circunscreve e delata (RUI, 2012, p. 49).

No trecho destacado percebe-se as premissas salientadas por Oliveira (2010), onde há comprometimento com a verdade e com a produção de conhecimento baseado em critérios válidos e também o cuidado com a responsabilidade e o compromisso ético em respeito aos interlocutores. Para a pesquisa de Rui, ainda há um agravante: algumas das pessoas poderiam estar sob o efeito de substâncias que modificassem seus parâmetros sobre consentimento e permissão, o que desafia ainda mais o pesquisador ou a pesquisadora a compreender até onde pode ir na descrição etnográfica que compartilhará com o público; levando ao terceiro ponto proposto pelo autor, de que há também o compromisso com a sociedade e com o compartilhamento de conhecimento que agregue aos demais cidadãos, mas sem que isso prejudique o grupo escutado para o trabalho.

Oliveira entende que a antropologia faz uma análise *com* seres humanos, diferentemente de áreas biomédicas que pressupõem uma interferência direta *em*

seres humanos (OLIVEIRA, 2010, p. 30). Quando há interferência direta, ele diz, é importante que haja consciência ampla dos procedimentos a serem realizados e quais consequências podem trazer para quem se submete a eles; há, por isso, a tentativa de que instituições reproduzam a ótica biomédica no caso de pesquisas antropológicas, mas há que se considerar que são áreas com diferentes particularidades a serem respeitadas. Para tal, mesmo que o pesquisador faça notas pessoais relatando vivências em campo com seus interlocutores, há que se ter responsabilidade ética para analisar o que é mais sensato de ser publicado, incluindo o cuidado com o bem-estar e o sigilo das pessoas que fazem parte do estudo.

Um dos pontos levantados por Oliveira (2010) acerca da ética antropológica diz respeito à responsabilidade não somente durante o campo, mas também posteriormente, além da responsabilidade com a informação e com o que foi confiado ao pesquisador durante as conversas. É de responsabilidade do pesquisador, também, compreender em que situação se encontram as pessoas que participam da pesquisa etnográfica para que se evite prejudicar e marginalizar ainda mais determinado grupo ou pessoa.

Taniele Rui relata que durante sua pesquisa etnográfica, viveu um misto de “agente de saúde, educadora social, redutora de danos e psicóloga” (RUI, 2012, p. 50), de forma que seu papel como pesquisadora foi, diversas vezes, visto como secundário por seus interlocutores. Ela cita que os usuários de crack não tinham nenhuma espécie de organização para exigir algum tipo de acordo ético entre eles e os pesquisadores e que a respeitavam pelo fato de não ser uma agente repressora, mas também estar presente num lugar onde poucas pessoas não usuárias de drogas frequentam. Neste contexto, ela revela ter questionado diversas vezes seus limites éticos enquanto pesquisadora e até a própria relevância da pesquisa. Ela diz ainda que:

Espero, contudo, que os momentos amistosos partilhados durante o trabalho de campo, que o respeito mútuo constituinte de toda a nossa relação e que o fato de eu tornar tal interação pública possam servir de reparação para essa ruptura. Se como querem muitos defensores da etnografia, a prática profissional deve ser guiada pela experiência empírica, reflexiva, afetiva e textual do contato, creio que não se pode voltar dela apresentando aos leitores apenas “os dados objetivos” encontrados. Se grande parte da honestidade intelectual do antropólogo é medida pela sua reflexão sobre a entrada em campo, penso que o mesmo deve valer no que diz respeito à sua saída (RUI, 2012, p. 50).

É notável que a preocupação de Taniele Cristina Rui com a ética etnográfica foi um dos pilares de seu trabalho, se utilizando de passagens das histórias de seus interlocutores e criticando a forma como essas pessoas são vistas pela sociedade. Ao narrar a história de Maria, uma usuária de drogas que sofreu diversos tipos de abusos durante a vida, ela termina de relatar sua história dizendo que, para muitos, Maria seria apenas vista como “viciada em crack”, e não como uma pessoa que passou por tantas adversidades em sua trajetória pessoal. Para tal, ela se utiliza da análise de Taussig (1988) acerca de narrativas fantásticas que permeiam o ofício etnográfico e de

como verdade e ficção se embrenham na narrativa antropológica, mas que devem fazer o leitor buscar, nestas histórias contadas, não a ficção, mas a realidade. E assim ela toma como sua a responsabilidade de transmitir esses relatos, histórias e fragmentos que coletou durante a pesquisa.

O exercício ético do antropólogo e a vivência da autora vão ao encontro do termo “mutualidade”, que se refere a um sentimento de partilha entre pesquisador e interlocutor. Susana de Matos Viegas e José Mapril se apropriam do termo de João de Pina-Cabral, compreendendo esta *mutualidade* enquanto uma relação de “(co)responsabilidade” e “cedências mútuas” (VIEGAS e MAPRIL, 2012, p. 515). Para tal, é necessário não um consentimento irrestrito por parte do antropólogo em campo, mas sim a criação e a manutenção do diálogo e da produção de condições de mutualidade.

Na experiência etnográfica, mesmo os pequenos detalhes precisam ser levados em consideração na análise do que se vê, escuta e sente. Ao falar sobre sua entrada em campo, Rui descreve que não havia a possibilidade de penetrar sozinha os espaços de uso das substâncias sem pôr em risco sua própria preservação física e que se utilizar das organizações foi a forma que encontrou para ter acesso aos usuários, respeitando suas limitações. Descrevendo sua decisão, ela cita o trabalho de Phillipe Bourgois e Jeff Schonberg (2009), que frequentaram lugares de uso de heroína em São Francisco, nos Estados Unidos, e que disseram ter que participar de uma “economia moral dos usuários compulsivos” (RUI, 2012, p. 35 *apud* BOURGOIS e SCHONBERG, 2009, p. 6), que incluía dar dinheiro a esses moradores para que não fossem vistos como egoístas ou mesquinhos.

Mesmo problematizando sua entrada através de organizações, Rui acreditou ser mais prudente tomar esta decisão, ainda que tivesse que respeitar as regras e protocolos das entidades. Por isso ela diz que algumas perguntas nunca puderam ser feitas para os usuários de drogas e também que não pôde ter acesso às localidades fora dos horários estipulados ou distante da equipe de redução de danos. Todas essas decisões – imprescindíveis ao trabalho etnográfico – determinam não só a forma como o pesquisador ou a pesquisadora vai se relacionar com os interlocutores, mas também como vai formular o trabalho posteriormente. Viegas e Mapril entendem esse movimento como o processo de construção do conhecimento, que está “em constante transformação e que se produz no seio de relações sociais” (VIEGAS e MAPRIL, 2012, p. 517). Eles ainda sugerem que a vivência em campo não é apenas subjetiva, mas também de prolongada intersubjetividade, desenvolvida por meio de revelações partilhadas mutuamente.

Considerações Finais

O trabalho de Taniele Cristina Rui carrega, de forma latente, aspectos sobre a condução da pesquisa de campo e as estratégias utilizadas para análise que dialogam com o que tem se discutido na antropologia nos últimos anos, principalmente no que se trata da ética etnográfica, da importância das notas e do diário de campo e da sensibilidade do pesquisador com os interlocutores. É nítido que o processo de reflexividade acerca da subjetividade e intersubjetividade das relações interpessoais tem grande espaço no trabalho da autora, levando o leitor a enxergar de forma diferenciada uma parcela da população que é hostilizada não só por outros cidadãos, mas pelas próprias políticas públicas e pelo sistema de saúde.

A elaboração da vivência em campo, a preocupação com as notas de forma a “se costurarem” numa “colcha de retalhos” (RUI, 2012) e até as próprias aflições explicitadas por Taniele Rui levam o leitor para dentro do processo etnográfico, de forma a compreender as subjetividades do processo. Viegas e Mapril (2012) entendem que não é necessariamente o exercício da empatia que o pesquisador deve exercer, mas sim a percepção de vínculo mútuo, de produção compartilhada do conhecimento a partir do encontro, do local, do contexto e da conjuntura – tudo analisado de forma a ser depurado conceitualmente ou o que diria Marshall Sahlins (2011, p. 11) sobre a importância da mutualidade:

como a “mutualidade do ser”: uma relação entre pessoas que ‘pertencem [*belong*] umas às outras, que são parte umas das outras, que estão copresentes umas nas outras, cujas vidas estão juntas e são interdependentes’ (VIEGAS; MAPRIL, 2012, p. 2 apud SAHLINS, 2011, p. 11).

Por fim, o trabalho de Taniele Cristina Rui elucida ao leitor a complexidade da pesquisa antropológica enquanto encontro com o outro, onde os detalhes interferem nas percepções, análises, descrições e emoções retratadas e que devem ser levadas em consideração. O encontro, observação e questionamento ao outro é o que caracteriza o trabalho antropológico e a ética precisa acompanhar esse movimento para que a formulação teórica caminhe conjuntamente ao processo de narrativa descritiva. Viegas e Mapril acreditam que a “experiência intersubjetiva [...] não é apenas um meio (um método) para alcançar um fim (conhecimento), mas uma forma efetiva de criar/produzir conhecimento” (VIEGAS e MAPRIL, 2012, p. 519), experiência esta que cabe do início ao fim do trabalho etnográfico apresentado em “Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack”.

Referências bibliográficas

BOURGOIS, P. e SCHONBERG, J. **Righteous Dopefiend**. University of California Press, 2009.

EMERSON, R. M. et al. "In the Field: Participating, observing and jotting notes" in **Writing Ethnographic Fieldnotes**, orgs. Robert M. Emerson, Rachel Fretz and Linda L. Shaw. Chicago: The University of Chicago, 1995.

GEERTZ, C. **Os usos da diversidade. Nova Luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

OLIVEIRA, L. R. C. "A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas". In Fleischer, Soraya e Patrice Schuch (org). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Letras livres. Editora Unb. Brasília, 2010.

OLIVEIRA, R. P. Antropologia e filosofia: estética e experiência em Clifford Geertz e Walter Benjamin. **Horizontes Antropológicos**, vol. 18, Porto Alegre, 2012.

PINA-CABRAL, J. Semelhança e verossimilhança: horizontes da narrativa etnográfica, **Mana**, 9 (1): 109-122, 2003.

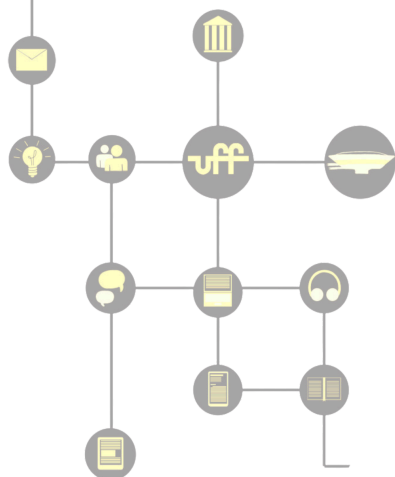
RUI, T. C. **Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, SP, 2012.

SAHLINS, M. What is kinship (part one). **Journal of the Royal Anthropological Institute**, n. s., 17: 2-29, 2011.

TAUSSIG, M. **Terror as usual**. A talk delivered at conference "Talking Terrorism: ideologies and paradigms in a postmodern world. Stanford University, Humanities Center, February 4-6, 1988.

VIEGAS, S. M. Entusiasmo e Contra-Revelação: Uma Antropologia do Quotidiano entre os Tupinambá no Sul da Bahia. In : Sônia Frias (Ed.) **Etnografia e Emoções**, pp. 223-260. Editora ISCSP, 2008.

VIEGAS, S. M. e MAPRIL, J. Mutualidade e Conhecimento Etnográfico in Viegas, Susana de Matos e José Mapril (org.). **Dossier temático Imprevistos e mutualidade: a produção do conhecimento etnográfico em antropologia**. Etnográfica, V.16 (3), 2012.



Aprender a Empreender: Pedagogia das Competências e Acumulação Flexível

Bruna Siqueira dos Santos Señorans¹

RESUMO: O artigo pretende demonstrar, através do materialismo dialético histórico, como o projeto hegemônico de educação brasileiro configurado pós-2016 se integra às necessidades do capitalismo de acumulação flexível na contemporaneidade. Com o objetivo de atrair atenção para o tema, o trabalho aponta as incoerências nos elementos da reestruturação das políticas educacionais no Brasil desde os anos 1990, com desdobramentos para o que tem sido as políticas voltadas ao novo Ensino Médio. E, por fim, reconhece o caráter desumanizador da ideia do empreendedorismo em um contexto de crise econômica e desemprego estrutural.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia das Competências; Acumulação Flexível; Empreendedorismo.

Learning how to become an entrepreneur: competencies and skills and Flexible Accumulation

ABSTRACT: The article intends to demonstrate, through historical dialectical materialism, how the hegemonic Brazilian education project configured post-2016 integrates with the needs of flexible accumulation capitalism in contemporaneity. In order to attract attention to the topic, the work points out the inconsistencies in the elements of the restructuring of educational policies in Brazil since the 1990s, with implications for what have been the policies for the new High School. And, finally, it recognizes the inhumane nature of the idea: entrepreneurship in a context of economic crisis and structural unemployment.

KEYWORDS: Teaching skills; Flexible accumulation; Entrepreneurship.

¹Mestranda em Educação no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação (FEUFF), na Universidade Federal Fluminense. Bolsista Capes (2023-2025). Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Núcleo de Pesquisa em Trabalho e Educação (NUPETE/UFF) Membro do Laboratório de Investigações em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ).

Introdução

A formação do precariado² (ANTUNES, 2018), vínculos empregatícios inexistentes, trabalhos intermitentes e subcontratações estão integrados ao fenômeno da globalização. A lógica de destruição do sistema do capitalismo desnuda, ainda mais, a centralidade da categoria ‘trabalho’ na análise marxista dos fenômenos sociais.

Por mais que avancemos na direção do desenvolvimento tecnológico-informacional em escala global, teremos sempre a necessidade da extração do mais-valor, somente conseguido através da superexploração do trabalhador e intensificação do trabalho vivo. Se conectarmos o trabalho vivo com o avanço e a ampliação do trabalho morto e/ou constante, como consequência, teremos a tecnologia a contribuir e, assim, aumentar significativamente as margens de lucro.

O fenômeno brevemente descrito acima tem marcado as relações contraditórias entre capital e trabalho em nível internacional, com intensas implicações também sobre a classe trabalhadora brasileira. Tais impactos podem ser identificados sobretudo, e com maior intensidade a partir do início dos anos de 1980, seguindo em marcha forçada ao assumir o projeto de desmonte das condições de vida da classe trabalhadora. Partindo desse pressuposto, o presente texto tem por objetivo geral dar destaque a alguns elementos constitutivos do projeto hegemônico de educação brasileira estabelecido no pós-2016, os quais se integram às necessidades do capitalismo na sua contemporaneidade denominada de reestruturação flexível (HARVEY, 1992). Para tal, em um primeiro momento buscaremos explicitar as necessidades impostas ao Capital, as quais se desdobraram a partir da reorganização das relações de produção de mercadorias em tempos de transição do declínio fordista ao avanço do capitalismo flexível. A seguir, traremos alguns aspectos desta reorganização do capital internacional sobre a educação brasileira, dos anos 1990 aos dias atuais, com atenção para os eventos que impactam a educação brasileira pós-2016. Por fim, defenderemos que os elementos pedagógicos contidos nas políticas públicas de educação no Brasil harmonicamente se adequaram à lógica das pedagogias pós-modernas, haja vista o avanço das pedagogias do aprender a aprender, presentes em todos os níveis da educação brasileira, da educação infantil até a formação de professores.

² Uma vez que os capitais buscam com frequência aumentar o mais valor (tanto relativo quanto o absoluto), a incessante ampliação da troca desigual entre o valor que o proletariado produz e o que recebe é uma tendência presente na própria lógica do capitalismo. (...) são usados vários mecanismos, como a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada, a restrição e a limitação dos direitos, os novos métodos de organização sociotécnica do trabalho, etc. (...) dada a conformação desigual e combinada da divisão internacional do trabalho, é preciso fazer algumas mediações quando se trata de tematizar o precariado. (...) Nas periferias [*do capitalismo global*], o proletariado nasceu eivado da condição de precariedade. (...) o escravismo colonial – efetivamente floresceu a partir da abolição do trabalho escravo, herdando a chaga de um dos mais longevos períodos de escravidão, de modo que sua precarização não é a exceção, mas um traço constante de sua particularidade desde a origem. (ANTUNES, 2018, pp. 60-61, grifo meu)

A partir dos argumentos supracitados, o presente texto levanta o seguinte problema de pesquisa, qual seja: em que medida a concepção de formação humana dominante no Brasil desde idos de 1990, a qual segue em trajetória ascendente ao propagar a formação humana por competências, atende aos interesses imediatos do empresariado?

A reflexão acerca do estabelecimento do novo modelo de Ensino Médio é de extrema importância. As reformas educacionais dos últimos anos têm aumentado a jornada de trabalho dos professores – já sobrecarregados. Essas dificuldades resultam no desalinhamento de um currículo social e politicamente referenciado na luta dos trabalhadores.

Com curadoria bibliográfica e documental, autores como Ricardo Antunes, István Mészáros e David Harvey contribuem no campo da Sociologia do Trabalho. O desenvolvimento do tema é configurado através de intelectuais da educação crítica às ideias hegemônicas de Philippe Perrenoud, sociólogo suíço, defensor das pedagogias do aprender a aprender. Sustentado metodologicamente no materialismo histórico dialético, o presente artigo destaca as incongruências do processo de reformas educacionais baseadas na cartilha neoliberal.

Reestruturação do sistema capitalista

É no final dos anos gloriosos do pós-guerra (1945-1973) que, aqui, começamos a discussão. O processo de modificação do regime de acumulação capitalista para a regulação do mercado através da destruição e reconstrução da Economia trouxe para o mundo do trabalho o toyotismo em um cenário de crise estrutural do capitalismo.

Como observa Mészáros (2011), o sistema de “sociometabolismo do Capital”³ encontra resistência enquanto não houver, de fato, a emancipação do trabalho alienante.

Com a derrocada do socialismo real do bloco soviético em meados dos anos de 1980, as condições favoráveis para a existência do “Estado de bem-estar” nos países capitalistas centrais, o movimento operário e a expansão capitalista financiada pela reconstrução do pós-guerra esbarraram em um movimento incontrolável de decrescimento econômico⁴. Na esfera pública-política tornou-se inevitável o

³ Segundo István Mészáros em ‘Para Além do Capital’ (2011), há uma divisão caracterizada pela estrutura hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao Capital, este que antecede o capitalismo em si: Estado, Capital e Trabalho.

⁴ A tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, ao reduzir a sua vida útil e desse modo agilizar o ciclo reprodutivo, tem se constituído num dos principais mecanismos pelo qual o capital vem atingindo seu incomensurável crescimento ao longo da história. Para além do decrescimento, outros fatores também contribuíram para a crise estrutural do capitalismo a partir da década de 1970 como maiores gastos com a força de trabalho que alcançou um certo controle social do que era produzido e como era distribuído. Assim, o patamar de acumulação taylorista e fordista de produção cedeu à

desvelamento da crise de legitimidade, de maneira, que a própria passou para o âmbito da reprodução sócio metabólica do sistema capitalista com uma ofensiva de trabalhadores de resistência minimizada. Com o avanço da crise estrutural, passa-se a assistir a um processo de destruição da dignidade humana – a corrosão do trabalho e a reconstrução do sistema para garantir as taxas de lucro do capitalismo.

Evidente que o adensamento da crise para a classe trabalhadora nos traz para o antagonismo irreversível e, desta vez, mais claramente estrutural de trabalho e capital. “Entende-se, portanto, que toda conversa de dividir o poder com a força do trabalho, ou de permitir a sua participação nos processos de tomada de decisão do capital, só existe como ficção, ou como camuflagem cínica e deliberada da realidade” (MÉSZÁROS, 2011, p. 28). David Harvey (1992) defende que em 1973, ano da crise da OPEP⁵, ocorreu uma “transição no regime de acumulação [de capital] e no modo de regulamentação social e política a ele associado” (Harvey, 1992, p. 117, grifo meu).

A existência de um ‘controle do trabalho’ torna-se imprescindível para obter a garantia de continuidade da acumulação do capital, seja em que época for, seja em quaisquer circunstâncias. É vital adotar o processo de socialização da atividade laborativa do indivíduo combinado com o modelo de regulação do trabalho pelo sistema capitalista. Com isso,

A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão [...] presentes na formação das ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais. (HARVEY, 1992, p. 119)

De 1945-1973, o padrão burocrático de intervencionismo estatal, a sindicalização forte e o controle de relações salariais criaram a época de ‘colheita’: um crescimento econômico estável nos países do capitalismo central. A Democracia de

retração da demanda-consumo. É neste cenário que nascem as condições perfeitas para o processo de desemprego estrutural no fim do Estado Keynesiano. (MÉSZÁROS, István, Para Além do Capital, 2011)

⁵ (...) desde o final da Segunda Guerra Mundial e se arrastando pelas décadas de 1950 e 1970, é possível notar um importante processo de descolonização pelo mundo, o que necessariamente implicou na perda relativa de poder político e econômico sobre a periferia do capitalismo mundial, deixando os dependentes do capital nos países centrais preocupados com uma diminuição da lucratividade de atividades organizadas em torno de matérias primas das ex-colônias (Jameson, 1999; Visentini, 2012). Nesse bojo, é notável o caso da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que passou a nacionalizar as reservas petrolíferas e regular seus preços, e que produziu em represália ao apoio dos EUA a Israel na guerra do Yom Kippur a chamada primeira crise do petróleo (Hobsbawm, 1995, pp. 421-447 *apud* MARINO, 2021). (...) a partir do aumento proposital dos preços dos barris da referida commodity, a OPEP produziu consequências profundas nas economias centrais, cujos índices inflacionários bateram recordes, e que pode ter ajudado a acender o sinal amarelo das elites nacionais sobre os caminhos que o capitalismo democrático poderia traçar contra seus interesses de acumulação. (MARINO; COSTANZO, 2020) Disponível em: <<https://www.resenhacritica.com.br/tag/boitempo-editorial-e/>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

Massas dependia do fluxo global e do investimento em todos os cantos do mundo por parte dos países ocidentais que foram contemplados com “estabilidade financeira”. Particularmente o Brasil, país aquém das benesses do desenvolvimento e da plena integração ao sistema fordista, ficou a ver navios “a não ser para uma elite nacional muito afluyente que decidira colaborar ativamente com o capital internacional” (HARVEY, 1992, p. 133). Esta relação subserviente da burguesia nacional com o capital estrangeiro mantém-se até os dias atuais.

Regulamentados os modos de coerção da classe trabalhadora, novos ideários como as inovações tecnológicas e as implicações dessas na organização da divisão social do trabalho permitiram a adaptação da classe aos novos métodos de produção e acumulação do Capital – um novo trabalhador para uma nova sociedade. Nesse novo modelo de sociedade, a flexibilidade do giro de capital⁶ é acentuada nas grandes corporações e, à mostra, os efeitos sob a deflação econômica nos anos de 1970.

A acumulação flexível (...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...) ‘compressão do espaço-tempo’ no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 1992, p. 140)

Se antes, no regime fordista, era necessário o trabalhador focado, hoje valorizamos o polivalente, o multitarefa, o que conta com as bonificações através do cumprimento de metas impostas previamente em um processo de acirramento da concorrência entre pares. A organização verticalizada do processo laborativo complementava um alto nível de especialização nas tarefas do operário.

⁶ (...) Marx afirma que, como o tempo de rotação do capital é igual ao tempo de produção (que inclui o tempo de trabalho) mais o tempo de circulação, quanto mais próximo de zero se torna o tempo de circulação do capital, tanto maiores se tornam a produtividade e a produção de mais-valor, uma vez que o tempo de circulação do capital pode limitar ou agilizar o tempo de produção e, portanto, aumentar ou diminuir o processo de produção de mais-valor. (...) Quanto mais as metamorfoses da circulação do capital são apenas ideais, isto é, quanto mais o tempo de curso é = 0 ou próximo de zero, tanto mais atua o capital e tanto maior se torna sua produtividade e autovalorização. [...] Portanto, o tempo de curso do capital limita, em geral, seu tempo de produção e, por conseguinte, seu processo de valorização. (MARX, K, O Capital: crítica da economia política. Livro III: O processo global de produção capitalista: São Paulo, Boitempo, 2017 apud ANTUNES, R. O privilégio da servidão o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 43).

Diante da conjuntura de avanço da crise capitalista, à beira do século XXI, projetos dominantes de educação encontram-se presentes em nível internacional a colocar na ordem do dia a formação docente baseada em competências e habilidades, e ao marcar presença nos projetos políticos pedagógicos no Brasil. Surge a necessidade de constituir uma força de trabalho flexível e resignada que atenda às demandas do sistema capitalista sem tanta resistência.

A importância que assume a Educação Básica se confirma (...) pela análise do Relatório do Banco Mundial de 1995, intitulado “Prioridades e Estratégias para a Educação”, o qual identifica esse nível de ensino, no contexto geral da educação, como o mais importante foco de atenção desta agência. A prioridade dada à Educação Básica impõe uma revisão da formação docente na perspectiva de instaurar processos de mudança no interior das instituições formadoras de modo que, por meio da formação docente, a escola básica se incorpore aos atuais interesses do capital. (CASAGRANDE, et. al., 2014, p. 499)

Através do (neo)liberalismo ao redor do mundo, a necessidade da acumulação flexível adotou um novo perfil de trabalhador e nivelou a educação como uma instância de transformação das desigualdades econômicas dentro da lógica e da estrutura mercadológica. Segundo Casagrande, "as instituições formadoras voltam seus objetivos para adequar a força de trabalho aos ditames do capital, transferindo a escola da esfera política para a esfera do mercado" (et. al; 2014, p. 494).

Em um contexto de crise tendencial pela superacumulação, a acumulação flexível aparenta conformar dados estatísticos relativamente altos de “desemprego ‘estrutural’ (...), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos [quando há] de salários reais (...) e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista” (HARVEY, 1992, p. 141, grifo meu). Era a hora do regime de produção modificar-se e com ele a morfologia do trabalho vivo (força de trabalho) – única garantia da obtenção de lucro e sobrevivência do capitalismo.

Reestruturação na educação brasileira

Para os defensores da pedagogia das competências como Anita Abed (2014), o ambiente escolar tem que se prontificar a expor aos jovens um mundo extremamente tecnológico no qual é imprescindível adequar-se à lógica empresarial, naturalizar a presença, cada vez mais constante, de investimentos no ensino baseado no desenvolvimento das habilidades com o fim de filtrar o que será necessário ao pragmatismo nas ações tomadas pelo indivíduo no cotidiano, ao longo da vida adulta.

As ‘pedagogias do aprender a aprender’⁷ são a nova expressão do construtivismo⁸ com o plus das ‘escolas do novo milênio’. Exercícios voltados para a tomada de decisões por parte de indivíduos de forma rápida e assertiva e trabalhos escolares em cooperação constituem formas de cunhar a formação do novo trabalhador – pronto a atender demandas da reestruturação capitalista.

No Brasil, a Educação Básica por meio do Ministério da Educação (MEC) aplica às ofensivas do Capital internacional como demonstrado a partir da inserção de inúmeros documentos das agências internacionais multilaterais, especialmente o Banco Mundial (BIRD)⁹. É no caminho dos investimentos na Educação que o desenvolvimento econômico poderá ser promovido dentro da agenda (neo)liberal com a intenção de expandir o sistema capitalista.

Os coágulos de ‘profissionais’ de ponta na cadeia produtiva – o estímulo da financeirização em conjunto ao processo de desindustrialização – acabam vinculados ao crescimento do setor de serviços. A economia baseada em exportações de insumos encontra mão de obra, também, nos enormes bolsões de desemprego de mestres e doutores. Contraditoriamente, mantém a desigualdade para super explorar o exército de industrial de reserva recém-formado para trabalhar sob condições precárias de empregabilidade.

⁷ Em resumo, na epistemologia da prática, o pensamento debruça-se sobre as práticas não sistematizadas, derivadas das respostas criativas para resolver os problemas do cotidiano do trabalho e das relações sociais, no esforço de compreendê-las e sistematizá-las, mas sempre a partir delas mesmas. Ou seja, à medida que conhecimentos tácitos vão sendo desenvolvidos pela experiência, serão objetos de reflexão em busca de sua sistematização, sem a mediação da teoria; esse processo leva a aprendizagens no próprio processo – o aprender a aprender, a criar soluções pragmáticas que podem ser intercambiadas pela linguagem, uma vez compreendidas pela reflexão. As aprendizagens colaborativas, mediadas pelas tecnologias, serão resultantes desse processo de troca de experiências práticas sem, necessariamente, reflexão sustentada teoricamente. (KUENZER, 2017, p. 349)

⁸ Construtivismo é uma teoria sobre a origem do conhecimento que considera que a criança passa por estágios para adquirir e construir o conhecimento. Tem como objeto de estudo da alfabetização a língua escrita (NUNES, Therezinha. *Construtivismo e alfabetização: um balanço crítico*. Educ. Revista, Belo Horizonte, 1990). Piaget, o criador da teoria Construtivista, considera quatro fatores como essenciais para o desenvolvimento: o biológico, de experiências e de exercícios, de interações sociais e de equilíbrio das ações (FOSSILE, Dieysa K. *Construtivismo versus sociointeracionismo: uma introdução às teorias cognitivas*. Revista Alpha, Patos de Minas, UNIPAM. 2010)

⁹ Essas agências de fomento são importantes interlocutores multilaterais da agenda brasileira com os quais o Brasil tem uma história de parceria que dura mais de 50 anos. Ao ano são financiados em torno de três bilhões de dólares em áreas tidas como estratégicas: gestão pública, infraestrutura, desenvolvimento urbano, educação, saúde e meio ambiente. Cerca de 80 projetos financiados pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento estão em atividade desde janeiro de 2013, o que totaliza 9,1 bilhões de dólares. (BANCO MUNDIAL, 2013) (...) A realização da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), promovida pela Unesco, em Jomtien, foi o balizamento para o início das reformas político-educacionais. Essa conferência, segundo Oliveira (2000, p. 103), “[...] pode ser considerada o grande marco na formulação de políticas governamentais para a educação [...]”, pois a partir dela foram pensadas estratégias neoliberais para a educação para os países periféricos, principalmente os da América Latina. (CASAGRANDE, et. al., 2014, p. 501)

A larga oferta de força de trabalho barateia a própria mão de obra. Um processo semelhante ao que Maria Célia de Moraes (2001) nomeia como 'neodarwinismo'. A qualificação e a disputa dentro do processo de formação ocasionam um altíssimo grau de competição, descartando milhares de trabalhadores no mundo do trabalho na contemporaneidade.

Dentro de um mercado ampliado, a Reforma do Ensino Médio¹⁰ (Lei n. 13.415/2017 e normas complementares) aprovada no Governo Temer, sob as palmas do mercado, aprofunda e interliga a educação e o processo de financeirização. Um regime de acumulação flexível capitalista tem de estar em consonância com a formação de um contingente de futuros trabalhadores precarizados para alcançar certo grau de desenvolvimento social. Não por acaso,

o princípio da flexibilização curricular, que organiza a reforma do ensino médio levada a efeito pela Lei nº 13.415/2017, insere-se em um quadro conceitual mais amplo: o da aprendizagem flexível, concebida como resultado de uma metodologia inovadora, que articula o desenvolvimento tecnológico, a diversidade de modelos dinamizadores da aprendizagem e as mídias interativas; neste caso, ela se justifica pela necessidade de expandir o ensino para atender às demandas de uma sociedade cada vez mais exigente e competitiva. (KUENZER, 2017, p. 337)

Perpassa por todo esse fenômeno a dimensão da perda da ética social do professor que escolhe o caminho da isenção ou a cooptação através das políticas públicas, diretrizes curriculares e projetos político pedagógicos neoliberais ou a caminho de uma aparente tomada de posição neutra inexistente.

Se nos anos 1980, no âmbito dos movimentos sociais, os educadores trouxeram concepções avançadas sobre formação de professores, com destaque para o caráter sócio-histórico dos processos de formação e a necessidade de um profissional que dominasse a realidade que o cerca com consciência crítica e plenas capacidades de interferir e transformar as condições da escola com vistas a superar as dicotomias históricas, nos anos 1990 uma nova organização do trabalho começa a ser delineada. Ao abandonar as concepções anteriores, é visível no universo escolar um espaço isolado do seu conjunto, com ênfase nos estudos da prática reflexiva, centrada na ação educativa, na figura do professor e da sala de aula. (CASAGRANDE, et. al., 2014, p. 501)

¹⁰ Lei n. 13.415/2017 Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional.

A tendência pedagógica das habilidades e competências sob a influência de Philippe Perrenoud (2000) se impõe como um dos elementos que nos ajuda a compreender a Reforma do Ensino Médio. Para o sociólogo, o estudante, no intuito de desenvolver aptidões, deve “trabalhar por problemas e por projetos, o [*professor ou coaching*] deve propor tarefas complexas e desafios que incitem os alunos a mobilizar seus conhecimentos e, em certa medida, completá-los. Isso pressupõe uma pedagogia ativa, cooperativa, aberta (...)” (2000). O aluno estaria exercendo protagonismo estudantil e mobilizando recursos didáticos que o interessasse.

As mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), em consequência da Lei nº 13.415/2017, substituem o modelo único de currículo do Ensino Médio por um formato de currículo flexível. A reorientação dos currículos e das propostas pedagógicas – compostos, indissociavelmente, por formação geral básica e itinerário formativo (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 10¹¹) – abre espaço para o esvaziamento do conteúdo nuclear e da disciplina no mais absoluto relativismo. Prova disso consiste no próprio sentido dos itinerários formativos. A flexibilizar a organização curricular do Ensino Médio, ao possibilitar a escolha feita pelos estudantes: com enfoque em uma área do conhecimento específica, na formação técnica e profissional ou na mobilização de competências e habilidades de diferentes áreas, formando, assim, itinerários integrados, nos termos das DCNEM/2018.

Desse modo, a demanda e oferta dos itinerários devem ser locais e, não mais pautadas por um conhecimento universalmente produzido pela humanidade como nos termos da Pedagogia Histórico Crítica. Os procedimentos dos itinerários devem garantir ao aluno o desenvolvimento de seu projeto de vida integrando-o à realidade cidadã e, principalmente, ao mundo do trabalho. Dentre os projetos de vida sugeridos, um dos que podem ser escolhidos: o ato de empreender.

Aprender a empreender

Este tópico será destinado a demonstrar como a reestruturação produtiva, brevemente discutida acima, tem impacto no projeto de educação hegemônico baseado em competências e habilidades e, que encontrou lugar no contexto político legislativo da desestruturação dos direitos laborais. Afinal, por que trabalhadores flexíveis formados por competências são mais interessantes aos interesses capitalistas?

Após 2016, Michel Temer assume a cadeira presidencial através de um golpe parlamentar. Em seu mandato, reformas foram aprovadas concomitantemente às

¹¹ RESOLUÇÃO Nº 3, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Art. 10. Os currículos do ensino médio são compostos por formação geral básica e itinerário formativo, indissociavelmente. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>> Acesso em 13/01/2022.

modificações na Educação – importantes para a burguesia, como por exemplo a Confederação Nacional da Indústria/CNI, a Federação Brasileira de Bancos/Febraban, etc; instituições interessadas em aumentar substancialmente a remuneração do sistema do Capital.

De natureza liberal, passamos a vivenciar uma agressiva ofensiva de destruição de direitos trabalhistas; de imposição da negociação do legislado nas relações entre trabalhador e empresariado; de flexibilização absoluta através da aprovação da terceirização total (ANTUNES, 2018). Desta maneira, a reforma trabalhista instituiu o receituário para a mudança na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) instrumentalizada pela lei 13.467 de 2017. Segundo o governo na época, o intuito da reforma era combater o desemprego gerado pela crise econômica de 2014, o que contradiz a realidade do aumento cada vez maior do desemprego e da informalidade. Com isso,

(...) no caso, o regime de acumulação flexível, na rearticulação das alianças que permitam o seu crescente desenvolvimento. Constitui-se um novo bloco hegemônico que, inexoravelmente, e sem resistência efetiva, vai processando o ajuste a favor do capital: a reforma da previdência, o ajuste dos gastos públicos que penalizam a educação e a saúde, além de outros investimentos, a reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a aprovação do projeto de lei que regulamenta a terceirização indiscriminada e, na área da educação, o ajuste no ensino médio. (KUENZER, 2017, p. 352)

Se fizermos uma análise mais profunda, para além da aparência do empreendedorismo, veremos que grande parte dessa força de trabalho sobrando em meio a uma severa crise econômica estrutural encontra-se na malha do desemprego estrutural e parte para o caminho do trabalho informal. Entender as bases da informalidade aumenta a nossa compreensão do quão pernicioso o ideário “do it yourself” consegue ser. Portanto, pretendemos desvelar, neste tópico, algumas das armadilhas do fenômeno.

Logo retomaremos Perrenoud e a pedagogia das competências. Com as competências socioemocionais, seus defensores costumam preconizar uma separação entre o conhecimento cognoscente e as aptidões emocionais do educando, como se o segundo aspecto pudesse se desenvolver sem o outro. O que nos leva a concluir que a separação entre as esferas complementares do desenvolvimento humano pertence ao interesse ideológico do sistema capitalista do século XXI. Soluções psicologizantes fortalecem o caráter individualista do atual momento da história, a pós-modernidade, uma das facetas exitosas do projeto socioeconômico político neoliberal.

Poderia, porém, ser argumentado que tanto o autodomínio dos processos mentais quanto a acumulação e transmissão histórico-cultural desses processos limitam-se às funções psíquicas no que se refere à cognição, sendo que as emoções e os sentimentos seriam pessoais, incontroláveis e não passíveis de organização em sistemas e de aprendizagem mediada por atividades de ensino. Esse tipo de argumento, contudo, adota uma visão dicotômica de razão e emoção, cognição e afetos, a qual não encontra

respaldo na psicologia vigotskiana. Sem desconsiderar as especificidades que possam distinguir o controle de funções cognitivas, como a memória, do controle de sentimentos e emoções, Vygotsky, entretanto, não separava, de forma alguma, os afetos do intelecto e vice-versa. (DUARTE, Newton; et al, 2021, p. 16)

Como consequência dessa concepção fragmentária de formação, não basta os trabalhadores serem polivalentes e flexíveis, eles agora necessitam demonstrar resiliência para lidar com as próprias emoções aparentemente desconectadas das demandas coletivas. De quaisquer formas, o futuro trabalhador assumirá uma posição de passividade enquanto explorado em substituição a disputa de interesses entre classes – categoria importante para a luta do proletariado, silenciada na ‘sociedade do conhecimento’¹².

Entre as muitas contradições que marcam a sociedade contemporânea encontra-se aquela entre, por um lado, a generalizada exigência de que as pessoas sejam criativas (...) e, por outro, a interdição neoliberal de qualquer busca criativa de formas de organização social que não sejam subordinadas ao capital. Essa contradição é resolvida, no âmbito da doutrina neoliberal, pelo cerceamento da criação aos limites de seu caráter instrumental para atendimento das demandas postas pelo mercado. É o caso, por exemplo, da ideologia do empreendedorismo, segundo a qual o desemprego seria muito mais uma questão de mentalidade do que um problema gerado pela economia capitalista. Segundo essa ideologia, esse problema pode ser superado se os indivíduos mudarem de mentalidade e, em vez de continuarem a buscar um emprego, usarem a criatividade para encontrar seu lugar ao sol no mercado, tornando-se microempresários. (DUARTE, Newton; et al, 2021, p. 3)

A crença na autopenitência ou na autogratificação diante do fracasso ou sucesso particular retira do âmbito das políticas públicas econômicas e sociais a responsabilidade pelo abandono dos milhares de desempregados ou trabalhadores em condições de miserabilidade e informalidade¹³.

¹² Os textos reunidos neste livro apresentam uma reflexão no campo da filosofia da educação numa perspectiva crítico-dialética, defendendo a tese de que a filosofia marxista tem consistência e atualidade de sobra para fazer frente, no campo da filosofia da educação, tanto ao ceticismo pós-moderno como ao pragmatismo neoliberal. Nessa direção são analisadas questões como: os princípios valorativos defendidos pelas pedagogias do “aprender a aprender”; as ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento; as relações entre o método dialético nas obras de Vigotski e de Marx; as categorias de ideal e idealidade segundo o filósofo marxista Ilyenkov. (Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação, Campinas, SP: Autores Associados, 2003)

¹³ Os primeiros dados da taxa de desemprego de 2021, divulgaram que o desemprego atinge 14 milhões de pessoas. A taxa de porcentagem representa 14, 1 %. Se formos considerar os trabalhadores subutilizados no mercado de trabalho, aqueles que estão desempregados ou subocupados, e incluindo os desalentados, temos o total de 32,2 milhões de brasileiros com falta de trabalho. Houve um aumento de pessoas ocupadas no fim de 2020 para 2021. Esse aumento foi de 4,8 % representando 3,9 milhões de pessoas a mais no mercado de trabalho. O nível de ocupação começou o ano em 48,6 %. Sobre o trabalho informal, a maior parte do crescimento ocupacional foi no mercado informal. O número de pessoas sem carteira assinada no setor privado subiu 11,2 %, representando 980 mil pessoas. Pode-se dizer que informalidade “puxou” a alta do índice de ocupações. O número de desalentados é o maior da

Assumir riscos e promover inovação dão a tônica do “sem dor, sem ganho”, “trabalhe enquanto [eles] dormem”, lemas difundidos na sociedade contemporânea. Jason Potts, alicerçado da teoria do Capital humano de Schutz (1979)¹⁴, chama de capital humano da criatividade, engendrado de novidades, novas narrativas e ressignificações, além de obviamente das competências e habilidades que permitem que os seres humanos tenham a capacidade de se reinventarem a qualquer sinal de problema e, através da inteligência emocional desenvolvida, adaptem-se continuamente a um mundo instável. E é nesse mundo volátil que a massa de empreendedores, uma mescla de burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo “[se organizam em] [...] Formas de trabalho que procuram ocultar seu assalariamento, por meio do mito do trabalho autônomo.” (ANTUNES, 2018, p. 34).

No sistema de produção capitalista, a fetichização dos valores nos leva a mercantilizar a própria capacidade de criação do homem no trabalho, que por sua vez encontra no valor de troca e não de uso, a essência da sociabilidade humana através do mercado.

Mais compatível com a lógica e a ética meritocrática é a ideia de que a criatividade seja um talento inato de alguns poucos indivíduos ou uma competência que algumas pessoas desenvolvem em suas práticas bem-sucedidas. De qualquer forma, o tratamento individualista da capacidade de criação serve de argumento legitimador da divisão social entre bem-sucedidos e fracassados. (DUARTE, 2021, p. 4)

A educação torna-se um ativo financeiro, portanto, uma educação para o consumo é o mínimo que podemos esperar nos currículos escolares entre as esferas das políticas públicas educacionais. Sendo assim, a aprendizagem flexível tem “suas raízes nas bases materiais que a geraram, [...] atingindo as relações de produção que

história, e chegou a 5,7 milhões de pessoas. Fonte: PNAD Contínua. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

¹⁴ Sua origem está ligada ao surgimento da disciplina Economia da Educação, nos Estados Unidos, em meados dos anos 1950. Theodore W. Schultz, professor do departamento de economia da Universidade de Chicago à época, é considerado o principal formulador dessa disciplina e da ideia de capital humano. Esta disciplina específica surgiu da preocupação em explicar os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” na produção. A conclusão de tais esforços redundou na concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital. Aplicada ao campo educacional, a ideia de capital humano gerou toda uma concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, o que acabou por mistificar seus reais objetivos. Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria “valorizando” a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital. O capital humano, portanto, deslocou para o âmbito individual os problemas da inserção social, do emprego e do desempenho profissional e fez da educação um “valor econômico”, numa equação perversa que equipara capital e trabalho como se fossem ambos igualmente meros “fatores de produção” (das teorias econômicas neoclássicas). (MINTO, Lalo Watanabe. Coleção Navegando pela História da Educação Brasileira, HISTEDBR, 2006) Disponível em: <<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/teoria-do-capital-humano>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

configuram o regime de acumulação flexível, cimentado pela ideologia pós-moderna” (KUENZER, 2017, pp. 338).

Frente ao contexto aqui exposto, faz-se necessário desnudar as imposições do neoliberalismo e o correspondente ideológico: a pós-modernidade. Vale perceber o quão frágil é a defesa da batalha entre narrativas e cotidianidade, ignorando a materialidade e o pensamento em uma imbricação dialética. Em uma reação às teorias totalizantes do período moderno “a ideia de que todos têm o direito de falar por si mesmos, com sua própria voz, e de ter aceita essa voz como autêntica e legítima, [e única fonte de informação]” (HARVEY, 1992, pp. 52). Entretanto, acrescenta Harvey (1992) se não podemos retratar a realidade como uma totalidade de conexões e diferenciações, como poderemos agir de forma coerente no mundo? Onde encontraremos algum critério de verdade, sem cair no pragmatismo de Dewey? Nessa corrente filosófica as ideias só têm importância desde que sirvam como instrumento de resolução de problemas.

Assim, na era da acumulação flexível,

não há teorias sociais, pois elas são ilusões que disfarçam interesses particulares; a totalidade passa a ser um recurso metodológico impossível, pois não há como estabelecer relações causais entre fenômenos sociais. A totalidade é substituída pela fragmentação e as disciplinas que podem fornecer elementos para a crítica e consequente apreensão das relações sociais concretas em seu caráter de totalidade, são relegadas a um lugar secundário na parte comum do currículo, ou a uma área que se basta em si mesma. Um exemplo simples evidencia toda a falácia dessa proposta: como compreender os problemas relativos à sustentabilidade, à saúde ou às tecnologias sem o aporte das ciências humanas e sociais? (KUENZER, 2017, p. 347).

Toda a cartilha da pedagogia do capital sob a égide da acumulação flexível e sob o controle do pensamento pós-moderno só valorizou a dimensão do empreendedorismo. Uma movimentação mais flexível de capital acentua ainda mais a volatilidade dentro do mundo do trabalho – fragmentado, visto como a-histórico e conformado socialmente pelo individualismo.

Considerações finais

Um cenário de informalidade e precariedade marca a nova morfologia no mundo do trabalho (ANTUNES, 2018). Desta maneira, conseguimos fazer uma conexão entre a superexploração do trabalhador no mercado flexibilizado e a formação educacional por razão da ‘pedagogia das competências’ no Ensino – “subjetividades flexíveis, por meio de uma base de educação geral complementada por itinerários formativos por área de conhecimento, incluindo a educação técnica e profissional” (KUENZER, 2017, p. 341-342).

A relação entre a Educação e o Desenvolvimento Econômico do Estado atrai a atenção dos organismos internacionais como Banco Mundial para o campo da Educação. Um dos impactos é a aderência às reformas educacionais e a mudança da legislação trabalhista nos últimos vinte anos no Brasil.

Podemos observar, por fim, como o desemprego estrutural foi obliterado pelo discurso ideológico do empreendedorismo, uma camuflagem para a crescente miséria instaurada no país na última década.

Uma educação como a que ignora o conhecimento socialmente adquirido pela humanidade, que esquece que a construção do sentido da vida é uma dialética entre processos individuais e sociais não deveria ser implementada na formação de professores e alunos. Ao pensar na categoria de classe dentro da práxis educacional, é necessário compreender que o conhecimento ensinado nas escolas deve ter um caráter desfetichizador, divergente de tudo que nos empurra a divisão social do trabalho, a reificação, as relações alienadas. (DUARTE, 2016).

Na lógica destrutiva do capital, não importa o quanto precária sejam as condições do trabalho. Ao longo das últimas décadas, o modelo gestor interessado no aumento das taxas de lucro e na expansão capitalista controla a subjetividade dos trabalhadores. Subjetividade que parte do individualismo [John Locke (1632-1704)] para resistir aos ataques de natureza social. O que vivenciamos é a superexploração de classe em tempos de instabilidade. É válido nos perguntarmos a respeito do efeito do trabalho intensificado. Como resistir, senão por meio da união de todos os trabalhadores intermitentes do setor de serviços, os operários, os terceirizados, os desempregados em desalento, os empreendedores por necessidades, a categoria do “empregado” (ANTUNES, 2018)?

Referências bibliográficas

ABED, A. L.Z. **O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica**. São Paulo: 2014.

ANTUNES, R.. **O privilégio da servidão o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 13 jan. 2022.

CASAGRANDE, I. M. K.; PEREIRA, S. M.; SAGRILLO, D. R. O Banco Mundial e as políticas de formação docente no Brasil. **ETD - Educação Temática Digital**. Campinas, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 494–512, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1311>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

DUARTE, N. et al. Determinação e Liberdade na Criação Mediada por Sistemas de Signos. **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, e. 99913, 2021.

DUARTE, N. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria do currículo**. Campinas: Autores Associados, 2016.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KUENZER, A. Trabalho e Escola: a Flexibilização do Ensino Médio no contexto do Regime de Acumulação Flexível. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução: Paulo César Castanheira; Sergio Lessa - 1ª.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, M. C. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal, vol. 14, n. 1, 2001, pp. 7-25, 2001.

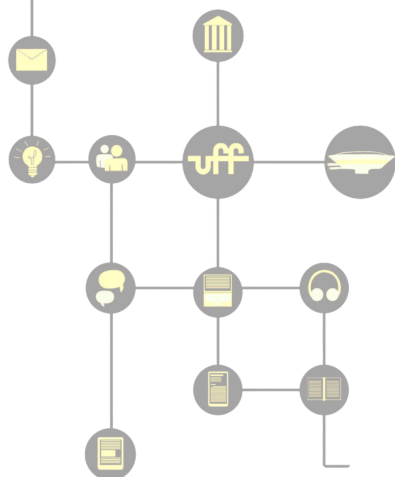
PERRENOUD, P. MAGNE, B. C. **Construir: as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERRENOUD, P. A Arte de construir competências. **Revista Nova Escola**. São Paulo, set. 2000.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SCHUTZ, W. C. **Relações interpessoais**. In: O prazer: expansão da consciência humana. Rio de Janeiro, Imago, 1979.

STREECK, W. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. Crise e neoliberalismo no capitalismo setentrional. Resenha de: MARINO, Rafael; COSTANZO, Daniela. **Cadernos de Filosofia Alemã**, São Paulo, v 25 n.1 Jan-Jun, 2020.



A montanha a se escalar: um ensaio sobre o mito de Sísifo, fantasmagoria, fetichismo e música da corrente dominante

Gabriel Luz Siqueira de Aquino Vieira¹

Introdução

É uma covardia procurar nas pessoas que amamos (ou desejar dar a elas) um reconforto diferente daquele oferecido pelas obras de arte, que nos ajudam pelo simples fato de que *existem*. Amar e ser amado são ações que só fazem essa existência se tornar mutuamente mais concreta, mais constantemente presente para o espírito. Mas ela deve estar presente como a fonte dos pensamentos - não como o seu objeto. Se há espaço para desejar ser compreendido, isso não deve ser para si mesmo, mas para o outro a fim de existir para ele. (WEIL, 2020, p. 98)

Na mitologia grega, Sísifo, aqui colocado como o mais astuto entre os humanos, foi condenado pelos deuses a subir com uma pedra até o topo de uma montanha, e toda vez que chegasse perto do topo, a mesma pedra rolava montanha abaixo, e ele teria que pegar essa pedra e subir com ela, novamente, montanha acima, até que a pedra caísse novamente - esse trabalho ocorrendo repetidamente por toda a eternidade.

Em seu livro *Mito do Sísifo*, o filósofo argelino Albert Camus fala sobre o homem absurdo, aquele caracterizado pela realização de que a vida não faz sentido. Durante o livro, ele chega a conclusão de que o homem absurdo tem muitas semelhanças com o Sísifo do mito grego, pois, o homem absurdo passa por uma rotina maçante, de ter que levantar todo dia, trabalhar, pagar suas contas, voltar para casa, dormir e

¹Mestrando em Antropologia Social pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Ciências Sociais pela UFSC. Pesquisa técnicas de corte e beneficiamento do pescado. Orientado pelo prof. dr. Rafael Victorino Devos (ANT-UFSC).

começar tudo novamente no outro dia (CAMUS, 2020). Essa obra trata sobre suicídio, e levanta várias vezes a questão de se a vida vale a pena ser vivida, entretanto, ao invés de ser uma obra pessimista, por tocar em pontos tão delicados - como a existência humana e o suicídio -, é uma obra deveras otimista, que acaba com o pensamento de que sim, a vida não faz sentido e é por ela não fazer sentido que deve ser vivida intensamente (CAMUS, 2020).

No final de seu livro, Camus aponta que Sísifo deve se rebelar contra os deuses, reconhecendo que a vida não tem sentido, se percebendo como um humano e que deve viver aquela atividade à plenos pulmões, sorrindo e carregando aquela rocha quantas vezes for necessária (CAMUS, 2020, p. 141). Concordo em gênero, número e grau em se rebelar, mas, como pensar em Sísifo sorrindo, quando ele olha ao seu redor e tenta sobreviver na sociedade em que estamos?

Brasil, 2021, estamos a mais de um ano em uma pandemia que não parece ter fim e, após mais de 600 mil mortes², a eleição de um presidente que reproduz *fake news*³ (notícias falsas) e que todo dia coloca mais e mais militares no poder⁴. A população cada dia mais pobre, com condições mais precárias, com uma das maiores inflações da América Latina⁵, e a pandemia afetou grupos sociais de formas diferentes, como por exemplo o impacto em pessoas indígenas⁶, negras, pobres e *et cetera* (OLIVEIRA, 2020). Como é possível pensar em alguém sorrindo?

Sísifo provavelmente não sorri - mas ainda assim ele deve ter algo que, em seu dia a dia, o mantém caminhando, para mais um dia empurrando a pedra montanha acima. Para o Sísifo que vos escreve, a arte é o que me mantém caminhando. Concordo veementemente com a citação que trouxe como epígrafe, colocada pela filósofa francesa Simone Weil, que sim, a arte traz um conforto similar ao amor. Ao ter explícito

² G1. **Brasil chega a 602 mil mortes por covid, média móvel fica abaixo de 400 pelo terceiro dia.** 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/10/14/brasil-chega-a-602-mil-mortes-por-covid-media-movel-fica-abaixo-de-400-pelo-terceiro-dia.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2021.

³ TEIXEIRA, Lucas Borges. **Bolsonaro reproduz fake news para atacar remédios contra covid.** 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2021/10/14/live-bolsonaro-comprimido-covid-astrazeneca-pfizer-ivermectina.htm>>. Acesso em: 15 out. 2021.

⁴ TARDE, A. **Bolsonaro justifica presença de militares no governo: “Meu círculo de amizade”.** 2021. Disponível em: <<https://atarde.uol.com.br/politica/noticias/2193676-bolsonaro-justifica-presenca-de-militares-no-governo-meu-circulo-de-amizade>>. Acesso em: 15 out. 2021.

⁵ LIMA, Bianca; GERBELLI, Luiz Guilherme. **Inflação no Brasil é a terceira maior da América Latina, atrás somente de Argentina e Haiti.** 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/09/07/inflacao-no-brasil-e-a-terceira-maior-da-america-latina-atras-somente-de-argentina-e-haiti.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2021.

⁶ WELLE, Deutsche. **Mortalidade por covid-19 entre indígenas é 16% maior.** 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/mortalidade-por-covid-19-entre-indigenas-e-16-maior-dw/>>. Acesso em: 15 out. 2021.

esse conforto da arte, tenho como objetivo deste ensaio não falar sobre a música e as sensações que a mesma causa, porém sim me perguntar se existe alguma relação autor - público, de forma que essa ligação tenha como objetivo conectar artistas *mainstream*⁷ (da corrente dominante) e fãs, seja ela paralela ou não, ao amor.

Conexão artista musical-público no capitalismo

Dentro do sistema capitalista, temos, a todo momento, uma tentativa de esconder as relações sociais no valor de qualquer objeto feito nesse sistema de produção de forma que o valor da obra seja implícito, que ele dá o nome de fetichismo da mercadoria (MARX, 2013). Retomando aqui a citação de Weil, é necessário que exista alguma relação do artista com seu público, para que essa arte consiga confortar a quem toca, assim como o amor. Trabalhando essa linha junto à filosofia marxiana, que aponta que todos nós participamos da produção de todos os produtos, mas que o capitalismo esconde isso utilizando do fetichismo da mercadoria (MARX, 2013), chegamos a um ponto em que essa relação seria incompleta, por causa deste sistema em que vivemos.

Dessa forma, o músico seria outro Sísifo, e todo o seu duro trabalho é o esforço de tentar criar uma relação com quem ouve seu material, entretanto, por causa do sistema em que estamos, essa relação nunca chega a se concretizar plenamente, pois, ainda sim, em seu produto, parte dessas relações ainda estariam escondidas pelo fetichismo.

A arte, pela possibilidade que dá de em cada repetição olhar para algo distinto, mergulha em cada subida ou descida da montanha num universo diferente, e pela sua perseverança numa tarefa aparentemente inútil, multiplica a experiência do ciclo vida/morte e mostra que é possível encontrar prazer no sofrimento. (...) o artista tem diante de si um palco aberto a uma infinidade de possibilidades de construção; o seu trabalho, tal como o de Sísifo, nunca se dá por terminado, mas é precisamente nessa repetida procura que reside o sentido da existência do artista. (GOMES, 2018, p. 50)

Dessa forma, trago a citação de Elsa Gomes, retirada de sua dissertação de mestrado, que traz uma metáfora entre o artista ter grandes chances de construir várias possibilidades e trabalhos com Sísifo - aquele que carregou infinitamente a rocha morro acima - pois sua tarefa é impossível. Vou um pouco mais além: o artista não só possui apenas múltiplas tentativas, mas essas múltiplas tentativas tem como objetivo uma plenitude na relação com quem as consome - algo que acaba nunca se concretizando, sendo assim, também, um *objetivo impossível*.

Pensando junto ao antropólogo francês Lévi-Strauss, essa arte ocidental é individualizada, de forma que o artista é considerado como algo único, chamado de

⁷ Quando me refiro à música *mainstream* me refiro ao pop e aos gêneros que lideram as *charts* (paradas musicais), como a *Billboard* nos EUA.

“gênio” por causa de seu gosto específico, existindo uma certa unicidade dentro desse “gosto” específico e dentre as pessoas que são consideradas dessa maneira (LAGROU, 2009, p. 15). Falando sobre unicidade, podemos citar o sociólogo alemão Walter Benjamin, em sua obra *A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica*, comenta que após a invenção da câmera e o começo da reprodutibilidade técnica de obras, as peças perdem sua singularidade e, para tentar manter um valor sobre as mesmas, existe uma tentativa de forjar uma aura, por outros meios, procurando manter a autenticidade (BENJAMIN, 2013). Aqui não trabalhamos com obras, mas sim com artistas *mainstream*, que, dentro do sistema capitalista, são vistos, mesmo que parcialmente, como produtos, produtos únicos que vão criar várias obras com o intuito de lucro.

A morte do autor e ele como produto

Em seu texto *A Morte do Autor*, o filósofo francês Roland Barthes (2004), além de trabalhar que o autor não é uma figura divina que cria um significado e o entrega ao mundo, como um presente dos céus, teoriza que o autor se finda na medida que o leitor cria uma interpretação de sua obra, de forma que ele não consegue controlar o impacto e o significado de sua obra. No mundo da música isso se dá da mesma forma e, além do autor não ter controle do impacto, das releituras e *et cetera*, o leitor pode reescrever aquela canção dando outro significado (SOUZA, 2017, p. 146).

Apesar da potencialidade de toda obra poder ser retrabalhada e de que o autor não é uma divindade onisciente, discordo de que o autor morra no momento que o leitor entrar em contato com a sua obra. Quem construiu a peça é uma pessoa que participa do sistema em que vivemos, de forma que, além dele ter suas razões para trabalhar certa peça (ideologia, por exemplo), que também participa das relações de produção, e pode estar escrevendo para o próprio sustento (EVVYRAM, 2020). Afinal, toda arte vai refletir, de certa forma, a sociedade e sua materialidade, seja em maior ou menor grau. (*ibid*).

Com isso posto, chegamos ao ponto de que, para além de produtores - quando escrevem ou performam suas peças -, os autores também se tornam produtos, quando, seus nomes são conectados à outros produtos para que gere lucro, como, por exemplo, lanche do *McDonalds*⁸ do *BTS*, ou grifes lançando tênis⁹ do *Travis Scott*.

⁸ BTS, sigla para Bangtan Boys, é um grupo musical sul-coreano de K-Pop que contém sete membros, chamados Jin, Suga, J-Hope, RM, Jimin, V e Jungkook. (PUREBREAK, 2021) / PAN, Jovem. **McDonald's lança combo e acessórios do BTS no Brasil; veja onde comprar.** 2021. Disponível em: <<https://jovempan.com.br/entretenimento/musica/mcdonalds-lanca-combo-e-acessorios-do-bts-no-brasil-veja-onde-comprar.html#:~:text=A%20linha%20%27M%C3%A9quize%20do%20BTS,29%2C90%20comprando%20pelo%20McDelivery>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

⁹FARFETCH. **NIKE X TRAVIS SCOTT.** 2021. Disponível em: <<https://www.farfetch.com/br/sets/men/nike-x-travis-scott.aspx>>. Acesso em: 19 jun. 2021. / Travis

Partindo dessa ideia temos que tratar da publicidade, assim, irei apresentar conceitos que irão dar base ao meu argumento.

Além do conceito de Marx de fetichismo da mercadoria, já apresentado neste trabalho, outro conceito muito importante é o de fantasmagoria de Benjamin. Ele aponta que espetáculos e exposições ajudam a esconder o valor de uso da mercadoria, trabalhando em favor do fetichismo e alienando o seu público (BENJAMIN, 2009, p. 43 - 45). Agora chegando mais diretamente à publicidade, além de vender produtos, existe uma tentativa de vender qualidades - como, por exemplo, virilidade, estilo, juventude e *et cetera* -, associadas a esses objetos (WILLIAMS, 2011, p. 252 - 253), aqui, podem ser qualidade associadas aos autores, ou, somente utilizando da imagem dos mesmos para lucro.

Dessa forma, a publicidade também trabalha com a *mana* desses artistas e a aura de suas obras. Em seu trabalho *Alta Costura, Alta Cultura*, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983, p. 206) levanta a questão de porque não trabalhamos a magia através das grifes famosas como, por exemplo, a *Dior*. Aqui, faço uma analogia do conceito, porém não pensando na moda, mas sim em artistas *mainstream* da indústria musical. De acordo com o antropólogo francês Marcel Mauss (2017), *mana* é a matéria prima da magia, esse conceito que é responsável por construir o valor das coisas e das pessoas (*ibid*, p. 148). Aqui esse conceito que será agente quando pensamos nas peças produzidas pelos artistas ou ligadas aos mesmos. Refletindo agora sobre o conceito de aura trabalhado por Benjamin, as peças possuíam auras, por conta da sua singularidade, porém, após o começo da reprodutibilidade das mesmas, essa aura é rompida e forjada de várias outras maneiras (BENJAMIN, 2013). Trazendo esses conceitos para o contexto do ensaio, os artistas, conhecidos como gênios e únicos, são vistos, dentro do sistema que estamos, como produtos únicos e geniais focados no lucro, possuindo assim uma falsa aura, que, tenta passar a sua *mana* para outros objetos que eles tem sua imagem vinculados.

A imagem do grupo sul-coreano *BTS*, a imagem do norte-americano *Travis Scott* atrelado a lanches, roupas de grife e *et cetera* vai além da mera tentativa de atrelar a imagem, mas sim uma tentativa de utilizar a *mana* dos mesmos para dar certo valor para os objetos que estão sendo publicizados, para além disso, a aura - falseada - também é utilizada com o mesmo intuito, agregar lucro ao objeto sendo vendido, dentro do sistema em que estamos, tudo é sacrificado pelo lucro.

Scott é um rapper e produtor americano que faz grande sucesso desde a década passada, desde a estréia do seu álbum *Rodeo*, em 2015 (UOL, 2020)

Além de vermos essa tendência crescer a passos largos nos Estados Unidos, principalmente com artistas de *Rap*¹⁰ e *Trap*¹¹ produzindo muitas roupas, tênis, e se atrelando a marcas muito famosas mundialmente, como o já citado exemplo de *Travis Scott*, e o *Yeezys*¹², marca de *Kanye West*¹³ em colaboração com a Adidas, um outro grande exemplo dessa situação é o *K-Pop* (pop coreano). O *K-Pop*, é:

um movimento cultural cunhado com base nas convenções mais gerais do pop – um gênero musical abertamente comercial (FRITH, 1996) – e relido à luz dos parâmetros de disciplina e moralidade da Coreia do Sul, que se tornou um fenômeno global há mais de uma década. (URBANO; MAZUR; ARAUJO; ALBUQUERQUE, 2021)

E esse gênero musical faz parte da *Hallyu*¹⁴ - denominação para a produção cultural em massa exportada pelo governo sul-coreano, assim como o *K-drama*¹⁵, por exemplo. E com toda essa cultura vieram também vem carregada de muitas *merch*¹⁶ (mercadoria) atrelado a música, às séries e *et cetera*, e toda essa estratégia funciona, com o *K-Pop*, por exemplo, sendo muito exportado para o ocidente (ORTEGA, 2021; CRUZ, 2020; MESQUITA, 2020; ALMEIDA, 2019). Refletindo junto ao filósofo congolês Valentin-Yves Mudimbe (2013), penso se ela é uma arte turística. O autor define que a arte turística é aquela feita pelo colonizado para saciar o fetichismo do colonizador, com o intuito de comercialização, aqui, penso que esse conceito pode ser aplicado para pensarmos sobre o fenômeno do pop sul-coreano.

Conclusão

Durante todo este ensaio trabalhei vários conceitos que vão de encontro com a metáfora que propôs, de forma com que, no capitalismo, vai existir um mecanismo para esconder as relações sociais presentes no valor de uso da peça (MARX, 2013) e

¹⁰ *Rap*, que teve o nome formado pela expressão *rhythm and poetry* (ritmo e poesia), é um gênero musical que surgiu na década de 60 nos Estados Unidos, e é um dos pilares da cultura *hip hop* junto ao grafite, o *break* (uma dança de rua), as artes plásticas e da discotecagem (DAYRELL, 2002).

¹¹ *Trap* é um gênero musical proveniente e foi desenvolvido na década de 90, tendo as suas raízes no sul dos Estados Unidos (KALUŽA, 2018).

¹² FARFETCH. **Tênis Adidas Yeezy - Sneaker Masculino - Farfetch**. 2021. Disponível em: <<https://www.farfetch.com/br/shopping/men/adidas-yeezy/trainers-2/items.aspx>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

¹³ Kanye West é um produtor e rapper americano que faz sucesso desde a década de 2000 produzindo para artistas como Jay-Z e Nas, além de ter uma carreira solo de grande sucesso, ganhando vários prêmios (SUNO, 2021)

¹⁴ *Hallyu*, também conhecido como a nova onda, se refere a toda produção sul coreana desde 1990 que envolve a exportação de música pop, dramas, culinária, e *et cetera*. A *Hallyu* é altamente impulsionada pelo governo federal sul-coreano e é um dos setores de mais lucro do país. (ORTEGA, 2021; MESQUITA, 2020; ALMEIDA, 2019)

¹⁵ *K-drama* é o nome dado para os dramas televisivos provenientes da Coreia do Sul. (ORTEGA, 2021)

¹⁶ Mercadoria podendo ser camisas, fotos, calendários, bandanas e *et cetera*.

esse fato vai ser de extrema importância não só no valor da obra em si, mas, como apresentei aqui, nas próprias pessoas, que também poderão ser caracterizadas como produtos, apesar de serem pessoas que foram criadas e enraizadas em suas sociedades, com suas complexidades subjetivas e objetivas.

Quando digo que o autor não pode estar morto porque as pessoas escrevem quando estão vivas, quero dizer que uma pessoa viva é um corpo aprisionado em certas relações de produção, condicionado pela ideologia, forçada a escrever ou fazer arte para se sustentar e assim forçada a mercantilizar seu trabalho. Uma pessoa vive em uma determinada situação social. Não é como se os autores fossem capazes de impor um significado unificado. Mas toda arte reflete uma realidade social e material definida, ao mesmo tempo que ajuda a reproduzir ou é contra ideologias hegemônicas que ajudam a reforçar essa realidade material. (EVVYGRAM, 2020)

Também trouxe a questão da magia, um conceito muito caro ao meu trabalho, de forma com que ela não existe só em outras sociedades não-capitalistas, mas também está entranhada em vários detalhes da nossa indústria. De forma que a publicidade, ponto central deste ensaio, usa da magia amarrando significados sociais e pessoais à objetos, com o intuito de venda e satisfação do consumidor (WILLIAMS, 2011, p. 252 - 253).

A metáfora que construí aqui são a de vários Sísifos, carregando suas pedras, tentando, de alguma forma, criar uma relação com seus ouvintes, mas, ao chegar com suas pedras próximo ao topo da montanha, por serem trabalhados como objetos, produtos pelo sistema capitalista, só conseguem observar a pedra desmoronar montanha abaixo - em nome do lucro.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Naiane Batista de. **O FENÔMENO HALLYU E AS PRÁTICAS INTERACIONAIS DOS FÃS BRASILEIROS NO CONTEXTO DO PROCESSO DO SOFT POWER DA COREIA DO SUL**. 2019. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal da Paraíba, João, 2019.

BARTHES, Roland. A Morte do Autor. In: **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Alta Costura e Alta Cultura. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. Pp. 205-216.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

CRUZ, Felipe Branco. **Se não pode vencê-lo, una-se a ele**: o ocidente se rende à fofura do k-pop. o Ocidente se rende à fofura do K-pop. 2020. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/cultura/se-nao-pode-vence-lo-una-se-a-ele-o-ocidente-se-ren-de-a-fofura-do-k-pop/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 117-136, jun. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022002000100009>.

EVVYRAM. **O Autor tem uma Vida Social: roland barthes e evangelion**. Roland Barthes e Evangelion. 2020. Traduzido por Andrey Santiago. Disponível em: <https://traduagindo.com/2020/12/01/roland-barthes-e-evangelion/>. Acesso em: 19 jun. 2021.

FARFETCH. **NIKE X TRAVIS SCOTT**. 2021. Disponível em: <https://www.farfetch.com/br/sets/men/nike-x-travis-scott.aspx>. Acesso em: 19 jun. 2021.

FARFETCH. **Tênis Adidas Yeezy - Sneaker Masculino - Farfetch**. 2021. Disponível em: <https://www.farfetch.com/br/shopping/men/adidas-yeezy/trainers-2/items.aspx>. Acesso em: 20 jun. 2021.

G1. **Brasil chega a 602 mil mortes por covid, média móvel fica abaixo de 400 pelo terceiro dia**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/10/14/brasil-chega-a-602-mil-mortes-por-covid-media-movel-fica-abaixo-de-400-pelo-terceiro-dia.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2021.

GOMES, Elsa Pinto Basto. **INFINITO-POSSÍVEL: arte e suicídio**. 2018. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pintura, Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018.

KALUŽA, Jernej. Reality of Trap: trap music and its emancipatory potential. **Iafor Journal Of Media, Communication & Film**, Slovenia, v. 5, n. 1, p. 23-42, 2018.

LAGROU, Els. 2009. **Arte Indígena no Brasil: agência, alteridade e relação**. Belo Horizonte: C/ Arte.

LIMA, Bianca; GERBELLI, Luiz Guilherme. **Inflação no Brasil é a terceira maior da América Latina, atrás somente de Argentina e Haiti**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/09/07/inflacao-no-brasil-e-a-terceira-maior-da-america-latina-atras-somente-de-argentina-e-haiti.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2021.

MARX, Karl. O Capital. [Livro I]: crítica da economia política. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%20Karl.%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf. Acesso em: 10 de out. 2021.

MAUSS, Marcel. Esboço de uma teoria geral da magia. *In*: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

MESQUITA, Sâmya. **Entenda a Hallyu, a "onda coreana" que tomou o mundo e gera renda no Ceará**. 2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2020/08/30/entenda-a-hallyu--a--onda-coreana--que-tomou-o-mundo-e-gera-renda-no-ceara.html>. Acesso em: 15 out. 2021.

MUDIMBE, Valentin. Discurso do poder e conhecimento da alteridade. *In: A invenção da África: Gnose e Filosofia e a Ordem do Conhecimento*. Luanda: Pedago, 2013. (Pp. 15-42).

OLIVEIRA, Amurabi. A Quarentena é branca: classe, raça, gênero e colonialidade. *Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais*, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 193, 7 out. 2020. Universidade Federal de Pernambuco. <http://dx.doi.org/10.51359/2179-7501.2020.247623>.

ORTEGA, Rodrigo. **'Round 6' e o k-drama**: Coreia do Sul apostou na cultura e virou potência no cinema e na tv. Coreia do Sul apostou na cultura e virou potência no cinema e na TV. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2021/10/13/round-6-e-o-k-drama-coreia-do-sul-apostou-na-cultura-e-virou-potencia-no-cinema-e-na-tv.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2021.

PAN, Jovem. **McDonald's lança combo e acessórios do BTS no Brasil; veja onde comprar**. 2021. Disponível em: <https://jovempan.com.br/entretenimento/musica/mcdonalds-lanca-combo-e-acessorios-do-bts-no-brasil-veja-onde-comprar.html#:~:text=A%20linha%20%27Méquizice%20do%20BTS,29%2C90%20comprando%20pelo%20McDelivery..> Acesso em: 19 jun. 2021.

PUREBREAK. **Biografia BTS**. 2021. Disponível em: https://www.purebreak.com.br/famosos/bts_e551308. Acesso em: 15 out. 2021.

SOUZA, Dione Colares de. A MORTE DO AUTOR DE ROLAND BARTHES: ecos musicais. *Revista Ribanceira*, Belém, v. 9, p. 141-149, Abr-Jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/ribanceira/article/view/1226>. Acesso em: 16 jun. 2021.

TARDE, A. **Bolsonaro justifica presença de militares no governo: "Meu círculo de amizade"**. 2021. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/politica/noticias/2193676-bolsonaro-justifica-presenca-de-militares-no-governo-meu-circulo-de-amizade>. Acesso em: 15 out. 2021.

TEIXEIRA, Lucas Borges. **Bolsonaro reproduz fake news para atacar remédios contra covid**. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2021/10/14/live-bolsonaro-comprimido-covid-astrazeneca-pfizer-ivermectina.htm>. Acesso em: 15 out. 2021.

SUNO. **BIOGRAFIA DE KANYE WEST**. 2021. Disponível em: <https://www.sunno.com.br/tudo-sobre/kanye-west/>. Acesso em: 15 out. 2021.

UOL. **Quem é Travis Scott, sensação do rap que se apresentará no Lollapalooza 2020**. 2020. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/10/10/quem-e-travis-scott-nova-sensacao-do-rap-que-se-apresentara-no-lolla-2020.htm>. Acesso em: 15 out. 2021.

URBANO, Krystal; MAZUR, Daniela; ARAUJO, Mayara; ALBUQUERQUE, Afonso de. K-pop, ativismo de fã e desobediência epistêmica: um olhar decolonial sobre os armys do BTS. *Logos*, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 177-192, 27 jan. 2021. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/logos.2020.54453>.

WELLE, Deutsche. **Mortalidade por covid-19 entre indígenas é 16% maior**. 2021.

Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/coronavirus/mortalidade-por-covid-19-entre-indigenas-e-16-maior-dw/>. Acesso em: 15 out. 2021.

WEIL, Simone. **O Peso e a Graça**. Belo Horizonte: Chão da Feira, 2020.

WILLIAMS, Raymond. Publicidade: o sistema mágico. In: **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Os Papangus de Beberibe: cultura popular, riso e hibridismo

Pedro Pereira do Nascimento¹

Introdução

A brincadeira dos Papangus é uma manifestação que acontece em vários lugares do Nordeste brasileiro, famosos são os papangus de Bezerros em Pernambuco. Em Beberibe, litoral leste do Ceará, essa manifestação acontece principalmente no distrito de Sucatinga, que abriga várias comunidades como Uruaú, Cumbe, Lagoa Funda e Barra da Sucatinga. Além dessas comunidades, os papangus também fazem parte da cultura local de Caetano, que também pertence a Beberibe, compondo um conjunto de comunidades participantes de um roteiro de festas e de grupos de brincantes.

Os Papangus são pessoas que se travestem, usam máscaras, chicotes e saem pelas ruas fazendo algazarras com o que encontram. A manifestação em Beberibe não acontece no período do carnaval, como em outros lugares, mas sim, na Semana Santa, quando é organizado pelas comunidades um roteiro cultural marcado por cortejos e festas dos brincantes.

Nesse contexto, vamos pensar neste ensaio como a manifestação dos Papangus está associada aos conceitos de cultura popular, riso e hibridismo. Por isso, tem como objetivo descrever o que é a cultura dos papangus e suas manifestações no feriado da Semana Santa em Beberibe, junto a isso analisar a manifestação a partir dos conceitos de hibridismo e cultura popular.

Este trabalho pretende contribuir com os escritos referentes à cultura popular do Nordeste, junto a isso, destacar

¹ Bacharel em Humanidades e graduado em História pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UniLab/CE). Seus estudos se concentram nas temáticas de cultura popular e educação popular.

uma manifestação que faz parte dos roteiros culturais do município de Beberibe.

Papangus, cultura popular e hibridismo

O debate acerca da cultura dos Papangus vai imbricar dois questionamentos que vão ser importantes para associarmos a brincadeira aos conceitos de cultura popular e hibridismo. As perguntas são: O que é o Papangu? Como se brinca?

Partindo dessas duas interrogações, podemos fazer essa associação com os conceitos supracitados. O outro conceito que está exposto no título, o riso, ele vai estar, segundo Bakhtin (2013), atrelado com a cultura popular.

Respondendo à primeira pergunta, os Papangus são brincantes que, no feriado da Semana Santa, usando trajes e máscaras, saem pelas ruas fazendo algazarras. São também figuras variantes, que tem suas performances baseadas em uma fagulha, que é a máscara e o traje, adereços que permitem várias possibilidades de performance a partir da posição do anonimato, possível a partir da cobertura do rosto e do corpo, transformando uma figura social em uma incógnita. Esse brincante tem como palco de atuação a rua, que legitima a manifestação por ser criadora e consumidora da brincadeira.

Respondendo ao segundo questionamento, no feriado da Semana Santa em Beberibe os brincantes, principalmente os do distrito de Sucatinga e da comunidade de Caetano, saem às ruas em formato de cortejo, ou seja, um grupo de brincantes se reúne e procura um lugar escondido para se trajar e colocar suas máscaras, já que a posição do anonimato é o que os possibilita fazer parte de uma “casta privilegiada” como escreve Lourenço (2012), e usam dos espaços das ruas para fazer inúmeras brincadeiras com a comunidade.

Junto aos cortejos, as festas também fazem parte da cultura dos Papangus. Em Beberibe existe um roteiro que acontece todos os anos, festa do Bar do Riquitos na comunidade da Lagoa Funda, que inicia pela manhã e segue pela tarde do Sábado de Aleluia e no Domingo de Páscoa, festa da Sucatinga na sede do distrito de Sucatinga, que acontece nas noites de Sábado e Domingo, festa na comunidade de Caetano que se estende pela madrugada na Sexta Feira Santa e se alonga nas noites de Sábado e Domingo e a festa do Cumbe, que acontece na Segunda Feira após o Domingo de Páscoa.

Alguns objetos vão formar o Papangu, dois já foram citados, máscara e traje, mas começaremos pensando no chicote. Ele é feito a partir de um trançado de cordas, preso a um bastão de madeira que, na ponta, tem um cordame ou um náilon, que é chamado de ponteira. O chicote tem algumas finalidades dentro da manifestação, serve como aviso de chegada do papangu, quando se escuta o barulho dos estralados sabe-se que quem está nas ruas são os papangus. Eles são para muitos uma figura

atrativa, a ponto de quem está em casa sair para assistir ao cortejo. Para as crianças são figuras grotescas, pois, em sua maioria, se preparam para observar escondidos os brincantes. Esse medo das crianças é advindo das performances dos Papangus, e até pelas suas características, máscaras grotescas, falas grossas e comportamentos agressivos que, para quem está habituado com a manifestação, é levado na brincadeira, mas para as crianças é algo ainda amedrontador.

O chicote também tem como finalidade a “queima do Judas”, que é uma prática dentro da manifestação dos papangus, lembrando novamente que o evento acontece na Semana Santa, e nesse feriado é lembrado o momento da crucificação de Jesus Cristo. Nesse sentido, a queima do Judas é uma paródia da crucificação. Nesse evento, é fincada uma estaca de madeira no chão, e a ela é amarrado um boneco de pano, simbolizando Judas, nele é ateadado fogo e depois é exposto a chicotadas.

Na queima do Judas, fazem-se presentes elementos de uma cultura religiosa atrelando-se com práticas populares, construindo uma paródia, um dos elementos principais da cultura popular, que ressignifica símbolos como o da crucificação, que é tão caro ao Cristianismo, e que vincula a brincadeira ao riso, que faz parte da essência da cultura popular. Essa junção do sério com o riso vai ser tratado por Bakhtin, quando escreve:

Brinca-se com o que é temível, faz-se pouco dele: o terrível transforma-se num “alegre espantalho”. Mas não se poderia também compreender a imagem grotesca se se esquematizasse esse elemento, se se tentasse interpretar o conjunto da imagem num espírito de racionalização abstrata. (BAKHTIN, 2013, p. 87)

A construção de uma paródia de uma cultura oficial, usando a linguagem de Bakhtin (2013), a favor do riso e da brincadeira também vai atrelar a junção de duas perspectivas acerca da cultura, no sentido que os Papangus andam em paralelo ao feriado cristão, não proibido pela Igreja, pelo contrário, a festa do Cumbe, por exemplo, acontece em frente à Igreja Católica, então essa paródia da queima do Judas dentro do evento dos papangus encontra legitimidade nas frentes de uma cultura popular, representada pelo povo e paralela a Igreja Católica, símbolo histórico da cultura erudita que age passivamente com os festejos. Neste sentido, a manifestação tem uma identidade variada para sua construção e a respeito disso Sandrini escreve: “A identidade se torna poliglota, multiétnica, migrante – traz em si o conceito de deslocamento. É a identidade como ponto em que se encontram várias culturas”(SANDRINI, 2016, p. 186).

O traje é outro elemento que forma o Papangu, cobre o corpo do brincante. A vestimenta é de suma importância para quem brinca, junto com a máscara, o traje proporciona o anonimato, sendo parte motivadora ou fagulha que resulta em variadas formas de brincar. O traje do papangu em Beberibe vai carregar singularidades, os brincantes usam desde roupas sociais, macacões, a batas e roupas feitas de palha.

A caracterização varia muito, por exemplo, os brincantes da comunidade de Uruaú usam muito calças e camisas de mangas longas, isso porque é uma comunidade que tem como uma das suas atividades econômicas a pesca, e esse traje é também o que o pescador usa para ir pescar. Então, as roupas que os brincantes usam, além de expressar uma fagulha para a produção da brincadeira, muitas vezes andam junto com as realidades econômicas e sociais das comunidades, tanto na representação de figuras como os pescadores quanto na tradicionalização de costureiras que anualmente produzem os trajes dos papangus para a Semana Santa.

Figura 01 - Papangus em Caetano-Beberibe-Ceará.



Fonte: Acervo do Autor (2021)

A máscara é o adereço principal da cultura dos Papangus, é a fagulha da manifestação, nela está exposta a ideia literal do riso, “o riso supõe que o medo foi dominado” (BAKHTIN, 2013, p. 78), e ele é a essência das festas, que são ambientes intrínsecos a cultura popular e, nesse sentido, “o riso da Idade Média não é a sensação subjetiva, individual, biológica da continuidade da vida, é uma sensação social, universal” (BAKHTIN, 2013, p.79), que está estreitamente ligada às festas, às praças públicas e às ruas.

Ainda sobre o riso, mas em um recorte específico, o riso do Nordeste, Barroso escreve:

Nesse contexto, para dar nome aos bois, o riso brincante é o riso sem peias ou porteiras dos bois de brinquedo de um mundo que se chama Nordeste e de um Nordeste que se chama Mundo. É o riso de imaginação desbragada dos reisados e comédias circenses. É o riso retumbante dos palhaços, Mateus, caretas e Papangus (BARROSO, 2017, p. 241).

O riso também vai englobar o grotesco, a capacidade de transformar algo aterrorizante em algo cômico, o inferno, o diabo, a bruxa, o palhaço e etc, figuras e

imagens que vão cobrir os rostos dos Papangus no formato de uma máscara, propondo uma nova perspectiva de atuar promovida pelo anonimato.

O motivo da *máscara* é mais importante ainda. É o motivo mais complexo, mais carregado de sentido da cultura popular. A máscara traduz a alegria das alternâncias e das reencarnações, a alegre relatividade, a alegre negação da identidade e do sentido único, a negação da coincidência estúpida consigo mesmo; a máscara é a expressão das transferências, das metamorfoses, das violações das fronteiras naturais, da ridicularização, dos apelidos; a máscara encarna o princípio de jogo da vida, está baseada numa peculiar inter-relação da realidade e da imagem, característica das formas mais antigas dos ritos e espetáculos. O complexo simbolismo das máscaras é inesgotável. Basta lembrar que manifestações como a paródia, a caricatura, a careta, as contorções e as “macaquices” são derivadas da máscara. É na máscara que se revela com clareza a essência profunda do grotesco (BAKHTIN, 2013, p. 35).

Os Papangus concentram todas essas características da máscara, desde as figuras grotescas ao gozo do anonimato. A máscara vai ser, usando uma metáfora de Gago (2011), uma porta para um lugar desconhecido, e sobre essa inserção na máscara, ele escreve:

Ninguém me disse o que fazer, foram-me dadas apenas leves sugestões, para me pôr à vontade. Mas não estou à vontade. Sinto que tudo depende de mim, e que estou no limiar de alguma coisa desconhecida. Estou no limiar, na soleira da porta. De repente, torna-se claro que tudo depende do modo como me aproximar da porta, do modo como fizer rodar o manípulo, do modo como a irei empurrar para que ela se abra e de como puser o pé na soleira (GAGO, 2011, p. 35).

A máscara, nesse sentido, produz uma nova figura e isso acende o fogo brincante, que está munido pelo anonimato e pelas várias possibilidades de performance. Passar a porta é entrar em um círculo não real, como escreve Lourenço (2012) citando Duvignaud: “A máscara [...], implica uma comunicação recebida e aceita, faz o espectador entrar em um círculo não real sugerido pelas formas que ela adiciona ao rosto humano” (LOURENÇO, 2012, p. 50), esse círculo é compartilhado por quem brinca e por quem legitima, quem assiste construindo uma realidade em que:

A máscara tem como função a dissimulação, a proteção, a manifestação de uma presença do além, participação em uma casta privilegiada ou secreta, instrumento de dominação pelo temor ou identificação a forças incontroladas da natureza. Ela não só protege como também nos orienta no sentido de uma diferença; nos conduz sobre uma pista da cultura. A máscara está posta para esta manifestação “espetacular” como a “fagulha” que acende o fogo brincante [...](LOURENÇO, 2012, p.50).

Portanto, a máscara tem esse papel de fagulha para os Papangus, sendo ela ponto assegurador do anonimato e também uma das características que fazem os Papangus uma manifestação pertencente à cultura popular na qual o público legitima os comportamentos dos brincantes devido ao uso da máscara que produz no imaginário coletivo as possibilidades permissivas durante aquele período.

Figura 02 - Papangus em Lagoa Funda-Beberibe-Ceará.



Fonte: Acervo do Autor (2019)

Para pensar o conceito de hibridismo teremos que nos remeter a pensar o surgimento da manifestação. Em Beberibe datar essa informação é muito complicado, no sentido de que as datas variam de acordo com a quantidade de brincantes. Mesmo com essa escassez de informações, referentes ao surgimento da manifestação, trazemos um contexto geral apontado por Lima (2017), que além de trazer uma possibilidade do surgimento da manifestação traz o aspecto do cortejo como ponto relacionado a sua origem. “A partir da década de 50, os mascarados que batiam às portas dos moradores passaram a receber deles cuias de angu, comida típica feita à base de farinha de milho. A partir daí, a população passou a chamá-los de Papangus” (LIMA, 2017, p. 30).

Os cortejos são uma parcela que fundamenta a brincadeira dos Papangus, trazendo para a sua estrutura aspectos como andar em grupo, e esses saem às ruas, dançam, estalam seus chicotes, bebem, falam palavrões e o principal, interagem com a comunidade. Procurar a origem dos cortejos dos Papangus é tão complicado quanto a busca pela origem dos mesmos. Ter pessoas mascaradas em um cortejo brincante não é algo monopolizado pelos Papangus, é algo que está difundido pelo mundo e pelo tempo, desde os carnavais nas cidades europeias no período do Renascimento que Bakhtin (2013) escreve, também nos caretos de Portugal que saem de fazenda em fazenda tomando vinho e no reisado de couro na região do Cariri no Ceará.

Em seus cortejos, os Papangus dançam, bebem, fumam, brigam e etc., são figuras variantes que andam nas ruas do distrito de Sucatinga, nas comunidades de Uruaú, Lagoa Funda, Barra da Sucatinga, Lagoa de Dentro, Cumbe, Piquiri e Caetano. São esses os palcos que atuam os papangus, um roteiro de lugares e eventos que interligam os brincantes do município de Beberibe, que são atraídos pelas festas. Formando assim uma cultura dos papangus híbrida, tendo em vista que, vai transitando de comunidade para comunidade construindo assim uma “identidade

poliglota” como escreve Sandrini (2016), que além de apresentar aspectos comunitários dos roteiros encarados pelos brincantes e aspectos de um feriado cristão, que é a Semana Santa, com um evento profano.

Essas culturas que se encontram e constroem novas práticas a partir de um processo de de hibridação vão formar a base de uma cultura que está a mercê das relações sociais descendentes de um processo de relação entre dominantes e dominados, que hierarquizaram a cultura fazendo com que algumas práticas para sobreviver se modificassem, atrelando-se em suas práticas até a cultura do dominador, não escapando do que Canclini vai escrever quando se refere do processo de hibridação na modernidade na América Latina:

[...] la secularización de los campos culturales, la producción autoexpresiva y autorregulada de las prácticas artísticas y políticas,[...] todo eso que se ha considerado resortes de la emancipación moderna, convive en América Latina con fundamentalismos religiosos y étnicos, con analfabetismo y arreglos arcaicos de poder (CANCLINI, 1997, p.111).

Portanto, os Papangus unem finalidades da cultura popular imbricadas dentro de um feriado cristão, vivendo e se construindo junto uma cultura oficial, colocando em jogo representações e símbolos de ambas as esferas de poder a favor da construção da manifestação. A relação do chicote com a queima do Judas vai trazer essa relação social de junção de uma cultura popular parodiando uma cultura erudita, relação essa legitimada pela população, pelas pessoas, que transitam em ambas as esferas, fazendo da cultura dos Papangus um espaço democrático, híbrido e, principalmente, uma manifestação popular.

Considerações finais

Com este ensaio tratamos de debater sobre a figura do Papangu dentro do contexto da Semana Santa em Beberibe, junto a isso, pensamos a manifestação a partir de conceitos como hibridismo e cultura popular, que trouxeram à tona temas como o riso e o anonimato que vão fundamentar partes dessas grandes temáticas.

Ademais, para pesarmos os Papangus utilizamos os objetos que o formam, o chicote, traje e a máscara, que compôs também o debate acerca do hibridismo e cultura popular, já que esses objetos estão diretamente ligados às realidades das comunidades que os produzem, tanto no sentido material quanto no sentido simbólico.

Os cortejos também foram temática importante para uma retomada na história da formação do que foi o Papangu, figura que pedia comida, angu, nas portas das pessoas, mesmo não sendo nosso objetivo aqui descobrir o surgimento dos Papangus, principalmente em Beberibe, onde a bibliografia sobre a manifestação é escassa.

No mais, este trabalho abre espaço para várias lacunas de discussão imbricadas à figura dos Papangus e das suas práticas, identidade, educação popular, performance e etc. Discussões que poderiam se complementar a partir de mais pesquisas e documentação sobre esses brincantes, suas festas e seus cortejos.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2013.

BARROSO, Oswald. **O riso brincante do Nordeste**. Rebento, n. 7, p. 233-265, 2017.

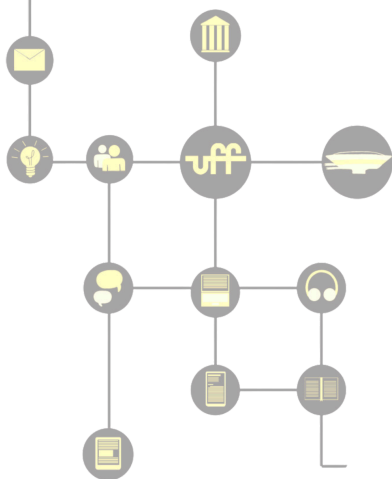
CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas y estrategias comunicacionales**. Estudios sobre las Culturas Contemporáneas, v. 3, n. 5 p. 109-128, 1997.

GAGO, André. A máscara, do rito ao teatro. In: GODINHO, Paula. **Máscaras, mistérios e segredos**. Lisboa: Edições Colibri, 2011. p.33-42.

LIMA, José Ricardo de. **Papangus de Bezerros: a tradução da imagem, materializada em fantasias e máscaras**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Design) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2017.

LOURENÇO, Frank. **O pré-teatro e a função da máscara: O fogo brincante dos Papangus**. ILINX-Revista do LUME, v. 1, n. 1, p. 48-54, 2012.

SANDRINI, Paulo. **Índices de hibridismo cultural em relato de um certo oriente**. Scripta Uniandrade, v. 13, n. 1, p. 184-194, 2016.



A utilização de um simulador para o ensino do processo do efeito estufa, apoiado pela teoria de desenvolvimento de Jean Piaget

Willian Guimarães de Carvalho Costa¹

Introdução

Jean Piaget (1896-1980) foi e ainda é conhecido como um dos mais relevantes nomes da psicologia e da epistemologia; o autor é prospector da teoria do desenvolvimento cognitivo, que se aplica especialmente a crianças e adolescentes, considerando distintas situações de aprendizagem.

Seu principal objetivo é mostrar como o indivíduo vai evoluindo, desde os primeiros meses da vida até adquirir uma solidez e uma consistência próprias que o configuram e distinguem do resto do meio onde está contido (SILVA, et al. 2011, p. 3). Segundo Piaget (1973, p. 214) “[...] não se pode falar de aprendizagem ou de aquisição se não há conservação do que é aprendido”, sendo assim, entende-se que o desenvolvimento humano é um processo contínuo e cumulativo, no qual à medida que a criança cresce, vai associando os novos conhecimentos que adquire aos já existentes.

Na educação em ciências é comum nos depararmos com propostas de atividades didáticas que fazem a utilização de variados recursos, como estratégias de ensino para despertar o interesse dos alunos, estimular a participação na aula, e incentivar a motivação para construção do conhecimento, de forma que a aula ministrada vá além de ser meramente expositiva. Porém, nem sempre o que se apresenta na teoria é presenciado na prática, seja por questões de planejamento ou

¹Licenciado em Química e mestre em Educação em Ciências pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), tendo experiência com pesquisas nas áreas de Ensino de Química, Divulgação Científica e Comunicação Pública da Ciência.

COMO CITAR: COSTA, Willian Guimarães de Carvalho. A utilização de um simulador para o ensino do processo do efeito estufa, apoiado pela teoria de desenvolvimento de Jean Piaget. In: **Revista Ensaios**, v. 20, jan.-dez., 2022, p. 92-99.

falta de estrutura.

Como apontado por Leal et al. (2020, p. 2) a utilização de “computadores, internet e ambientes virtuais como forma de propagação de atividades que fomentem o desenvolvimento de práticas educativas no processo de ensino nas diversas áreas do conhecimento” tem sido bastante empregado para se atingir uma aprendizagem profunda.

É relevante ressaltar que a utilização de variadas metodologias e recursos, especialmente no que diz respeito a estudantes que se encontram no estágio operatório formal, deve ser planejada com cautela pelo professor, visto que o contexto e o público discente são variados e os alunos precisam caminhar de forma igualitária na construção do conhecimento.

Essa afirmação se faz aqui necessária, pois ainda existe uma grande desigualdade social no país e no mundo; desigualdade esta que não deixa de lado as escolas e os alunos, portanto, o professor deve realizar um planejamento sólido e que contemple as especificidades da escola e dos estudantes.

Sendo assim, indagou-se neste trabalho a possibilidade de estabelecer uma relação entre a utilização de um simulador virtual para o ensino do processo do efeito estufa e o estágio operatório formal descrito por Piaget, e de que maneira esta relação pode impactar o ensino e a aprendizagem.

A motivação para este trabalho surgiu em função da pandemia enfrentada desde o ano de 2020, situação que levou professores e alunos a aderirem com mais assiduidade a recursos tecnológicos em atividades didáticas, caso no qual, o autor deste trabalho se insere, visto que ocupa as posições tanto de professor, quanto de aluno, e vê a necessidade de explorar tal tema, correlacionando-o com as concepções de autores clássicos, como Piaget.

Nesse sentido, este ensaio tem por finalidade propor a utilização de um simulador para o ensino do processo do efeito estufa, em turmas finais do ensino fundamental, sob a perspectiva da teoria de desenvolvimento cognitivo proposta por Jean Piaget, apontando possíveis relações entre ambos os temas, e tendo como base o estágio operatório formal descrito pelo autor, para descrever possíveis contribuições dessa relação para a prática docente e para o processo de aprendizagem.

Inicialmente, é apresentada uma discussão sobre os trabalhos de Jean Piaget, seguida por uma revisão de literatura de trabalhos que fazem menção ao uso de tecnologias e de simuladores, incluindo reflexões sobre como o estágio operatório formal pode vir a influenciar na aprendizagem através da utilização de tais recursos, e, por fim, as considerações finais sobre as possíveis contribuições oriundas dessa relação.

Fundamentação

Em suas obras, Piaget defende que a criança passa por quatro estágios de desenvolvimento que vão mudando conforme a progressão de sua idade. O primeiro deles é o estágio sensório-motor que vai de 0 a 2 anos, o segundo refere-se ao pré-operacional que compreende as idades entre 2 e 7 anos, o terceiro é o estágio das operações concretas, que se estende dos 7 aos 11 anos e o quarto – e último – é o estágio das operações formais que, por sua vez, se estende dos 11 aos 14 ou mais anos.

Em cada um desses estágios, as situações de aprendizagem são descritas pelo autor como distintas, o que implica diferentes etapas de desenvolvimento que vão fazer com que a pessoa atinja a maturidade cognitiva e, a partir daí, desenvolva autonomia para tomar suas próprias decisões e refletir acerca do que presencia em seu entorno.

No que tange à escola, é necessário entender que os alunos necessitam de tempo e discernimento para aprender determinados conteúdos, visto que a compreensão dos mesmos se dá por um processo de maturidade cognitiva e pela capacidade de assimilação daquilo que lhes é colocado.

Isto significa dizer que o professor sabe quando e como ensinar ao seu estudante e que desenvolvimento pode-se esperar dele, dependendo do estágio pelo qual está passando (GOMES, et al., 2011, p. 8).

Esta afirmação de Gomes (2011) e a teoria de desenvolvimento de Piaget podem ser reconhecidas ao analisarmos o sistema de ensino brasileiro que é seriado, e o nível de dificuldade dos conteúdos vai progredindo, à medida que o estudante atinge um maior nível de ensino.

Segundo Piaget (1986, p.23), “a inteligência não aparece, de modo algum, num dado momento do desenvolvimento mental, como um mecanismo completamente montado e radicalmente diferente dos que o precederam”.

“[...] O conhecimento resulta de interações entre sujeito e objeto que são mais ricas do que aquilo que os objetos podem fornecer por eles mesmo” (PIAGET, apud, BECKER, 2010, p.87). No estágio operatório formal, o indivíduo desenvolve a capacidade de criar hipóteses que não necessitam necessariamente de objetos concretos para a resolução de problemas, ou seja, a abstração se torna cada vez mais presente no raciocínio de maneira que ele se torna capaz de expandir os pensamentos matemático, filosófico e científicos.

Dessa forma, o indivíduo, ao atingir este estágio, começa a tomar decisões e tirar conclusões baseadas em suas próprias concepções e experiências sem precisar se apoiar nas experiências dos indivíduos à sua volta, sejam eles familiares, amigos, professores, entre outros.

Nesse sentido, mesmo tendo como base e sendo referenciado pelo conteúdo apresentado pelo professor em sala de aula, ao percorrer o estágio operatório formal o aluno soma a este conteúdo o conhecimento oriundo de suas experiências pessoais e sintetiza ambos para desenvolver hipóteses e tirar suas próprias conclusões sobre determinado tema e constituir seu aprendizado.

Esse processo se consolida a partir do conhecimento de que cada pessoa, neste caso, cada adolescente, aprende de determinada forma e utiliza de diferentes meios para tal, ou seja, cada um possui o seu ritmo de aprendizagem e se utiliza dos meios que melhor lhe cabem para aprender.

Como exemplo de propostas diferenciadas em aulas de ensino de ciências, temos a utilização de simuladores digitais que demonstram o conteúdo trabalhado e proporcionam interatividade entre os alunos e o professor, fazendo com que as aulas se tornem mais dinâmicas, além de diversas outras potencialidades.

Na concepção de Carraro e Pereira (2014), por meio da utilização de simuladores.

Busca-se colocar o estudante mais ativo no processo de ensino de forma que observe os modelos físicos, avance na construção de conceitos, leis e teorias, colete dados das simulações, elabore hipóteses e teste a validade das mesmas, confronte o seu conhecimento prévio com o conhecimento científico, questione, estabeleça relação entre a teoria e prática na compreensão dos fenômenos físicos presentes no seu dia a dia. (CARRARO, PEREIRA, 2014, p. 4)

O site *Phet – Interactive simulations*, desenvolvido pela Universidade do Colorado em Boulder, apresenta diferentes tipos de simulações interativas abordando conteúdo das áreas de ciências e matemática, e é disponibilizado para acesso de maneira gratuita, de forma online e com a possibilidade de *download* para uso das simulações sem acesso à internet. Uma das simulações apresentadas pelo site é relacionada ao processo de efeito estufa, como apresentado nas imagens 01 e 02.

Imagens 01 e 02, respectivamente: Simulador Phet – O efeito estufa.



Fonte: Phet - Interactive simulations.

No simulador interativo supracitado, é possível variar a quantidade e os tipos de gases (água, metano, dióxido de carbono e dióxido de nitrogênio) presentes na atmosfera, assim como percorrer diferentes datas em que a concentração dos gases é

maior ou menor.

Além disso, é possível reconhecer o processo de aquecimento da superfície terrestre a partir do termômetro indicado no canto inferior esquerdo da imagem 02, que varia de acordo com a representação da radiação solar que adentra a atmosfera e a radiação que fica retida no planeta em forma de calor, à medida que a concentração dos gases da atmosfera é aumentada.

A indicação da utilização do simulador para ensino do processo do efeito estufa, em turmas finais do ensino fundamental da educação básica (sétimo ao nono ano), pode ser relacionada com a teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget, sob uma perspectiva de que no estágio operatório formal, o adolescente tende a elaborar teorias sobre os mais variados assuntos, desenvolvendo assim seu pensamento hipotético-dedutivo.

Ao se apresentar o simulador ao aluno, espera-se mostrar como se dá o processo de aquecimento do planeta e as suas causas (acúmulo de gases na atmosfera provindos de diversas fontes). Mesmo estando ciente desses fatores, espera-se que o adolescente desenvolva hipóteses que abranjam desde as origens das emissões de gases causadas pelas ações humanas, as emissões naturais de gases, e até medidas que contenham tais emissões com o intuito de reduzir o aquecimento global, entre outras.

Para compreendermos de maneira fundamentada como isso pode ocorrer, podemos partir do fato de que, segundo Piaget, a partir das informações recebidas, o adolescente quando no estágio operatório formal tende a desenvolver relações lógicas, entre tais informações e pressuposições criadas em sua mente, de forma que, seu próprio raciocínio se torne sua principal fonte de referência e confiança. A partir dele, portanto, desenvolva questionamentos que vão lhe proporcionar a compreensão de fatos e o auxiliar na resolução de problemas.

Ferreira (2020) discute que a utilização de tecnologias no contexto educacional contribui para uma inclusão digital e que a informática se trata de uma inevitabilidade mundial, tendo a atribuição de preparar o aluno para este cenário. Nesse contexto, infere-se que a tecnologia além de incrementar a prática docente, também prepara o aluno para o contexto político-social, uma vez que vivemos em um mundo cada vez mais globalizado.

No caso do simulador sobre o efeito estufa, ao ter contato com os principais tipos de gases apresentados como causadores do processo, o adolescente que acabara de atingir maturidade cognitiva para aprender sobre tais conceitos, pode começar a pensar sobre como estes gases se formam e porque têm tais representações como as mostradas pelo simulador.

A partir destes questionamentos, espera-se que ele comece a pensar de forma independente em hipóteses que relacionem a origem dos gases a diversas causas e

procedimentos, sejam naturais ou não, e que o professor assuma o papel de colaborador desse processo, pois necessitamos cada dia mais na sociedade de alunos críticos e que sejam responsáveis por sua própria aprendizagem.

O simulador aborda o tema radiação solar, o qual com estímulo do professor, pode proporcionar a construção de hipóteses; o tema é abordado por meio da representação da radiação penetrando a superfície terrestre e ficando nela retida em forma de calor, devido aos gases presentes na atmosfera.

Como tratamos aqui de alunos do ensino fundamental, a curiosidade pode ser despertada para tal fato, visto que se trata de um conteúdo novo e com potencialidade para prender a atenção e suscitar discussões. Aqui reconhecemos o papel do simulador como promotor da motivação na aprendizagem e como uma ferramenta potencial que contribui para o desenvolvimento político e social do aluno que, ao se inserir na sociedade, deve buscar se inteirar das questões que o cercam.

O estudante deve participar ativamente do processo de construção do conhecimento para que este seja constituído de maneira consolidada, e, pela concepção de Piaget, o indivíduo tende a sempre desenvolver seu aprendizado partindo de um nível mais simples para um mais complexo como forma de se adaptar ao mundo em que vivemos.

Além das questões abordadas pelo simulador, o aluno pode refletir sobre variados aspectos e trazer para a aula discussões que vão além do tema tratado; temos como exemplo que ao pensar que o efeito estufa é prejudicial para o planeta e para os seres vivos, a capacidade de raciocínio hipotético-dedutivo pode fazer com que demais questões ambientais sejam relacionadas com o tema pelos alunos. Dessa maneira, o professor pode inserir uma rica discussão que compreenda os âmbitos ambiental, social e político.

Dessa forma, no estágio operatório formal a capacidade de pensamento abstrato propicia que o aluno a partir dos fatos que lhes são apresentados pelo simulador, construa seu conhecimento interligando aquilo que por ele já é conhecido com as novas informações recebidas.

Além disso, a abstração em ênfase nessa fase faz com que o aluno isole determinado fato de explicações correntes na sua realidade, para que ele possa tirar suas próprias conclusões desenvolvendo, assim, a sua criatividade, suas capacidades de resolução de problemas, argumentação, entre outras.

É relevante ressaltar que os simuladores fazem parte de variados tipos de tecnologias que podem ser aproveitadas em um contexto escolar e que, para tal implementação, é necessário que haja um planejamento adequado e sólido que contemple não só o conteúdo a ser ensinado, mas também fatores como as especificidades de aprendizagem dos alunos e o contexto social em que estão

inseridos.

Conforme Macedo et al (2001 p. 3),

[...] para que o uso de tecnologias como internet, simulações, redes sociais e jogos educativos seja focado na melhoria do ensino e aprendizagem é preciso pensar não somente em como integrar as ferramentas na sala de aula, mas o contexto do seu uso.

O professor, portanto, deve analisar as possibilidades de implementação do simulador em suas aulas, estabelecer os objetivos de ensino para tal ferramenta e analisar a viabilidade da utilização, visto que algumas escolas do país, inclusive conhecidas pelo autor deste trabalho, não apresentam estrutura adequada para tal. Resultado esse, do investimento insuficiente em educação feito no país, que traz como consequências, a defasagem de práticas pedagógicas na formação dos estudantes, entre outras.

Considerações finais

Após essa análise, podemos inferir, portanto, que o sistema seriado de ensino atualmente vigente no Brasil é de certa forma pautado pela teoria de desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget, visto que, o ensino dos conteúdos tem como ponto de partida aspectos que são mais simples, e que se desenvolvem visando à compreensão de aspectos mais complexos, à medida que a criança progride cognitivamente e desenvolve a capacidade de aprender conteúdos mais complexos.

Podemos reconhecer o papel de colaborador que nós, como professores, assumimos no processo de desenvolvimento do indivíduo, visto que, para que nosso trabalho seja consolidado, é necessário conhecer como se dá o desenvolvimento de nossos alunos e incentivar a construção de questionamentos, que vão proporcionar ao aluno a capacidade de tomar decisões, baseadas em suas próprias conclusões.

Neste sentido, o papel do professor no estágio operatório formal pode compreender desde o incentivo a novas descobertas fazendo-se a utilização de um simulador como o apresentado neste trabalho, até a construção de uma prática docente sólida e que dialogue com os interesses de seus alunos, fazendo com que o processo de ensino e aprendizagem se torne mais prazeroso e rico.

Sendo assim, entende-se que Jean Piaget por meio de suas obras traz contribuições significativas à área da educação, proporciona uma sólida compreensão sobre o desenvolvimento do ser humano, sobre como os processos cognitivos como pensamento, reflexão, atenção e outros são fundamentais para a adaptação ao mundo em que vivemos e para o desenvolvimento de valores sociais. E essas contribuições do autor associadas à utilização de tecnologias como o simulador apresentado, podem enriquecer a prática docente e contribuir com uma melhor formação dos alunos da educação básica.

Referências bibliográficas

BECKER, Fernando. **O caminho da aprendizagem em Jean Piaget e Paulo Freire: Da ação à operação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CARRARO, F. L.; PEREIRA, R. F. O uso de simuladores virtuais do Phet como metodologia de ensino de eletrodinâmica. **Cadernos PDE – Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor pde**. [Versão Online]. ISBN 978-85-8015-080-3. 2014. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uem_fis_artigo_francisco_luiz_carraro.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021.

FERREIRA, G. A. **O uso da tecnologia em sala de aula**. In: V Conapesc – Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Ciências. Anais. ISSN 2525-3999. Campina Grande: Realize Editora, 2020.

GOMES, R. C. S.; GHEDIN, E. O desenvolvimento cognitivo na visão de Jean Piaget e suas implicações à educação científica. **VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – Resumos**. 2011. Campinas – SP. Disponível em: <http://abrapecnet.org.br/atas_enpec/viiienpec/resumos/R1092-2.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

LEAL, M. M.; SILVA, A. T. S.; MENEZES, L. S. **A utilização do simulador Phet como ferramenta de ensino nas aulas on-line de ciências em uma escola do município de Água Branca – PI**. In: VII Conedu - Congresso Nacional de Educação. ISSN: 2358-8829. Maceió – AL, 2020.

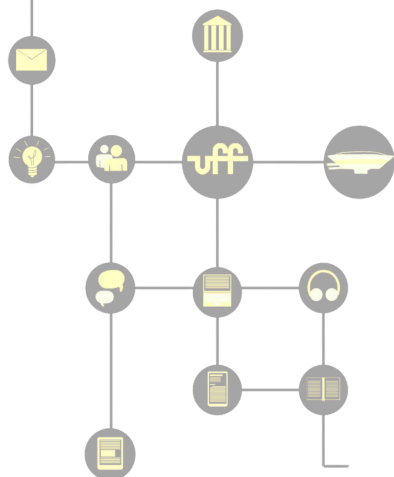
MACEDO, M. V. de. NASCIMENTO, M. S.; BENTO, L. Educação em Ciência e as “Novas tecnologias”. **Revista Práxis**. Ano V, nº 9. Junho de 2003. p. 17-23.

PHET - INTERACTIVE SIMULATIONS. Universidade do Colorado em Boulder. **O efeito estufa**. Disponível em: <https://phet.colorado.edu/pt_BR/simulation/legacy/greenhouse>. Acesso em: 26 jun. 2021.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **O nascimento da inteligência da criança**. Editora Crítica: São Paulo, 1986.

SILVA, P. S. M da; VIANA, M. N.; CARNEIRO, S. N. V. O desenvolvimento da adolescência na teoria de Piaget. **Psicologia.pt – O portal dos psicólogos**. [Trabalho de Curso]. 2011. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0250.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2021.



Hacia un ecosistema de gestión educativa intercultural: una perspectiva desde la política pública para la calidad de la educación

Greys Nuñez Ríos ¹

Consideraciones generales

Una mirada histórica de la concepción de las políticas públicas

Para hablar de políticas públicas, se hace necesario hacer un recorrido histórico a través del tiempo, que permita dar cuentas del surgimiento y robustecimiento del término y sus propósitos en los distintos escenarios sociales.

La expansión de las políticas públicas, según el autor Zimmerman (2003) está asociada en el siglo XX al crecimiento del estilo de Estado denominado *Welfare State*, que traduce Estado de Bienestar, pero en realidad se puede hacer coincidir la aparición de las políticas públicas con el Estado Bismarckiano cuando se estudia la posibilidad de extender la actividad del Estado a áreas donde su competencia era escasa o nula.

En este sentido, según González (2014), el primer autor en incursionar el término fue Lasswell (1940), en el estudio de las políticas públicas, para ello hace uso de manera formal del concepto *Policy Sciences* (Ciencias de la Política), diferenciándolo de la Ciencia Política, (entendida como el estudio del poder). En este sentido, Astorga y Facio (2009, p. 108 *apud* GONZÁLEZ, 2014, p. 232), afirma la conceptualización propuesta la Lasswell donde distintamente, las Ciencias de la Política son: “disciplinas que se ocupan de explicar los procesos

¹Mestre em Educação. Especialista em Pedagogia Científica. Licenciada em Ciências Sociais e Econômicas. Professora em tempo integral da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (Departamento de Humanidades). Coordenador da Área Pedagógica e Psicológica do Curso de Bacharelado em Educação Básica Primária da Universidad de la Costa (CUC), Colômbia.

de elaboración y ejecución de las políticas..., con base científica, interdisciplinaria y al servicio de gobiernos democráticos”.

El concepto de política pública, tuvo una definición inicial de parte de Lasswell (1951 *apud* AGUILAR & LIMA 2009, 5) considerándola como “... disciplinas que se ocupan de explicar los procesos de elaboración y ejecución de las políticas..., con base científica, interdisciplinaria y al servicio de gobiernos democráticos”, veinte años después en 1971 agregaría un punto crucial en la definición: “el conocimiento del proceso de decisión y el conocimiento en el proceso de decisión”.

Con esta definición, se empieza a reconocer como políticas públicas, todas aquellas acciones cuyos objetivos están centrados en el interés público y del cual se deben tomar decisiones sustentadas, después de un proceso de diagnóstico y análisis de factibilidad, para la atención efectiva de problemas públicos específicos y la solución a satisfacción de la ciudadanía.

Sin embargo, vale la pena aclarar que, la concepción de política pública no puede hacerse desde un enfoque único, ya que, desde la tipificación, estas no cumplen la misma función para el Estado y la sociedad, al igual que el papel que cada una juega en el ejercicio del poder político y el mismo impacto social. Lo mismo sucede con el *Policy Maker* (como actor que tiene que tomar medidas) a favor del estado de bienestar de la sociedad, pues debe escuchar a todos los actores que influyen para la toma de decisiones para que un problema público se convierta en una política pública en la agenda del gobierno.

A partir de los años 70, en el mundo se fortalecen las políticas económicas desde el modelo neoliberal, las cuales impactan el desarrollo y la transformación de los derechos económicos, sociales y culturales, ya que en esta época se impulsa una economía capitalista, generando, según Vallejo (1992 *apud* TEJEDOR, 2012, p. 57) cambios estructurales con la apertura económica del sector externo por medio del desmonte arancelario y la disminución tanto de subsidios para la producción nacional, comercializadoras, el control de la política monetaria por medio de la liberación de las tasas de interés, el control del crédito bancario y la no intervención del Estado dejándole a éste el papel de controlar el orden público, la defensa de la propiedad privada y la prevención de la sublevación social.

De acuerdo con lo anterior, el autor Lowi (1972, p. 292, *apud* JAIME, et al., 2013, p. 63) critica las concepciones del poder vigente sugiriendo que las políticas públicas influenciadas por la política neoliberal, configuran un poder coercitivo y argumenta que la toma de decisiones por parte del *Policy Maker*, deja de ser distantes de la necesidad y realidad social, para ejercerse desde un revestimiento de poder, ya que, basándose en las ideas de Hume y Olson, considera que es muy difícil, escuchar y poner de acuerdo a tantas personas, por lo tanto, la toma de decisiones siempre se va a privilegiar el sentido individual, en este sentido, las instituciones, la administración, el

gobierno y las políticas públicas se afirman desde el enfoque político de coyuntura inmediata.

En 1980, las políticas públicas no son solo la expresión de una intencionalidad dirigida a resolver algún problema incorporado a la agenda de gobierno, sino que pueden ser manipuladas por las élites, que están en condiciones de influenciar las políticas, definiendo el “espacio político” para las reformas, sin que ello obedezca a patrones de intereses de clases o grupos, o de sectores económicos o internacionales.

Por lo tanto en esta década se replantea el rol estatal en los procesos de redistribución cambiando los actores intervinientes y los objetivos y aparecen figuras como el Fondo Monetario Internacional como agencia que ejerce influencia en las políticas económicas y públicas de los países en desarrollo o con procesos de cambio, determinando las acciones que no resguardan de manera alguna las cuestiones particulares de los países donde son introducida y por tanto: las medidas son impuestas para los países en desarrollo e implican mayor dureza o retrocesos en los niveles económico-sociales de la población.

Seguidamente, las políticas públicas, para la década de los 90, según Zimerman (2003), aparecen altamente influenciada por los procesos de globalización y condicionadas por las denominadas reformas encaminadas a cerrar la brecha del déficit fiscal y abriendo la economía al circuito internacional, la apertura de la economía, la desregulación y el ingreso de capitales, las privatizaciones y en la capacidad de gestión del Estado, su transparencia, y la democratización del aparato democrático. Sin embargo, el impacto social de las políticas sigue siendo distante pues se está privilegiando la perspectiva económica que repercute en los diferentes escenarios y sigue distante la interacción entre diferentes autores.

Las Políticas públicas y la relación con la sociedad Latinoamericana

El conocimiento, diseño y ejecución de la política pública y la responsabilidad y complejidad que tiene el estado en su proceso de toma de decisiones y ejecución debe tener en cuenta, las diversas perspectivas de los autores que están inmersos en la sociedad.

Para el caso de América Latina, reflexionar sobre el impacto de las políticas públicas, conlleva a analizar la influencia del neoliberalismo como corriente de tipo económico y político que surge en el siglo XX, en el año de 1938 y se considera un resurgir del liberalismo clásico o una sinergia entre el conservadurismo y liberalismo, que tiene consigo una gran influencia entre los autores y ejecutores de las políticas, ya que esta nueva corriente de orden político y social se consolida en los gobiernos, trayendo consigo grandes cambios a nivel mundial, entre los que se destaca la

globalización y el libre comercio, que aparecen quizás como una imposición de los países más ricos a los más pobres y como una guía unidireccional impuesta desde arriba, que impacta el estado e impregna la gestión pública en la que para la toma de decisiones, se debe escuchar a todos los grupos de interés vinculados, para ser selectivo en la implementación de su política.

Para América Latina, esta corriente de tipo económico y político tiene su auge en los años 90, donde sus planteamientos dominaron el conocimiento teórico y fueron trasladados al campo político a través del modelo de Elección Pública (*Public Choice*) causando impactos de manera directa o indirecta donde el sentido de humanidad y bienestar se difumina y en el que visualiza un mundo más inhumano en los hechos. Para esta época, América Latina, estuvo permeada por los grandes cambios de orden mundial, viviendo el derrumbe del modelo de desarrollo precedente, lo que conllevó a ejecutar políticas de estabilización destinadas a recuperar los equilibrios macroeconómicos que habían perdido.

Estas acciones modificaron el rol del estado y la organización de tipo económico, pues el tener que enfrentarse a un mundo “moderno y globalizado”, llevó a la privatización de empresas públicas y fomentó la competencia y búsqueda de una mayor capacidad exportadora que le permitieran posicionarse en la economía mundial.

Este nuevo orden, dio paso a que los grupos sociales se organizaran en defensa de sus intereses pues, la nueva economía acrecienta los problemas económicos, sociales y políticos los cuales se tornan más complejos, de modo que para su solución no basta la voluntad del *Police Maker*, sino que se requiere una creciente capacidad técnica y la formación de equipos profesionales, que se preocupen por la eficiencia, transparencia y responsabilidad de las decisiones gubernamentales las cuales deben ser generadas en diálogos con los empresarios y con otros actores de la sociedad civil.

De ahí que para la época, surja una gran producción teórica de enfoques y modelos en las diferentes etapas relacionadas en la toma de decisiones de la política pública desde su formulación, implementación, evaluación y abordaje teórico, ya que las disposiciones no dependen únicamente de la voluntad política, sino que está condicionada a la herencia de los gobiernos, los compromisos asumidos con anterioridad y por las responsabilidades permanentes del Estado.

Todo nuevo gobierno percibe muy rápido que gran parte de su agenda y del presupuesto fiscal del que dispone está comprometido por decisiones que en su momento asumieron las administraciones que le precedieron, por lo tanto, tiene que lidiar con instituciones, prácticas y culturas burocráticas e institucionales preexistentes y debe enfrentar obligaciones contraídas con la sociedad civil, con otros gobiernos, y con organismos internacionales. En definitiva, sus grados de libertad son reducidos. (FRANCO & LANZARO, 2006, p.24)

En este orden de ideas, surge como cuestionamiento: ¿A quiénes escucha el estado para tomar las decisiones que, desde política pública, impacte a todas las esferas sociales?. Al respecto, se considera, que la toma de decisiones del *Police Maker*, es altamente complicada, pues el estado debe escuchar a todos los actores: los poderes fácticos que tienen capacidad de emplear la violencia física, la Constitución y las leyes vigentes, las interpretaciones judiciales, las leyes internacionales; las estructuras administrativas con sus reglamentos, los intereses particulares organizados o con capacidad de ejercer presión, las presiones regionales, locales o de cualquier otro orden territorial interno; la ciudadanía organizada que reclama cuestiones de interés general, la opinión pública, expresada bien a través de formas directas o indirectas, referentes morales asentados (iglesias, asociaciones, personalidades de prestigio, intelectuales), la propia subsistencia del aparato estatal, los sindicatos, las presiones internacionales, las necesidades inmediatas de financiación y, de ahí, a quien pueda otorgar esa financiación, especialmente los bancos, las instituciones financieras y los mercados internacionales, las peculiaridades de las élites que lo dirigen en sus diferentes ámbitos, las empresas privadas a las que se ha entregado la gestión de asuntos públicos y alcanzan tanta autonomía que funcionan como un 'Estado' dentro del Estado. Monedero (2013, p. 170-171, *apud* FUENMAYOR, 2014, p. 42).

Estos diversos escenarios, hace compleja la toma de decisiones ya que "los múltiples actores van a influir sobre el proceso a partir de sus intereses y recursos tanto materiales como ideológicos" Roth (2006, p. 73, *apud* FUENMAYOR, 2014, p. 43), por lo tanto, estas terminan siendo más un proceso de conflictos, confrontación, negociación y acuerdos, que una toma de la decisión racional, donde el estado pueda resolver la satisfacción social y sus problemáticas inmersas, en todos los sectores sociales: seguridad, economía, educación, etc.

De acuerdo con lo anterior, Roth (2006, p. 75, *apud* FUENMAYOR, 2014, p. 43), afirma que la actuación del Estado por medio de sus políticas públicas, debe necesariamente tomar lo que a su parecer es la mejor decisión y entre varias soluciones escogerá una de ellas, esto sería tanto en términos de finalidades, de medios, como de contenidos, de acuerdo con los intereses de los actores políticos, sociales, economistas, administrativos, científicos y morales involucrados, lo que hace que sea una toma de decisiones conflictiva y compleja, llena de incertidumbres y polémica ya que se trata del interés de varios actores con su correspondiente cuota de poder dentro del juego político.

De la misma forma, la globalización, trajo a América Latina, un nuevo orden social y organizacional, pues ante los cambios que permearon la sociedad en los años 90, se empiezan a reconocer la población indígena y las negritudes que estuvieron en el olvido por mucho tiempo, así mismo el mismo proceso global, trae consigo la apertura económica, la cual empieza a generar movimientos migratorios de poblaciones, lo que hace que desde este espacio político se deban revisar las *Publics*

Politics dentro del sistema de valores, teniendo en cuenta las ideologías, las creencias, con su referencial y su contexto, ya que “la implementación de la política es, parafraseando a Clausewitz, la continuación de la lucha política con otros medios y en escenarios diferentes...” Roth (2006, p. 107, *apud* FUENMAYOR, 2014, p. 44).

¿Y todo esto como impacta a la población étnica, negritudes y migrantes? El estado y su agente político no deben sesgar su posición en una toma de decisiones muy subjetiva, sino que debe dar espacio a la participación social, que permita superar la sumisión e imposición del gobernante, el cual debe dejar de lado la politización, su ideología, el querer mantener una posición de poder privilegiada, sus intereses personales, apego a la razón jurídica formal distanciado de la razón práctica, las cuales se convierten en serios obstáculos para lograr una implementación efectiva de las políticas públicas y crean un abismo entre la política formal y la política real.

En este sentido, se le empieza a dar paso a estas poblaciones consideradas como minoritarias para que desde su posición puedan formular y elegir una solución a los problemas, en función de sus intereses, cultura, diversidad y preferencias políticas las cuales según Muller (2006, p. 68, *apud* FUENMAYOR, 2014, p. 46) están “determinadas por una lógica que relaciona en el costo y los beneficios de las decisiones tomadas”, a esta forma de participación se conoce como *rational choice*.

Este método participativo del *rational choice* implementado en América Latina, el cual se orienta como la mejor alternativa para la toma de decisiones ante la búsqueda de eficiencia, productividad, competitividad y rentabilidad, en la formulación de las políticas públicas contrasta con el principio de los intereses neoliberales el cual considera que la política y la toma de decisiones públicas debe formularse, dejando a un lado los criterios de índole social como el bien común, la mejora en la calidad de vida de la sociedad, la solidaridad, la igualdad de oportunidades y la justicia social, ya que en el modelo neoliberal, lo social quedó supeditado a lo económico ante la búsqueda de la maximización de las ganancias y las políticas públicas fueron diseñadas para alcanzar este fin supremo y el desarrollo de conocimiento convencional fue una necesidad ante la lógica instaurada en América Latina en los noventa, la neoliberal.

Por lo tanto, se hace necesario, que América Latina y la riqueza de su población triétnica, despierte del letargo al que ha sido sometida política y económicamente y pueda formular un modelo económico, político, social y educativo, que le permita no solo competir con la economía mundial, sino que tenga en cuenta las características propias de su territorio, su organización, que reconozca la naturaleza de las identidades colectivas de su mundo social y los conflictos, que permitan generar políticas públicas que desde la tarea desarrollada de arriba (*top*) hacia abajo (*down*), pueda realizar a la perfección su labor instrumental de transformar a partir de la introducción de elementos subjetivos, como las creencias, los valores y elementos más objetivos

relativos al contexto y a los intereses de los actores, la realidad social que sea estable en el tiempo.

En este punto de análisis vale la pena interrogarse: *¿Qué pasará con la organización social, económica, política y educativa de América Latina, una vez cambie la política económica del modelo Neoliberal?* Como respuesta a este cuestionante, se puede considerar que en América Latina, sea muy posible que desde la riqueza triétnica de su población surja un nuevo modelo económico, político, social y educativo con un énfasis intercultural, que de un viraje a la gestión de las políticas públicas teniendo en cuenta el contexto real de los diferentes grupos culturales existentes, respetando sus identidades, lengua, costumbres, como referente para emitir las capacidades de atención pública de índole intercultural como pilar de una sociedad democrática fundamentada en la equidad y la igualdad que permita incluso, resolver los conflictos sociales y cerrar las brechas de atención que se arrastran por mucho tiempo, un nuevo modelo que formule unas políticas de acción afirmativa que trasciendan más allá de una inclusión y el racismo y le apunte también a la transformación de las estructuras e instituciones – incluyendo las del Estado mismo– que históricamente han perpetuado la exclusión.

Un nuevo modelo de enfoque intercultural, donde se resalten las lógicas, racionalidades y modos socioculturales que conlleven a una nueva construcción y articulación – a una transformación – social y estatal de orientación decolonial que desafíe la educación colonizadora y potencie los saberes ancestrales para así contribuir a la realización del buen vivir, que sea capaz de crear otras condiciones del poder, saber, ser y vivir y desplazar y transformar el corazón de esta matriz que ha sido el capitalismo neoliberal, haciendo que la vida asuma el centro encaminando hacia la decolonialidad como libertad de pensamiento que invita a afirmar los que proponen Gómez y Otros (2014, p.139) la construcción de un propio proyecto emancipatorio como pueblos latinoamericanos y caribeños con nuestras racionalidades de vida en disposición al diálogo crítico intercultural con otras racionalidades del mundo, ante un sistema capitalista es decir una libertad social, económica y el reconocimiento del otro.

Las Políticas públicas y la calidad de la educación en Colombia

En Colombia, constitucionalmente, la educación es un derecho consagrado en el artículo n 67:

La educación es un derecho de la persona y un servicio público que tiene una función social; con ella se busca el acceso al conocimiento, a la ciencia, a la técnica, y a los demás bienes y valores de la cultura. La educación formará al colombiano en el respeto a los derechos humanos, a la paz y a la democracia; y en la práctica del trabajo y la recreación, para el mejoramiento cultural, científico, tecnológico y para la protección del

ambiente. El Estado, la sociedad y la familia son responsables de la educación, que será obligatoria entre los cinco y los quince años de edad y que comprenderá como mínimo, un año de preescolar y nueve de educación básica. La educación será gratuita en las instituciones del Estado, sin perjuicio del cobro de derechos académicos a quienes puedan sufragarlos. Corresponde al Estado regular y ejercer la suprema inspección y vigilancia de la educación con el fin de velar por su calidad, por el cumplimiento de sus fines y por la mejor formación moral, intelectual y física de los educandos; garantizar el adecuado cubrimiento del servicio y asegurar a los menores las condiciones necesarias para su acceso y permanencia en el sistema educativo. La Nación y las entidades territoriales participarán en la dirección, financiación y administración de los servicios educativos estatales, en los términos que señalen la Constitución y la ley (COLOMBIA, 1991, p. 18).

De acuerdo con la declaratoria constitucional, la educación, por ser un derecho y un deber fundamental que afecta a todos los que participan en el proceso y el estado como corresponsable, debe garantizar el acceso y la permanencia a este, por tanto las metas en educación deben encontrarse articuladas a la políticas educativas públicas, de tal manera que al asignar y distribuir los recursos de las áreas de desarrollo estratégico se puedan destinar los suficientes, que coadyuven a gestionar el conocimiento científico y tecnológico para mejorar la competitividad y contribuir a la transformación productiva del país.

En este sentido e independientemente del nivel que educativo que se oferte, y desde las estrategias establecidas en los planes orientadores sobre educación en el país, esta debe avanzar sobre los principios de equidad que compense las desventajas socioeconómicas e igualdad que permita el alcance de las mismas oportunidades para todos. En este sentido, según el Plan Nacional de Educación (2016-2026), el cumplimiento de este principio exige al Estado la toma las medidas necesarias para que el sistema educativo mejore continuamente con el concurso decidido de toda la sociedad como educadora.

En concordancia con lo anterior, en el actual plan nacional de desarrollo: *“Pacto por Colombia, pacto por la equidad”*, se le asigna un puesto preponderante a la educación y priorizante a la educación superior, de tal forma que esta pueda generar nuevas oportunidades de acceso, regionalización, mejora permanente a la calidad y fomento a la innovación e investigación en el sistema.

Ahora bien, hablar de una educación superior de calidad, es apuntar a una educación que supere la dicotomía de la exclusión y pase a ser un modelo educativo abierto y generoso que atienda la diversidad, cierre las brechas de inequidad y promueva el acceso a nuevas oportunidades a través de medidas estructurales y procesos que contribuyan a la consolidación de aspectos como la calidad, bienestar, permanencia y aprendizajes, favoreciendo así una trayectoria completa desde la educación inicial hasta superior y así contribuir a la construcción de una sociedad más equitativa.

Una educación de calidad que sea accesible, asequible, aceptable y adaptable, en todos los niveles y para todos los actores sin distinción de raza, género, etnia o clase social, una educación que, en palabras de García Márquez, en el discurso de la comisión de los sabios, sea “desde la cuna hasta la tumba, inconforme y reflexiva, que nos inspire un nuevo modo de pensar y nos incite a descubrir quiénes somos en una sociedad que se quiera más a sí misma” (UNAD, 2018).

En este sentido, el país se ha trazado metas que se encuentran articuladas a la agenda mundial y al objetivo de desarrollo sostenible n 4 proclamados por la Organización de las Naciones Unidas (ONU), que apunta al 2030 a que el 80% de la población tenga acceso a la educación superior asegurando el acceso igualitario de todos los hombres y las mujeres a una formación técnica, profesional y superior de calidad, incluida la enseñanza universitaria, que elimine las disparidades de género en la educación y asegure el acceso a todos los niveles de la enseñanza y la formación profesional para las personas vulnerables, incluidas las personas con discapacidad, los pueblos indígenas, negritudes, población de frontera, rom, raizales, entre otros que son denominados población minoritaria.

Es en este punto, donde el país y los sistemas educativos, deben avanzar a la construcción de propuestas innovadoras para el servicio educativo, por tanto, proponer un “Ecosistema de Gestión educativa Intercultural que asegure la calidad de la educación”, pasa a ser una apuesta fundamental y de gran interés para el contexto educativo inmediato, así como para la gestión educativa regional, nacional e internacional. Esta nueva forma, de concebir la gestión educativa, transforma la estructura tradicional y la relación de los actores inmersos en el sistema y desde los cuales se toman las decisiones para trascender, a un sistema educativo incluyente, en el que se considere en todos los procesos y toma de decisiones la diversidad cultural y lingüística como factor que condiciona la efectividad y la eficacia de aquellos y en donde se asegura que sus normas, protocolos e indicadores de gestión responden a la realidad plural cultural, y sus características territoriales, y es condición para una gestión de calidad.

Un ecosistema de gestión educativa intercultural, que cierre las brechas diferenciadoras de la inequidad social en las regiones y reciba a toda la población: regular, raizal, afrodescendientes, indígenas, rom, LGBT (Lesbianas, Gays, Bisexuales y Transgénero), y que a partir de los perfiles y del enfoque diferencial se pueda definir el proceso, principios, valores y las relaciones desde la realidad de los sujetos inmersos en el contexto. Esta nueva propuesta fundamentada en la metáfora de un ecosistema puede ser abordado desde dos paradigmas, según Dietz (2012), que permitan superar la desigualdad vertical que rige a la mayor parte de los sistemas educativos con propuestas educativas compensatorias y asimilacionistas. Donde subyace la desigualdad y desventajas que presentan las minorías; justificadas desde el monolingüismo y el monoculturalismo clásicos del Estado-nación.

En concordancia, el ecosistema de gestión educativa intercultural, se fundamenta desde los paradigmas propuestos por Dietz (2012).

Diferencial: Que desde la influencia de los nuevos movimientos sociales y sus políticas de identidad específicas, se lleva a cabo un análisis horizontal de las diferencias étnicas, culturales, de género, edad y generación, orientación sexual, discapacidades. Se busca el empoderamiento de las minorías partiendo de la esencialización de las diferencias. Este enfoque particularista ignora desigualdades socioeconómicas y condiciones estructurales.

Diversidad: Que crítica al monoculturalismo asimilador y al multiculturalismo que esencializa las diferencias. Parte del carácter plural, contextual e híbrido de las identidades culturales, étnicas, de clase y de todo tipo, que existen en los individuos y en las colectividades. Enfatiza la interacción entre dimensiones identitarias heterogéneas como algo dinámico que, al mismo tiempo que respeta las diferencias, no las esencializa ni ignora los conflictos que existen en dicha interacción.

De acuerdo con lo anterior, la nueva propuesta del ecosistema de gestión educativa intercultural, tendrá como enfoques funcionales la etnicidad que promueva el sentido étnico, intracultural e ineludible que apele a la búsqueda de ejes de desarrollo que convoquen a una nación multiétnica y pluricultural. Y a la diversidad enfoque diferencial que garantice el acceso y permanencia a la educación superior con condiciones de calidad en los procesos de formación para las poblaciones de especial protección constitucional.

En este orden de ideas, se puede concluir que con el ecosistema de gestión educativa intercultural, se pretende superar la brecha entre lo normativo-prescriptivo (lo que debería ser) y lo empírico-descriptivo (lo que es de hecho), a través de un análisis dialéctico de la relación entre los discursos de lo pedagógico-intercultural y la práctica educativa cotidiana. (Dietz, 2012), por tanto esta nueva forma de gestión educativa busca superar el reduccionismo, monoculturalismo y el sentido de tradicional de lo educativo e invita a las instituciones educativas y a sus actores al reconocimiento de la "diferencia cultural" y la pluralización de los "patrimonios culturales" específicos de las diferentes minorías que componen una determinada sociedad, donde la interculturalidad es una herramienta y un proyecto necesario en la transformación de la sociedad y la diversidad permite la multiplicidad de formas en que se manifiestan las culturas de los grupos y sociedades.

Referências bibliográficas

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 13, p. 5-38, 1998.

ETZIONI, Amitai. **Organizações Modernas**. Tradução: Miriam L. Moreira Leite. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967.

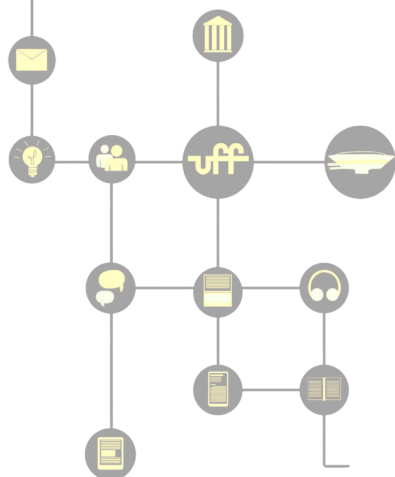
LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Boitempo Editorial, 2019.

LIMA, Licínio C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? 1. **Educar em Revista**, v. 34, p. 15-28, 2018.

MARTINS, Paulo Henrique. A dádiva e o terceiro paradigma nas ciências sociais: as contribuições antiutilitaristas de Alain Caillé. **Sociologias**, v. 19, p. 162-196, 2017.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. 2012.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.



Uma empreitada tateante: notas sobre o IV Fórum de Revistas Digitais de Discentes em Ciências Sociais

Henrique da Costa Valério Quagliato¹

A pedido da Revista Ensaios, nós, da Sociologias Plurais, nos debruçamos sobre nossas memórias para refletirmos sobre os diversos desafios da condução de um periódico científico discente no Brasil contemporâneo. Nas páginas que seguem, recobramos nossa experiência ainda incipiente a respeito da construção de uma estrutura de publicação nas áreas da Sociologia e das Ciências Sociais a fim de apresentar publicamente as questões que transpassaram esse caminho até aqui.

Talvez, de saída, seja interessante apresentarmos um pouco de quem somos. Fundada em 2012, a Revista Sociologias Plurais surgiu como iniciativa das alunas e alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com o objetivo de construir uma formação intelectual que permitisse discutir paradigmas teórico-metodológicos na área de Sociologia e suas fronteiras com outras áreas de conhecimento.

A revista se propôs, desde o início, a ser um espaço de discussão, reflexão, aprendizado e valorização do debate acadêmico sociológico, fomentando a produção e divulgação de novos conhecimentos, questões e temáticas em diálogo com as Ciências Sociais, permitindo que novas/os autoras/es e pesquisadoras/es pudessem colaborar para a construção de um ambiente de troca e compartilhamento de experiências, ideias e inquietações, oferecendo assim uma oportunidade de debate sobre as questões sociais contemporâneas partindo de novas

¹Doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Editor-chefe da Revista Sociologias Plurais, periódico discente da mesma instituição, até 2024. Membro do Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR. E-mail: henriquequagliato95@gmail.com.

perspectivas. Até o fim de 2015, o periódico publicou oito edições, divididas em três volumes.

Depois de um hiato de três anos, as atividades da revista foram retomadas e, desde então, publicamos cerca de dois números por ano. Quando voltou à ativa, em 2018, a Sociologias Plurais passou a contar com sete seções: Artigos; Resenhas; Entrevistas; Traduções; Espaço Graduação; e Fala, graduand@!. O periódico está indexado nas plataformas Academia.edu, Google Scholar, Capes Periódicos e Diadorim. A Revista, há quatro anos, tem primado pela pluralidade das instituições de origens de pareceristas e autoras/es, tentando manter um mínimo de 30% das/os autoras/es e avaliadoras/es de ao menos três instituições diferentes da UFPR envolvidas/os no processo avaliativo.

Há cinco anos, adentramos a Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR através de nossa indexação da plataforma Open Journal Systems (OJS). Utilizamos o processo cego de avaliação por pares que envolve a busca por diferentes avaliadoras/es e seu cadastramento da plataforma.

O processo avaliativo é dividido da seguinte forma: abre-se a chamada (divulgada nas redes sociais) em agosto ou fevereiro para as publicações em janeiro ou em julho; em seguida todos os artigos são lidos e avaliados em uma triagem inicial que verifica sua pertinência sociológica, a escrita, a normatização abnt, a relevância etc.; e, posteriormente, os responsáveis por cada texto buscam pareceristas e mantêm contato com elas/eles ao longo da avaliação dos textos; depois, são elaborados pareceres-sínteses enviados para as/os autoras/es; após a devolução dos textos, ocorre uma revisão textual em termos das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, requerendo aos autores e autoras que as correções sejam realizadas. Recebidos os textos corrigidos, os arquivos são editorados e diagramados e, em seguida, publicados.

A construção dessa estrutura vem, devido à especificidade de nossa trajetória, de um esforço de recomeço marcado por uma espécie de recuperação que nos oferecia as bases para a continuação de uma empreitada idealizada antes da atual gestão, mas que também impunha consigo questões centrais para o alicerçar de um periódico científico iniciante.

Nesse sentido, o convite da Revista Ensaios e os valorosos esforços encabeçados por suas/seus participantes têm suma importância: oferecem para membros de comissões executivas e editoriais de publicações científicas discentes de todo o Brasil um espaço para debate e registro de perspectivas sobre o qual será possível nos apoiarmos para entender em que ponto está a artesanaria da escrita e publicação das pós-graduações em Sociologia e áreas afins em todo o país, bem como para se inspirar e para criar novas iniciativas no mundo das revistas acadêmicas. É

comum que os interstícios das comissões executivas e editoriais internas de periódicos discentes ainda existam, infelizmente, como pequenas ilhas das quais, de quando em quando, saem ou chegam algumas poucas embarcações levando e trazendo consigo atualizações sobre novas ferramentas, estratégias mais efetivas, critérios avaliativos ou indicação de novos caminhos em direção aos quais iniciativas editoriais diversas estão seguindo. Por isso, acreditamos que não causa espanto a afirmação de que, todos nós que participamos desse projeto coletivo, gostaríamos de ter tido mais ambientes de trocas ricas e estimulantes como o *IV Fórum de Revistas Digitais de Discentes em Ciências Sociais* em nossos primeiros anos de revista.

A edição mais recente do *Fórum*², dedicada aos desafios e possibilidades da presença de periódicos discentes no cenário científico brasileiro, foi organizada de maneira bastante eficiente pela Revista Ensaios e contou com a coordenação da professora Lígia Dabul, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Foram convidados representantes de revistas acadêmicas de todo o país – esforço refletido na diversidade de estados e regiões que figuraram no encontro, que contou com pós-graduandas e pós-graduandos do Amazonas, Sergipe, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Em cada uma das sessões, membros de duas revistas diferentes foram convidados/as a apresentarem seus periódicos em termos de sua organização interna, seu corpo editorial, seus processos de edição e editoração, bem como os principais desafios enfrentados no processo de condução das revistas.

Beneficiada pela riqueza de tal dinâmica, a Revista Sociologias Plurais ganhou muito ao participar do evento e entrar em contato com as contribuições da partilha com outras revistas. Para nós, o contato com as estruturas de treinamento, de busca por financiamento e de busca por uma elaboração mais eficiente do processo editorial de outras revistas significou revisitar e reavivar internamente algumas importantes questões para o nosso periódico. Ainda que tenhamos, até aqui, dado bastante ênfase ao contato com as esferas do processo editorial por parte de todas as pessoas que compõem nosso periódico, com intuito de aprendizado e capacitação de cada pós-graduando e pós-graduanda que ocupam nosso corpo editorial e executivo, percebemos que poderíamos estar trabalhando com um número maior de pessoas, bem como nos separado em partes relativamente mais especializadas. Também notamos que, para isso, será necessário que nos engajemos em uma estrutura de oferta de treinamentos internos, o que levou ao planejamento de mudanças importantes na organização da revista. Ao mesmo tempo, o contato com outras revistas abriu nossos olhos para as possibilidades de busca por editais de financiamento, de capacitações de fora e para um contato mais próximo com

² A quarta edição do Fórum Revistas Digitais de Discentes em Ciências Sociais ocorreu como parte do 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, organizado pela Sociedade Brasileira de Sociologia em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), em julho de 2021.

professoras/es para que possam, por vias de suas experiências, nos orientar sobre passos futuros de nosso periódico.

Contudo, para além de importantes questões intersticiais como essas, a possibilidade de troca com participantes de outros periódicos e com acadêmicos mais experientes do mundo editorial científico reforça a importância e os desafios de se construir conhecimento a partir das Ciências Sociais no Brasil contemporâneo. Os últimos anos agravaram a necessidade de um saber científico sério e ético, que seja veiculado de forma acessível e que dialogue com a comunidade como um todo para além dos limites da universidade. Nesse sentido, foi de extremo valor a fala do professor Charles Pessanha, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que abriu as atividades do *Fórum*. Ela nos ajudou a conhecer mais sobre a história da criação da estrutura fundamental de periódicos científicos sobre a qual o fazer acadêmico internacional se apoia hoje em dia e provocou importantes reflexões sobre princípios que orientam essa atividade.

Desde temas como a *Declaração de Singapura*³ até questões sobre os elementos principais do processo de construção de um periódico científico – como a avaliação por pares, ética e integridade na publicização dos procedimentos internos de um ciclo editorial, desafios de divulgação etc.⁴ – a fala do professor Pessanha trouxe consigo informações e *insights* importantes. Através dela também pudemos ter nossa atenção voltada a novos ritmos de publicação e classificação de periódicos – como é o caso de marcadores do Índice H⁵ ou agregadores como o *Web of Science Core Collection*⁶ – reverberados a partir de grandes periódicos estrangeiros como a *Revista Nature* e outras de áreas como a biomedicina.

³ Elaborada em julho de 2010, a *Declaração de Singapura* foi produzida a partir da II Conferência Mundial sobre Integridade em Pesquisa. O documento contém uma lista de princípios e responsabilidades que são apresentados como uma espécie de guia para a condução da prática científica, abordando temas que vão desde a integridade na elaboração e publicação de investigação cientificamente orientadas até considerações sobre os impactos éticos e sociais dos estudos produzidos e publicados. Uma versão traduzida do texto pode ser encontrada na revista *Dados* (2010).

⁴ Nesse sentido, materiais como *Desafios e perspectivas da editoria científica: memórias críticas do ABEC Meeting Live 2021* (2021), organizado por Ana Moraes, Sigmar de Mello Rode e Silvia Galleti, são de grande importância e utilidade para aqueles e aquelas interessados em acompanhar esses e outros debates referentes ao processo editorial científico no Brasil e no mundo – temas como o *open science* e a abertura do processo de avaliação, bem como a ideia de um sistema expresso de publicação independente do número, que ganham relevância no contexto pandêmico de produção científica global.

⁵ "Descrito em 2005 por Jorge E. Hirsch, como uma ferramenta para determinar a qualidade relativa dos trabalhos de físicos teóricos, o Índice H passou a ser muito utilizado no meio científico, como forma de mensurar a produtividade e o impacto do pesquisador, sendo, inclusive, incorporado à Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)." (THOMAZ; ASSAD; MOREIRA, 2011).

⁶ Para saber mais sobre esse e outros agregadores de periódicos científicos internacionais, recomenda-se a leitura de *Google Scholar, Microsoft Academic, Scopus, Dimensions, Web of Science, and OpenCitations' COCI: a multidisciplinary comparison of coverage via citations*, publicado em 2020 por Alberto Martín-Martín, Mike Thelwall, Enrique Orduna-Malea e Emilio Delgado López-Cózar.

Todas essas ideias são de suma importância para uma reflexão ainda em curso dentro da Comissão Executiva e Editorial da Revista Sociologias Plurais a respeito do tipo de periódico científico que queremos ser. Retomando nossas atividades de publicação em 2018, enfrentamos diversos dilemas a respeito do que significaria construir e divulgar conhecimento dentro das Ciências Sociais em um país que atravessava – e ainda atravessa – uma grande onda de popularidade do pensamento conservador. A retomada da Revista significava circular ideias rotuladas erroneamente como corruptivas, propagandísticas e enganosas – e assumir o risco de colocar nossos nomes à frente de uma estrutura transparente de construção de saber acadêmico. Artigos cujas temáticas são ferozmente combatidas por setores reacionários de nossa sociedade nos mantiveram por horas e horas em reunião e discussões a respeito das zonas cinzentas para as quais nenhum código de ética poderia oferecer total respaldo significaram dias de pesquisa e discussão.

Justamente pela seriedade e pela delicadeza da situação na qual se encontra a relação entre ciência e sociedade na atualidade, a Revista Sociologias Plurais acredita na necessidade de investimento na construção de uma noção de critério científico adequada às Ciências Sociais, que não assuma necessariamente os moldes das Ciências Naturais como um modelo assepticamente técnico ou como um padrão para o qual as justificativas de existência sejam tomados como autoevidentes. Ainda que reconheçamos os enormes estragos e ameaças advindos da atual corrente negacionista que se espalha da população brasileira aos cargos mais altos de nossos poderes executivo, legislativo e judiciário, não acreditamos que a saída para tal cenário se dê através da busca por um apostolado da modernidade ou pela adesão à falácia de um saber imaculado ou "não-ideológico" – que constrói parte de seu prestígio através de sua uma aparência de separação do campo político.

O saber científico, entendemos, pode e deve ser, ao mesmo tempo, rigoroso e crítico. Aqui não falamos apenas sobre o teor dos trabalhos, mas sobre a incessante demanda de produção e publicação que tem tomado seus critérios de qualificação. Num nível mais superficial, esse quadro gera problemas como o excesso de instâncias de autoplágio e recorte demasiado das análises em fatias cada vez menores, mais numerosas – mas, não por isso, mais potentes. Num nível mais profundo, a ânsia por fazer mais e ter um trabalho mais citado, em larga escala, coloca temas e discussões importantes em nosso certame no ostracismo e desencoraja empreitadas inovadoras de Comissões Editoriais ávidas por pensar novas formas de transmitir conhecimento.

Neste mesmo ímpeto, o encontro entre revistas discentes nos suscitou, internamente, um importante debate a respeito da forma pela qual uma revista de qualificação menos bem avaliada lida com o teor dos artigos que recebe. Quando voltou à ativa, em 2018, a Sociologias Plurais era avaliada como B5 no conjunto sistema Qualis de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo, após um ano, promovida para B4 – grau avaliativo em que está até o

momento, apesar de aparentemente cumprir os requisitos para ser avaliada como B3. Num estágio como esse, é comum que as relações entre oferta e demanda de trabalhos dentro de uma revista se comportem de maneira que, quanto menos prestigioso um periódico, mais dificuldade em encontrar artigos criteriosos ele encontra. Isso, nem de longe pode se estabelecer como uma regra absoluta, e a vivência da Comissão Editorial e Executiva que chefiou hoje nos lembra cotidianamente de exceções incríveis. Contudo, nesse âmbito, a linha que define uma posição política presente em determinada análise de um trabalho nas Ciências Humanas é, sem dúvida, lugar de um equilíbrio tênue. No espírito das colocações acima, não se trata de enquadrar trabalhos nas linhas de nossa política editorial apenas por apresentarem críticas sociais – ainda que essas sejam válidas. O desafio de fazer e publicar textos das Ciências Sociais está em atender-se, justamente, à separação entre problemas sociais e problemas sociológicos já tão explorada em nossa área⁷.

Dito isso, deve-se reafirmar: se são grandes os desafios que nós e outras revistas científicas temos pela frente, são ainda maiores as possibilidades geradas por instâncias de debate e compartilhamento tão ricas e diversas quanto essas que emergem a partir do *IV Fórum de Revistas Digitais de Discentes em Ciências Sociais* – evento que, com a ajuda da atenciosa, sagaz e prestativa organização da Revista Ensaios, nos uniu e possibilitará a articulação de uma rede brasileira de periódicos discente na área das Ciências Sociais. Por isso, cabe aqui agradecermos a todas e todos que participaram desse belo debate em julho de 2021, que doaram seu tempo, sua atenção e seu cuidado ao falar e ouvir colegas.

Referências bibliográficas

DECLARAÇÃO de Singapura sobre integridade em pesquisa. **Dados**, v. 53, n. Dados, 2010 53(3), 2010.

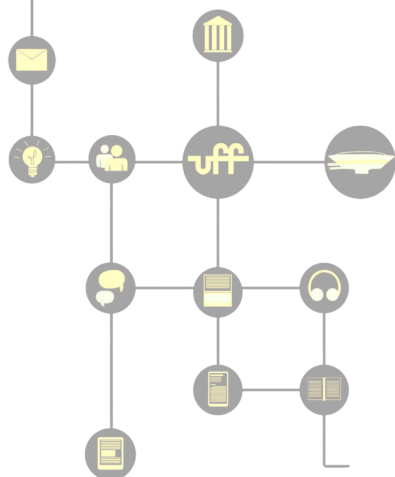
LEMINEUX, Cyril. Problematizar. In Serge Paugam (Coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015, pp. 33-52.

MARTÍN, A.; THELWALL, M.; ORDINA-MAELA, E.; LOPEZ-COZAR, E. Google Scholar, Microsoft Academic, Scopus, Dimensions, Web of Science, and OpenCitations' COCI: a multidisciplinary comparison of coverage via citations. **Scientometrics**, v.126, pp. 871–906, 2021

MORAIS, Ana; RODE, Sigmar M.; GALLETI, Silvia (org.). **Desafios e perspectivas da editoria científica**: memórias críticas do ABEC Meeting Live 2021 [recurso eletrônico]. Botucatu, São Paulo: ABEC Brasil, 2022. 134 p.

⁷ Os desafios para a separação entre um fenômeno social e a construção que permite torná-lo objeto de uma pesquisa sociológica criteriosa é explorado em maior detalhe no excelente capítulo *Problematizar*, de Cyril Lemieux, publicado em *A Pesquisa Sociológica* (2015), livro organizado por Serge Paugam.

THOMAZ, P. G.; ASSAD, R. S.; MOREIRA, L. F. P. Uso do Fator de impacto e do índice H para avaliar pesquisadores e publicações. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 96, n. Arq. Bras. Cardiol., 2011 96(2), fev. 2011.



Como Pensam os ‘Nativos’: o capitão Cook como Lono e a história

Sérgio Ricardo Alves Oliveira¹

SAHLINS, Marshall David. Como pensam os “nativos”: sobre o capitão Cook, por exemplo. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Edusp, [1995] 2019.

Há quase três décadas do lançamento deste livro, este ainda é capaz de comunicar e suscitar, especialmente para os que empreendem nova interpretação e/ou transformação da crítica da economia política, profícuos desvios e investigações em antropologia histórica radical. Desse tipo de leitura que vinha sendo gerado e divulgado na entrada do milênio, destaca-se sobretudo o capítulo “Antropologia e fetichismo”, de Anselm Jappe em *As aventuras da mercadoria*². Trata-se de uma articulação da crítica do valor-dissociação – que em sua base transforma a teoria de Marx mas também em larga medida a de Theodor W. Adorno, e que ao fim se vale do privilegiamento do aspecto historicamente específico e não-identitário, tendente a uma crítica do marxismo ortodoxo – com a teoria de Sahlins e com a teoria do dom, de Marcel Mauss. Desde então, a antropologia histórica nesse nível vem preconizando aprofundamentos da especificidade da dinâmica histórica burguesa e seus limites por demais esquecidos pelas descrições dominantes nos vários espaços acadêmicos mundo afora.

Uma das salvaguardas dessas reinterpretações que recobram cabalmente tal dinâmica historicamente específica, pode-se lembrar, é uma crítica teórico-social da filosofia da história (sendo esta filosofia uma de matriz kantiana) e do

¹Doutor em Serviço Social pela UFRJ. Possui mestrado em Educação e graduação em Letras pela UFF. Atuou como professor substituto na UFRRJ (2013-2014) e na UEAP (2018-2022). Tem experiência em Teoria Social, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria situacionista, crítica do valor-dissociação, contra-educação, teoria da história, temporalidade, ucronia.

² Cf. JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria*: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006.

historicismo (de matriz hegeliana) que pode levar a boas elucidções inesperadas no âmbito da temporalização da história, sucedânea de uma formulação conceitual relativamente míope da própria história perante a demarcação do biologismo generalizado de outrora. Outra, e de modo conexo, seria seu aproveitamento para uma teoria da história vinculada a uma história conceitual igualmente transformada, capaz de compor uma pujante crítica das categorias reais de dominação social do mundo contemporâneo ao considerar-se o estremecimento de tais pela via do reconhecimento crítico de espaços-tempos “arcaicos” e “modernos” amalgamados.

Para além da formulação bourdieusiana benquista por Sahlins – mas que se afasta dessa descrição crítica do valor e da dissociação –, que ao fim objetiva se ater às discussões de antagonismo de classes e de propriedade (em termos de “capital cultural”, “capital social” etc.), não obstante tratar de algum modo o tempo social, pouco ainda se fala do interesse dirigido ao estudo da temporalidade ligado à troca social conceituada mormente na substância do capital. Nota-se, por exemplo, que a mudança histórica e sua noção de estrutura associada em Sahlins pode muito bem enriquecer o estudo do historicamente específico nesta última matriz aventada de um reencontro essencial com Marx; ela é ao mesmo tempo, como em Sahlins, em algum nível, necessariamente crítica da elaboração marxiana – por exemplo, da sua face por vezes historicista herdada de Hegel.

O ano de construção do *HMS Resolution*, navio pouco mais tarde utilizado pelo capitão James Cook, da frota da marinha britânica, coincidiu com a publicação do livro de Louis-Sébastien Mercier, *L’an 2440: revê s’il en fut jamais* [O ano de 2440: um sonho como nunca houve]: 1770. Essa vinculação já teria sido feita por Reinhart Koselleck (2012), ao retratar a temporalização da utopia, munido de sua história conceitual. Elaborar-se um marco da queda do espaço (ou por isso mesmo da sua consumação em segundo plano?) e da elevação do tempo para os fins temáticos da utopia, já que todo o espaço visível do mundo teria sido ocupado com essas últimas viagens de Cook. No plano da teoria social, o sr. Sahlins, então professor da Universidade de Chicago, fornece, além de tudo, um estudo etnográfico capaz de remodelar as análises sobre tempos sociais múltiplos, quando da adoção do estudo da “estrutura”, ainda muito atacado em sua época e em épocas contíguas, na academia europeia e estadunidense. O tema de seu trabalho, circunscrito na terceira viagem de Cook, já adentraria os umbrais da temporalização da história: ganhava cor a história universal e, com ela, uma possível contribuição vinda da teoria social estadunidense de meados dos anos 1990.

Com esse livro arquitetado em cinco partes e um copioso apêndice, Sahlins seguia provocando uma reviravolta investigativa no campo borrado entre cultura e história, na forma de uma “antropologia estruturalista histórica” (como ele próprio reivindicava a sua teoria), em certo nível baseada no espírito de Marx, ainda que não possa ser considerado propriamente um marxista (nem ortodoxo nem heterodoxo), ao que o “materialismo histórico” acaba sendo alvo de sua crítica, tal como na

necessidade de um reposicionamento do valor de uso³. No entanto, é da crítica às posições de Gananath Obeyesekere, pesquisador cingalês, em *The apotheosis of Captain Cook* [A apoteose do capitão Cook], que *Como pensam os “nativos”* se elabora, essencialmente.

O impulso da escrita, germinado das objeções à “antropologia *pidgin*”⁴ de seu detrator, acabou por suscitar a demonstração da sua noção de mudança histórica. A bem conhecida “estrutura de conjuntura” – ou a determinação cruzada de uma nova relação social na dinâmica conjuntural da reprodução-transformação da estrutura em um contexto específico –, está posta a caracterizar detidamente como o apego geral à simples esquemática da “aculturação” das antropologias formalistas não poderia ir muito longe. Quando Obeyesekere toma para si que os “nativos” em nada experimentam uma realidade mítica, fitando-os como seres pragmáticos interessados tanto quanto os marinheiros britânicos em modos de ver a natureza, a propriedade, além de a natureza como propriedade, destrói qualquer possibilidade de conceituação de mudança histórica que se faria por meio da fricção de um estado ambivalente de coisas; ele em concreto apressa uma mutabilidade contígua e chapada à totalidade negativa capitalista, de mesma velocidade, e de onde parte acrítica e positivista, para valer-se de uma explicação “de bom senso ocidental” (SAHLINS, 2019, p. 24). Todo o campo de referências de alguma mutabilidade, portanto, reflete o corredor de possibilidades da universalidade capitalista que esmaga a individualidade, seja ela qual for, inclusive a havaiana; o que poderia ser uma praxe apenas vista conceitualmente para a vivência europeia daquela época aparece em forma duplicada para os ilhéus, internamente: os chefes e sacerdotes locais participam, assim como o povo havaiano, do estrangulamento burguês, alhures, que os põem em linha com a consideração da divindade como externa ao mundo, porém ali encarnada na própria universalidade capitalista que age em todos os poros, em sua suprassensibilidade; neste plano referencial reduzido, o colonialismo a ser vivido se dá antes mesmo da chegada dos britânicos. A mesma retórica que brada o “bom senso ocidental”, por ser suficientemente débil, é incapaz sequer de reconhecer matizes essenciais do esmagamento da individualidade britânica – na verdade, jamais pode reconhecer coisa alguma, exceto repetir irrefletidamente a neutralização da vida havaiana. Usa de estereótipo e portanto do esquema aconceitual, o que se espera de qualquer formalismo burguês frente ao que se delinea como estranho à sua especificidade

³ A referência explícita a Marx se encontra no prefácio à edição de Sahlins (2008).

⁴ Sahlins quer dizer com isso que qualquer pressuposto antropológico crítico é automaticamente dissolvido na explanação de seu detrator quando ali a etnografia havaiana é desqualificada como “um sentido folclórico de crenças ‘nativas’” (SAHLINS, 2019, p. 68).

histórica. O formalismo grita enquanto a individualidade havaiana “paga” pela redução da individualidade mundial nesta “metafísica da história” (KURZ, 2007) universal⁵.

Não se efetua aqui, absolutamente, é bom que se lembre, um desprezo pela consideração da existência do historicamente universal, que de fato é elementar em Sahlins, e que foi delineado inicialmente com maiores detalhes por Kant, como em *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Porém, é justamente o ponto cego da mobilização da história universal como tendência generalizada da troca burguesa que é aventado por Sahlins distintivamente. Apoiando-se em Mauss, Sahlins quer saber por que o homem dito de sociedade primitiva troca bens, “em vez de se limitar a pressupor simplesmente uma certa tendência natural do homem para a troca, como sempre fez a economia política burguesa” (JAPPE, 2006, p. 229). Essa noção de história universal, sobretudo considerada em uma dimensão pós-kantiana, distinta à de Sahlins, poderia ser vista como conceito processual [*Prozeßbegriff*] (KOSELLECK, 2012, p. 135), respeitante ao movimento autoexpansivo do dinheiro; processo esse que, em Sahlins, apareceria como *fato de estrutura a ser interpretado e reconhecido* como “história”⁶. De certa maneira a história como crise permanente na formulação de Koselleck poderia, de um lado, aproximar-se da ideia de que “o colonialismo a ser vivido se dá antes mesmo da chegada dos britânicos” em outra perspectiva, isto é, já não a da visão redutora formalista, mas a que recobra o mesmo movimento autoexpansivo do dinheiro, pois ele vai assimilando os últimos espaços terrenos e visíveis, e já se encontra constitutivamente como dominação social alhures. Por outro lado, faltaria a mediação de sujeição específica dos havaianos para que o movimento processual do dinheiro se completasse como *Prozeßbegriff*.

Já não uma fácil concepção pós-colonial benfazeja da “integridade cultural indígena” o moveria na determinação de Cook como Lono, mas, ao contrário da antiteoria⁷ de Obeyesekere, que apenas aceita a “plausibilidade” – para Sahlins, uma mera “ficção histórica” – sem documentação sobre como a teogonia e a cosmogonia eram vividas pelos polinésios, e que Cook apenas teria sido considerado Lono após sua morte, em 1779 (SAHLINS, 2019, p. 137), Sahlins aponta que uma “defesa dos povos

⁵ Exemplos de “metafísica da história universal” são a filosofia da história kantiana e o historicismo hegeliano, conforme já mencionados, que afinal atentam para a unidade lógico-histórica interna de toda a história social, isto é, para o aspecto teleológico atribuído à história, ou transistórico.

⁶ O movimento autoexpansivo do dinheiro encontrou muitas vozes teóricas desde Marx. Em Sahlins, essa preocupação não é focalizada, pois *tende* a ser vista de modo “coagulado” como “estrutura interpretativa”, ainda que a mudança histórica seja nomeada. Ali, o fetiche da mercadoria fica, por isso, obscurecido.

⁷ Por meio de Valeri, Sahlins atribui a Obeyesekere “o inocente projeto positivista ocidental – digno de Locke ou Hobbes [...] – de comparar o capitão Cook com Lono, para verificar se o objeto da percepção corresponde ao conceito. [...] Isto [n]ão faz sentido porque o deus enquanto tal não tem forma reconhecível” (ibid., p. 141). Ou seja, se Lono não tem forma reconhecível, a impossibilidade da comparação dissolve a tentativa de Obeyesekere de afirmar que Lono não teria sido um deus para os polinésios.

contra o imperialismo parece, ao contrário, completá-lo, acrescentando à dominação política real uma incorporação moral e intelectual” (ibid., p. 139). Um descabro é, então, logo descoberto quando essa história universal pós-kantiana-hegeliana não se integra na formulação de Obeyesekere e, neste mesmo patamar posicional, tange para longe o infamiliar, recalçando-o; um modo poderoso de assimilação totalitária. Tudo como se, em princípio, aparentemente, a história universal valesse pouco para os ilhéus e, ao mesmo tempo, não pudesse agir opressivamente na própria força de recalçamento deles. A dominação social, no entanto, se faz notar no silenciamento havaiano perpetrado na interpretação do cingalês. Sahlins, então, quem pode nomear esse clichê “nativista pop” (ibid. p. 68) (aquele que entre outros significa uma espécie de “lugar de fala” privilegiado apenas da parte do indígena Obeyesekere) como tal, está preocupado em demonstrar precisamente a impossibilidade do paralelismo pragmático ou a sua equiparação acéfala: “o pensamento havaiano não difere do empirismo ocidental por uma falta de atenção ao mundo, mas sim pela premissa ontológica de que a divindade, e de modo mais geral a subjetividade, pode ser imanente nele” (ibid., p. 22).

Obeyesekere promove a objeção a que o capitão Cook tenha incorporado *Orono nuez*, o deus Lono (deus da fertilidade e da música, ou, simplesmente, na linguagem dos havaianos, o “Grande Deus Lono”), como “realidade mítica” para o povo havaiano, em sua chegada às águas polinésias de Maui em 26 de novembro de 1778. Segundo Sahlins, o recurso histórico local baseado nos relatos de estudantes e senhores residentes no Havaí, o Moolelo, punha as festas do Makahiki, o ritual que envolvia a integração com aquele deus, prefigurando a experiência com Lono precisamente naquelas datas de fim e início de ano. Considerando-se que no Makahiki já era prevista a prática ritualística da luta simulada entre o séquito do rei e o séquito do deus⁸, a conclusão de Sahlins, talvez totalmente indiferente para Obeyesekere, é a de que: “O assassinato do capitão Cook não fora premeditado pelos havaianos. Mas tampouco foi um acidente, estruturalmente falando. Foi o Makahiki numa forma histórica” (SAHLINS, 2008, p. 55); de onde se dá a “metáfora histórica” no interior da mutabilidade da estrutura de conjuntura. Ela se repete quando os restos mortais de Cook são entregues aos britânicos, na intenção de fazer seguir a metáfora histórica do Makahiki (SAHLINS, 2019, p. 103). Isto é, Sahlins, ao contribuir para a conceituação histórica que faz dessas metáforas históricas vozes altissonantes, permite que o tempo e a sua historicidade respectiva sejam grafados analiticamente como tempo e duração – sendo esta última remetida à estrutura –, para fins também de considerações sobre

⁸ Como a volta inesperada de Cook à baía de Kealakekua (ilha do Havaí), quando os ritos do Makahiki já haviam expirado, produziu um frisson degenerativo no campo de expectativas dos havaianos – o incidente contrariava toda a mitologia até então praticada à risca –, Sahlins aponta, engatilha-se, uma estrutura de conjuntura capaz de alterar radicalmente a aura Lono-Cook. Assim que os furtos de cargas encetados pelos chefes contrariados miticamente culminaram no roubo do navio guarda-costas *Discovery*, o alvoroço escala para a tentativa de que fuzileiros tomassem um dos chefes como refém, avançando-se dali para a violência coletiva que ocasionou a morte de Cook (SAHLINS, 2008, pp. 52-54).

as dobraduras do tempo naquela estrutura. Ela é informada pelo desvio da noção de *longue durée* de Fernand Braudel, que é executada por Immanuel Wallerstein (2014) a partir da temporalidade social múltipla já conceituada no mesmo Braudel, e que tende ao equilíbrio sistêmico newtoniano; há um comportamento do “terceiro não-excluído: caos determinista e, igualmente, determinismo caótico, no qual o tempo e a duração são ambos centrais e constantemente construídos e reconstruídos” (ibid., p. 78). Se há uma estrutura na conjuntura, há, por assim dizer, uma duração associada; o determinismo na qualidade de uma tensão tendencial de duração não seria mais do que Sahlins chamara de *reprodução* (mais exatamente, as estruturas de longa duração), em face do caos atestado em uma duração específica, promovendo-se desse modo a *mudança*, de onde afinal se diz: “[...] toda transformação estrutural envolve reprodução estrutural, se não também o contrário”⁹ (SAHLINS, 2008, p. 126).

Não obstante se aduza que este feito de Sahlins, a estrutura de conjuntura, presta-se ao cuidado com os detalhes da reprodução, bem como da transformação, para ser algo rigoroso em seu delineamento da mutabilidade, muito ao contrário das formulações que sequer concebem um além da contingência, deve-se dizer que tal noção corre o risco de realizar o apagamento extemporâneo da totalidade histórica, uma vez que a nova totalidade tratada é a da conjuntura ela mesma; a totalidade de conjuntura poderia se bastar e vir a silenciar as relações que tangem o macrológico. Em outras palavras, desde o que foi dito de Marx quanto ao essencial que seria assimilado pelo próprio Sahlins, as relações sociais se dão em um mundo de relações específicas (ibid., pp. 17, 18). Claro, essa invectiva do apagamento da totalidade histórica não pode, em princípio, ser simplesmente atribuída a Sahlins, mas às leituras sahlinsianas pouco atentas a este aspecto.

A crítica a Obeyesekere, de modo resolutivo, perpassa a discussão sobre o “mundo de relações específicas”. O professor cingalês pode ignorá-la porque parte de um pressuposto biológico e racional-prático que visa dotar os “nativos” de uma hipostasiada participação geral da espécie humana (!). Não é à toa que Sahlins, em resposta à fraqueza da formulação, atenta para o uso estereotipado de “nativos”, preferindo a noção mais historicizada – embora concebida em um nível também quase ahistórico herdado da filosofia da história kantiana – de *pensée sauvage*, de Durkheim. Também, com isso, indica que não está corroborando a ideia de que o pensamento selvagem seja menor ou irracional, como quer a racionalidade burguesa que Obeyesekere imputa a Sahlins. No professor cingalês, a tentativa de desvio do conceito de racionalidade pragmática de Weber se esvazia da relação que o próprio Weber faz da racionalização com o advento da modernidade. Para Obeyesekere, então, a racionalização weberiana, que não se destaca dos conceitos de racionalidade

⁹ Essa assimilação de Braudel feita por Sahlins, porém, se distancia de uma relação sujeito-objeto que lhe poderia ser, até certo ponto, salutar na consideração dos limites da “estrutura” e do “acontecimento” relativos à “ação”, ao “evento”. Para o particular ligado à específica relação sujeito-objeto crítica do valor-dissociação, ver Robert Kurz (2007).

pragmática e racionalidade prática, existia antes da modernidade. Mais: possivelmente entre todos os povos do mundo, em todas as épocas. Sua antropologia é, “[...] *em princípio, independente de qualquer conhecimento cultural ou histórico específico*”¹⁰ (SAHLINS, 2019, p. 172, grifo no original).

Não à toa, o historiador Moishe Postone, antigo colega de Sahlins no Ciclo Básico de Ciências Sociais, vinculado ao ensino de humanidades da Universidade de Chicago, se utilizava de *Metáforas históricas e realidades míticas* para adentrar, entre outros, a discussão do historicamente específico, tão cara à sua teoria social protagonizada pela reinterpretação de Marx. Sua atuação comporta a ideia de que, reverberando Sahlins, nada se poderia dizer de antemão com respeito à cultura, apontando-se assim a necessidade de se pensá-la na história, diacrônica e sincronicamente. Antes de o debate estrutural granjear o espaço acadêmico na primeira metade do século XX, havia portanto em muitos lugares o desfalque do conceito de totalidade histórica, e como tal, a remota possibilidade da sofisticação da discussão do historicamente específico. Daí a relevância da formulação do conceito de estrutura de conjuntura já feito em 1976, em *Ilhas de história*.

A antropologia sahlinsiana grafada em *Como pensam os “nativos”*, porém, apesar de cuidadosa com a especificidade histórica reclamada, recai em uma absolutização; não propriamente a de Obeyesekere, mas de certa forma aparentada com ela (trata-se do preço a ser pago pela utilização reducionista de Marx – a totalidade social negativa não é ali ao fim e ao cabo reconhecida profundamente –, e que faz sofrer a face marxiana crítica do apriorismo social fetichista): o “objetivismo’ interpretativo” (a estrutura) e o “subjetivismo’ interpretativo” (a ação), ambos incapazes de alcançar [precisamente] aquele [mesmo] apriorismo societal (KURZ, 2007). Em Sahlins, este reducionismo aparece mediante o conceito do simbólico bourdieusiano, cujo resultado mais tangível é o da ambivalência *especificidade histórica* (cujo conceito de trabalho lhe escapa) e *petrificação do relacional no interpretativo*.

Essas observações, quando críticas, em nada comprometem o valor dessa obra sahlinsiana, que continua oferecendo uma via de sofisticação do estudo do historicamente específico em antropologia estrutural histórica, também vinculado à temporalidade múltipla de formações sociais. Vê-se, no entanto, que apesar dos avanços notáveis logrados por Sahlins em sua antropologia histórica, o próprio manejo da teoria crítica do valor-dissociação, algo próxima à de seu colega Postone, poderia auxiliar, inclusive, em outros avanços exigentes de uma apuração crítica dos momentos pró-modernizantes de Marx.

¹⁰ Ironicamente, Anselm Jappe (2021) atribui à teoria sahlinsiana a falta de maior consequência no uso do conceito de “trabalho” como historicamente específico.

Referências bibliográficas

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006.

JAPPE, Anselm. “Fetichismo e dinâmica autodestrutiva do capitalismo”. 2021. Disponível em <<https://elefanteeditora.com.br/fetichismo-e-dinamica-autodestrutiva-do-capitalismo-entrevista-com-anselm-jappe/>>. Acesso em maio de 2022.

KOSELLECK, Reinhart. **Historia de conceptos**: estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Trotta, [2006] 2012.

KURZ, Robert. **Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria**: o problema da práxis como *evergreen* de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas. 2007. Disponível em: < <http://www.obeco-online.org/rkurz288.htm>>. Acesso em maio de 2022.

SAHLINS, Marshall David. **Metáforas históricas e realidades míticas**: estrutura nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich. Tradução de Fraya Frehse. Rio de Janeiro: Zahar, [1981] 2008.

SAHLINS, Marshall David. **Como pensam os “nativos”**: sobre o capitão Cook, por exemplo. Tradução Sandra Vasconcelos. São Paulo: Edusp, [1995] 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. “O tempo, a duração e o terceiro não-excluído”. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.). **Fernand Braudel**: tempo e história. Rio de Janeiro: FGV, 2014, pp. 71-80.

temporalmente, seja por aquelas práticas que persistiram e deixaram marcas, traumas e silêncios em

aberto. A violência assume seu protagonismo como forma e conteúdo de uma sociedade que passa a naturalizar práticas arbitrárias, muito embora seu principal resultado possa ser, ainda como hipótese, a "constituição negativa do sujeito" (GINZBURG, 2012, p. 17), tal como pensada em *Educação após Auschwitz*, de Theodor Adorno, a qual não deve se repetir, nem se esquecer.

Desse ponto de vista, a construção da crítica da literatura sobre a violência fundamenta-se na *Dialética Negativa* de Adorno (2009), compreendida como uma "formulação conceitual centrada em impasses suspensos, em antagonismos que potenciam a si mesmos" (GINZBURG, 2012, p. 149). O movimento da coletânea parte da concepção do herói épico, justificada moral e politicamente por Hegel, aos artigos que problematizam a violência da eleição arbitrária do cânone ocidental literário, como faz Harold Bloom. O autor problematiza a irracionalidade difundida pelo Nazismo alemão e denunciada por Lukács, compreendendo que não são estes meros fenômenos adjacentes aos estudos literários ou dotados de uma objetividade totalizante que se justificariam teleologicamente. Recusa-se a concepção pela qual a violência torna-se destino comum, necessidade, repetição ou constante ameaça, de tal sorte a ser superada por uma síntese idealizada, compondo uma unidade contraditória. Portanto, não haveria uma totalidade que superaria as particularidades, mas apenas um "caminho estratégico para a crítica cultural" (GINZBURG, 2012, p. 153).

A crítica literária da violência não apenas constrói uma relação de objetividade mediante processos estruturais e coletivos. É na literatura de testemunho e na autobiografia que se encontram os complexos processos de subjetivação. A necessidade de narrar o sofrimento, o trauma, a violência corporal ou a sobrevivência demonstra que a linguagem figura como "traço indicativo de uma lacuna, de uma ausência" (GINZBURG, 2012, p. 57) do mesmo modo que tensiona sua legitimação institucional. Já na autobiografia, o sujeito pode ser estabelecido como "campo de observação e investigação" (GINZBURG, 2012, p. 163), derrogando o cartesianismo ordenado e totalizante do narrador mediante o confronto com categorias de pensamento já estabelecidas, o confronto com a experiência reprimida (e possivelmente onírica) ou, ainda, a discussão de sistemas totalizantes e critérios de verdade.

Assumindo uma perspectiva próxima a de Walter Benjamin, a qual concebe o tempo como um "saturado de agoras" (GINZBURG, 2012, p. 145), a literatura brasileira é o objeto de investigação na obra, não em um sentido totalizante, mas pela busca das singularidades que desvelam representações, memórias, silenciamentos e relatos imbricados em melancolia. Portanto, a hipótese da sociedade brasileira ter se erigido por processos históricos demarcados pela violência, causou-lhe traumas ainda existentes e que dificilmente serão superados. Essa perspectiva coaduna-se com a

inferência que "na produção cultural do século XX, encontr[a]mos marcas desse impacto, em formas variadas de elaboração estética e linguística" (GINZBURG, 2012, p. 185), tais como o testemunho, a fantasmagoria, a fragmentação de perspectiva e a dissolução do realismo. As experiências vividas não se constituem, nesse caso, do ponto de vista homogêneo e unificado por um único plano temporal definido pelo autoritarismo nacional. Ao contrário, como se pode analisar em Caio Fernando de Abreu e em Luís Fernando Veríssimo, há uma custosa "tentativa de atribuir sentido à experiência humana", haja visto a inacessibilidade do presente, a fragmentação e incerteza da memória gerada pelo trauma, já que, para esta vítima "as referências de tempo escapam ao controle" (GINZBURG, 2012, p. 187).

O processo pelo qual o indivíduo torna-se vítima permite lançar o questionamento sobre a forma como os direitos humanos são mobilizados na nossa sociedade e, conseqüentemente, na literatura. Exemplos de personagens humildes ou auto-inferiorizados como o Fabiano, do *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, ou Macabéa, de *A Hora da Estrela* de Clarice Lispector, revelam que, em contraste com seus cultos narradores, há uma enorme dificuldade em enunciar a questão dos direitos humanos. O sofrimento vivenciado cotidianamente e a pobreza da linguagem constituem-se em barreiras sociais que, supostamente, se ausentaram de outros personagens mais intelectualizados. Ocorre que, como bem salienta Ginzburg, personagens intelectualizados muitas vezes não são dotados de um senso de reciprocidade, o que desabona (aquilo que pode ser entendido como) uma afinidade eletiva entre inteligência e ética, colocando sob suspeita a percepção de que intelectualidade e letramento garantiriam um senso de moral e ética aos indivíduos. Ao contrário, em sociedades intelectualizadas, muitas vezes, foram pessoas cultas que perpetraram a violência contra os mais humildes, resultando em um não reconhecimento da dor do outro como idêntica ao "eu".

O autoritarismo político que demarca os processos de violência e massacres ocorridos ao longo da História do Brasil parecem normalizar a violência e o trauma, haja vista essa permanência muito mais calcada na sociedade do que seus momentos de democracia. Ao entender o autoritarismo como "uma caracterização de um regime político em que existe um controle da sociedade por parte do Estado, que manipula as formas de participação política e restringe a possibilidade de mobilização social" (GINZBURG, 2012, p. 228), Ginzburg utiliza-se de uma formulação bastante pertinente na Ciência Política e na Sociologia que se debruçou sobre as transições políticas no Brasil. A permanência do autoritarismo na sociedade, mesmo após as mudanças formais e institucionais de regimes políticos é o que garante, não apenas a força do argumento de processos violentos na formação social do Brasil, como também a perpetração de dessas práticas no cotidiano, aquilo que Paulo Sérgio Pinheiro (1991) denominou outrora de autoritarismo socialmente implantado.

Um país cuja violência e autoritarismo são elementos de sua formação social, portanto, acaba por ter sua memória coletiva limitada, acarretando o esquecimento ao invés de presenciar seu debate e ressignificação. Essa fratura permite que a literatura ocupe parte desse espaço de memória, representando não apenas o trauma experienciado, mas também ensaiando perspectivas de quebra dessa continuidade. Os questionamentos e tensões perante situações de violência, como bem observa a partir do conto *A Causa Secreta* de Machado de Assis, e dos romances *S. Bernardo*, de Graciliano Ramos, e *Grande Sertão Veredas*, de Guimarães Rosa, não endossam comportamentos reativos nas personagens ou solidariedade para com os opressores, e sim, reflexões sobre episódios de destruição, mutilação, morte e agressão.

Para tanto, traçar a composição histórica pela qual a literatura brasileira se edificou, tomando como central a questão da violência, implica considerar as suas diversidades sociais, culturais e políticas, sem abdicar das complexidades estéticas próprias. Nesse sentido, o ponto de partida da poesia do período colonial, especialmente a de José de Anchieta, revela como a guerra contra os índios, vistos como "demoníacos", é um fator-chave que possibilita a subjugação racial através da moral religiosa vigente combinada com um prognóstico sobre um fatídico destino de morte. Já ao que se refere à poesia rio-grandense do período Republicano, a guerra é interpretada na matriz do heroísmo, perpassando as memórias individuais e construindo, através do tema da morte, uma dualidade calcada na ambivalência entre "a violência constante e a busca de conservação da ordem, entre impulsos de modernização e a pauta conservadora" (GINZBURG, 2012, p. 289).

Com a mudança social e a complexificação política nacional e internacional, que ocorreu dos anos 1930 aos anos 1950, Carlos Drummond de Andrade ocupa um posto chave na crítica literária de Ginzburg. É em *A Rosa do Povo* que se observa a violência incessante, continuada pelo trauma não superado de períodos anteriores, e que está presente cotidianamente como, em termos adornianos, "mínimo", ou seja, nem plena, nem vazia, mas presente. Trata-se de uma experiência antagônica e incapaz de qualquer síntese, pela qual Drummond dialoga através de uma atitude melancólica, seja representada em sua poesia, seja referente à sua própria postura política e intelectual. O ufanismo, o nacionalismo, o fascismo e o autoritarismo parecem encontrar na ironia de Drummond um freio que os mantém distantes, sobretudo pelo encadeamento da ironia com recursos estilísticos de fragmentação, de ruptura com a linearidade e decomposição. Antípoda de Drummond, Plínio Salgado embasa seu ideário integralista na crítica à fragmentação, representada pelo regionalismo, e em prol de uma unidade cultural e literária brasileira, embora sua predileção pelos valores de guerra e heroísmo estejam expressos na literatura gaúcha.

A organização dos excertos textuais de *Crítica...* induz o leitor atento a uma análise comparativa entre Drummond e Salgado, o que se realizará, do mesmo modo, com as obras de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. A comparação permite sistematizar

a indagação acerca das políticas de memória que perpassa a crítica literária desse conjunto de autores, ou seja, sobre a "interpretação do passado [que] é também um referencial para orientação das ações do presente"(GINZBURG, 2012, p. 355). Nesse sentido, cabe pontuar que, embora sejam diversas as polêmicas sobre a obra de Freyre, no que tange sua perspectiva racial e racista de "democracia racial", não se poderia arriscar uma postura anacrônica de juízo deste autor que não incorra em considerar o debate racial dos anos 1930, onde a visão dominante representada por Vianna é a de uma inferioridade racial científica e metodologicamente embasada. Portanto, essa discussão conduz ao questionamento dos problemas teóricos e metodológicos que se impõem à historiografia da literatura brasileira e às políticas de memória, conforme se problematiza a escravidão, a relação entre intelectuais e política dos anos 1920 e 1940, e, finalmente, as renovações do campo intelectual dos anos 1980 e 1990 perante ondas neoconservadoras que reforçam autoritarismos, exclusões e heranças patriarcais.

Essas permanências de violência não apenas se revelam na literatura e se articulam no próprio pensamento social, como também se complexificam. Em *Infância*, Graciliano Ramos traz o medo constitutivo a partir da relação familiar, revelando uma espécie de origem do medo e do desamparo, que se estabelece em relações de religião, racismo, moral, autoridade, entre outros, embora essa trama possa encontrar alguma solução redentora. A poesia de Murilo Mendes, no que lhe concerne, articula os símbolos do mundo religioso com o autoritarismo militar, encontrando um Deus frustrado que renuncia e abandona o homem ao sabor da morte na guerra. É essa mesma condição que Guimarães Rosa atribui, em *Grande Sertão: Veredas*, a Riobaldo, quando perdido na jagunçaria, mas cuja experiência de vida é profundamente marcada por essa condição, revelando a impossibilidade de controle do processo histórico frente àquilo que Hannah Arendt (2006) descreveu como "terror total".

Os "anos de chumbo" trouxeram um novo conjunto de problemas políticos e sociais pelos quais a crítica literária de Ginzburg navega. Em Clarice Lispector, Ginzburg ressalta seu posicionamento antagônico e questionador perante os rumos das universidades e da literatura no Brasil quando escreve sua *Carta ao Ministro da Educação*, de fevereiro de 1968. Este é um texto que, como ela mesma indica, deveria ser lido como uma "passeata". A contestação política também está presente em *A Legião Estrangeira*, uma contestação comportamental que desvela a homofobia e a heteronormatividade dos padrões conservadores e moralistas da sociedade, os mesmos que ressoava de modo agradável ao regime militar. Por seu turno, Caio Fernando de Abreu tem uma centralidade no estudo da crítica literária para os anos 1970, ao evidenciar os conflitos e instabilidades de gênero, o homoerotismo e o incesto. O autoritarismo, portanto, é evidenciado não apenas em uma relação de conflitos com movimentos políticos, mas está inscrito nas subjetividades, em uma lógica de "se estender ao campo dos impulsos primários" (GINZBURG, 2012, p. 400). O

caminho de crítica ao sistema patriarcal coloca em questão o fato de, sob o ápice da repressão, a disciplina patriarcal passível de ser questionada. Em Caio, diversos são os meios encontrados para problematizar o autoritarismo e sua perpetuação nos micropoderes sociais: através do fluxo de pensamento individual perante a multidão, o exílio político e do próprio sujeito, ao assumir uma condição de marginalidade e o trauma da experiência perante o terror. A dificuldade de integração do tempo individual com o tempo histórico revela um sólido antagonismo que perpassa a exclusão política e social causada por fatores externos e políticos, além da perda de sustentação subjetiva e de desejo perante a morte. A agonia das personagens de Caio contrasta com o humor, a ironia e a insinuação contra o cinismo de Luís Fernando Veríssimo.

Embora imbricadas de traumas e de terror, essas imagens são ainda nítidas quando comparadas com a obra de arte *O Espelho*, de Cildo Meireles. Nela, a incapacidade de resposta racional e esperada por quem se olha no espelho desfaz a experiência humana e desumaniza o sujeito, remetendo-se à cegueira. Porém, ao contrário de subjugação da condição humana, o que está posto é a capacidade de criação de uma poética visual, que se apresenta em outros trabalhos artísticos e cinematográficos (como em *Dancer in the Dark*, de Lars Von Trier), podendo ser tanto uma metáfora dos limites do conhecimento quanto o limite da condição humana ao inumano. A desumanização da violência pode resultar, como no conto *Um Túmulo para Chorar*, de Dalton Trevisan, e no *Passeio Noturno*, de Rubem Fonseca, em motivações não nítidas aos atos violentos, uma reação desmedida, pouco identificada pelo enredo da trama. Nesse caminho, a tortura se erige novamente, como na obra *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós, elemento constituinte de uma "cultura do abjeto" (GINZBURG, 2012, p. 457), um obstáculo de forte presença social, seja pela generalização do medo, seja pela dor vivida e não superada.

Os testemunhos e falas de vítimas da tortura realizada pela ditadura militar, quando pensadas através da crítica literária, relatam profundos traumas pelos quais "o sujeito não se reconhece mais como a si mesmo, mas como um outro", de modo a "contrastar o vazio de sentido do próprio corpo e a imagem composta do inimigo à sua frente" como única "possibilidade de resgate de uma organização de sua constituição como sujeito", e, "por isso, passa a dirigir-se com um pensamento equivalente ao do torturador" (GINZBURG, 2012, p. 483). Essa transmutação do sujeito dessubjetivado ao seu antípoda torturador é bastante reveladora e de uma profundidade estética e psicanalítica, indicando que dificilmente haverá restauração de seus direitos humanos. Pelo contrário, nessa seara, a luz de esperança se funde em uma perda de horizontes, restando apenas a reprodução dos padrões de violência socialmente desejados.

Jaime Ginzburg, ao expor essa trajetória literária e histórica da violência brasileira, toca em pontos vitais para a permanência do autoritarismo e do trauma não superado. O pessimismo adorniano de sua crítica literária é contrabalanceado pela

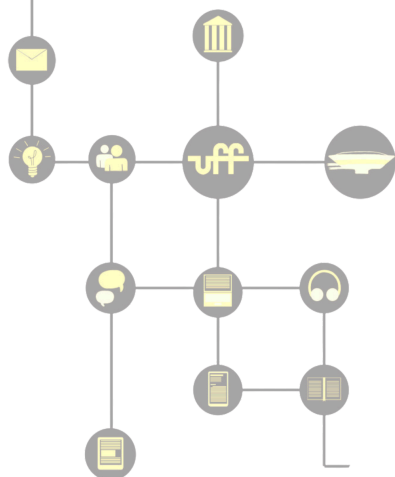
esperança ficcional disposta no próprio conjunto de obras da literatura brasileira, sem que isso, sabiamente, incorra na busca, tão comum ao meio acadêmico, de uma síntese falseada do processo histórico.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. **Dialética Negativa**. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. Lisboa: Dom Quixote, 2006.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e Transição. **Revista USP**, 9, 1991, pp. 45-56.



Quais os limites da racionalidade na relação das Instituições Públicas com os cidadãos em países do Sul Global?

Felipe Vidal Benvenuto Alberto¹

MOISÉS, José Álvaro (org.). *Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

Na tentativa de construir um debate que finalmente pudesse estabelecer assertivamente uma definição acerca do que se trata a frequentemente banalizada confiança institucional, em termos teóricos, o pesquisador José Álvaro Moisés reuniu especialistas capazes de olhar o assunto sob os seus mais diversos aspectos. Formada por dez capítulos, subdivididos em cinco seções temáticas, a “Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?” demonstra preocupação especial com as democracias advindas de movimentos mais recentes, do ponto de vista histórico, ou seja, aquelas muitas vezes chamadas de “democracias jovens”. Uma vez que, segundo o próprio autor argumenta em sua introdução, a desconfiança das instituições públicas por parte da população representa uma ameaça real à qualidade da democracia local, se torna relevante entender os motivos que levam ao afastamento mútuo desses dois fatores nacionais que, idealmente, deveriam trabalhar em constante cooperação. Portanto, seria razoável dizer que Moisés é cirúrgico ao relembrar que instituições públicas são essencialmente instituições democráticas e são suficientemente fortes se e, somente se, estiverem conectadas às necessidades dos cidadãos.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) como bolsista CAPES. Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas pelo CEFET/RJ, com período sanduíche na Université de Lille. Pesquisador do Núcleo de Estudos Atores e Agendas de Política Externa (NEAAPE) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Sócio Estudante da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI).

COMO CITAR: ALBERTO, Felipe Vidal Benvenuto. Quais os limites da racionalidade na relação das Instituições públicas com os cidadãos em países do Sul Global. Resenha do livro MOISÉS, José Álvaro (org.). *Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. In: **Revista Ensaios**, v. 20, jan.-dez., 2022, p. 133-137.

Ao iniciar a obra, o organizador opta por apresentar uma introdução de sua própria autoria acerca da temática da confiança, bem como seus respectivos efeitos sobre as relações entre a população e as instituições democráticas. Em busca de evitar que toda argumentação inserida posteriormente precise ser contextualizada por uma extensa repetição de referências, Moisés realiza o esforço de apresentar o arcabouço teórico que sustenta o debate na área, ainda que sem nutrir uma ingênua intenção de esgotar o tema. Tal introdução se faz essencial não só para ditar o ritmo da compilação, mas para permitir que cada autor trabalhe de maneira mais detalhada, em termos de extensão, seu ponto de vista a partir da premissa de um leitor já previamente introduzido à discussão.

Prover a supracitada contextualização de modo algum implica uma necessidade de padronização na vertente teórica utilizada por cada autor em sua argumentação. Ao contrário, um dos grandes aspectos de destaque da obra é a multiplicidade teórica observada ao longo dos capítulos, ainda que muitas vezes os resultados empíricos apresentados incorram em conclusões semelhantes, mesmo aplicadas a casos distintos. O exemplo máximo desse fator é a exaustivamente repetida referência às contribuições de Easton ao tema, feita por parte significativa dos autores. É de se notar que o autor referido diferencia os tipos de apoio político principalmente em dois distintos eixos: aquele que se estrutura em algum grau de racionalidade, levando em conta os resultados apresentados pelo governo em questão, e aquele que advém de um viés ideológico pré-estabelecido acerca do que seria melhor para a realidade na qual o local em questão se encontra inserido.

Passados os capítulos enfocados na introdução e na fundamentação teórica da obra, uma terceira parte se propõe a aglutinar os estudos de caso aplicados ao Brasil. Novamente preocupado em abraçar os mais diversos aspectos pertinentes ao tema, Moisés opta por iniciar a seção com seu texto mais geral, em termos de abrangência, dentre os escolhidos. Ao prezar pela análise daquilo que os cidadãos brasileiros interpretam como democracia, bem como seu entendimento das instituições, o autor busca entender qual seria também a participação desses mesmos cidadãos no processo de transição entre formas de regime, dado que seu espaço amostral é o Brasil em constante processo de redemocratização nos vinte anos que sucederam o regime militar, por sua vez ditatorial. Mantendo o caráter ensaístico, o dito capítulo, intitulado “Cultura, Política, Instituições e Democracia: Lições da Experiência Brasileira”, promove um significativo número de paralelos com as realidades vizinhas à nossa, ou seja, em outros países latino-americanos. Dado que boa parte da região compartilha a característica de ter democracias ainda fragilizadas por rompantes ditatoriais historicamente recentes, acredita-se que seja razoável aplicar o mesmo arcabouço teórico na busca por entender o grau de adesão dessas populações aos princípios democráticos não só de um ponto de vista utópico. Tal opção de “generalização” pode

ser considerada questionável e, de certa forma, será dentro da mesma obra, uma vez que capítulos futuros tratarão da verificação prática das referidas convicções teóricas.

Ainda dentro do escopo brasileiro, Meneguello escreve “Aspectos do Desempenho Democrático: Estudo sobre a Adesão à Democracia e Avaliação do Regime”, no qual alguns dos tópicos abordados por Moisés anteriormente são demonstrados através de exemplos práticos e pesquisas empíricas. Ao se permitir a análise aprofundada de tabelas de dados provenientes de compilações acadêmicas e pesquisas de opinião promovidas por órgãos idôneos, a autora possibilita a comprovação ou questionamento de vários dos argumentos apresentados anteriormente de maneira puramente teórica, a exemplo da quantificação quanto às dimensões da adesão à democracia. No dito exemplo, são atribuídos valores a itens tidos como essenciais ao bom funcionamento institucional dentro de um regime democrático, a fim de que se construa um índice de adesão à democracia que exista de maneira análoga a outras métricas utilizadas para categorizar regimes, Estados e/ou comportamento populacional. É importante pontuar, entretanto, que, apesar da anexação das perguntas utilizadas no questionário ao fim da seção, a escolha de cada item, bem como sua relevância, guarda uma subjetividade incompatível com a metodologia utilizada, ao menos com base naquilo que nos é apresentado pela autora ao longo do texto, tornando obrigatória a inferência de informações que provavelmente foram formalizadas pela pesquisa.

Já cientes da multidimensionalidade do tema, Moisés e Carneiro iniciam um novo capítulo na intenção de correlacionar três dessas ditas dimensões: legitimidade de regimes democráticos, confiança nas instituições e satisfação popular com o desempenho prático do regime, novamente aplicando o estudo ao caso brasileiro. Partindo dessa premissa, os autores propõem modelos analíticos, a fim de explicarem uma pretensa desconfiança nas instituições públicas, a insatisfação com o desempenho do regime democrático e o frágil apoio à democracia no Brasil e na América Latina. Após um breve desenvolvimento teórico acerca da questão da desconfiança institucional em outros exemplos ao redor do mundo, bem como debates referentes ao apoio político, constrói-se um panorama demonstrativo daqueles fatores que compõem o método utilizado. Ainda que extenuante, o longo detalhamento das variáveis independentes aplicadas aos testes estatísticos se mostra necessário ao bom entendimento dos resultados obtidos, sendo esses amparados em uma grande quantidade de levantamentos quantitativos.

A fim de pôr fim na seção dedicada exclusivamente ao Brasil, Mesquita se volta a um tema frequentemente alvo de controvérsias: a relevância da mídia no posicionamento político dos indivíduos, de maneira mais específica se utilizando do Jornal Nacional, principal telejornal da Rede Globo, como objeto de pesquisa. Apesar da aparente futilidade na coleta de determinados dados dentro da metodologia utilizada pelo autor, há uma exposição bastante satisfatória de diferentes teses que

apontam para efeitos diversificados da mídia frente a população, inclusive a ponto de justificar a escolha de dada metodologia. Desde as alegações de diversionismo até uma pretensa correlação do papel da mídia com maior engajamento político, Mesquita busca apresentar visões dissonantes na estrutura da pesquisa e explicar ponto a ponto os resultados, falhando apenas em amarrar os laços da necessidade de determinados aspectos de mensuração, resgatados posteriormente como essenciais, a exemplo daqueles encaixados no eixo socioeconômico. Em suma, ainda que suas conclusões soem coerentes, utilizam-se de fatores pouco — ou nada — explicados anteriormente.

Ao se iniciar a quarta parte da obra, na qual são compilados três trabalhos que objetivam apresentar debates de temática semelhante aos anteriormente apresentados, porém em realidades distintas ao redor do mundo, admite-se como foco a construção de um estudo comparativo da situação brasileira, extensamente trabalhada até então, para com tais realidades: Europa do Sul e do Leste, México e Coreia do Sul.

Torcal e Brusattin trazem o capítulo “Confiança Institucional nas Novas Democracias Europeias: Outra Dimensão do Apoio Político?” com a abertura de um debate bastante proveitoso acerca da decadente confiança nas instituições de representação democrática em jovens democracias europeias, representada pela figura do “cidadão crítico”, ou seja, aquele que apoia o regime democrático e, em paralelo, leva consigo duras críticas ao funcionamento dos mecanismos que o regem. Suportados por premissas teóricas bastante similares àquelas exaustivamente discutidas nos trabalhos que os antecederam, os autores apresentam também seu modelo de trabalho, focado na comparação multigrupos, e recortam os itens para pesquisa com base no que poderia ser considerado uma democracia historicamente recente da Europa, sendo a maioria proveniente da dissolução da URSS ou do fim de algum outro regime autoritário. O curioso a se apontar, no que tange aos resultados, é a proximidade das conclusões aqui obtidas com aquelas narradas por Meneguello quando aplicadas ao caso brasileiro. Sendo assim, há a confirmação, segundo os métodos utilizados, quanto à pluralidade dos fatores que interferem no apoio político, uma vez que contextos distintos entre si apresentaram similaridades de diagnóstico.

Trazendo novamente a análise para a América Latina, mas não mais aos nossos vizinhos imediatos, Ponte escreve o novo capítulo “Determinantes e Consequências da Desconfiança no México”, a fim de entender as motivações por trás da pretensa desconfiança da população nas instituições democráticas mexicanas. Um grande diferencial da abordagem aqui apresentada é a vinculação do apoio popular ao regime vigente em relação ao tipo de desenvolvimento econômico adotado pelo país. Dessa vez, o tópico da confiança institucional é abstraído de seu sentido mais literal para abranger também questões em menor escala social, possuindo capacidade de influenciar o cotidiano da população e transformando o sistema em ondas, seja para o bem ou para o mal.

Dessa vez, distanciando-se completamente do viés comumente encontrado nessa temática de pesquisa, o último capítulo de conteúdo original apresenta ao leitor uma visão sul-coreana dos tópicos já abordados anteriormente. Dentro da complexidade de um país assolado por ocupações territoriais e por uma guerra separatista que deixa vestígios até hoje, também do ponto de vista interno, há a construção da visão internacional que olha para a Coreia do Sul como uma das mais bem-sucedidas democracias de mercado na Ásia. Do ponto de vista econômico, são poucas as dúvidas quanto à capacidade de prosperar adquirida pelo país, ainda que não sejam poucos os problemas relacionados à desigualdade social, mas a pergunta a ser respondida por Park e Shin, no capítulo, é o quanto essa democracia se mostra de fato representativa na prática.

Dado que é frequente a centralização do conteúdo produzido na área aos temas pertinentes às democracias hegemônicas europeias e/ou aos Estados Unidos, pode-se dizer que “Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?” tem bastante a acrescentar simplesmente pelo fato de se concentrar em regiões fora do eixo supracitado. Ainda que com imperfeições dignas de apontamento, cada estudo compilado buscou um comprometimento metodológico bastante satisfatório e com potencial agregador para a construção de políticas públicas mais eficientes e adaptadas à realidade dos países enfocados.

Primeiro nasceu Pedro, já depois da Abolição.
Filho enfim liberto de Maria, quase ficou famoso
Por ser primo do já célebre *Operário em Construção*.
Mas não encontrou trabalho,
E, por isso, roubou um pão.

Foi linchado em via pública
Por gente de bom coração,
E isso na mesma época, em que num país mais ao norte
– Entoando canções patriotas – matava-se à contramão.

Pedro, coitado, nascera
Na Era dos Linchamentos.
Já longe, entregue ao rio dos tempos,
Ia-se a Era Primeira – a da velha Escravidão.
Ao norte, matava-se à farta – aqui, por um pouco de pão.

Mas então nasceu Jorge – de uma nova geração –
Chamaram-lhe para uma guerra, para defender o país
Dos tais fascistas que nos queriam impor outra escravidão.
Como neto tão direto de Maria, não lhe deram qualquer patente,
Mas lhe atribuíram missão: *deveria buscar minas* (quando fosse sua folga
De ser bucha de canhão).

Num passo em falso, pisou na morte!
Não teve sequer a sorte – o bravo soldado forte –
De merecer uma Missa Breve, ou de ganhar um monumento
("É um pracinha desconhecido, de fato, mas não é da cor que queremos;
O mármore que temos é branco, passemos a honra ao próximo:
Eis aqui a solução").

Iam-se os tempos da Escravidão,
Fora-se a Era dos Linchamentos,
Acabara (de acabar) a Idade da Desrazão.

Abria-se um novo momento: A Era-Segregação!

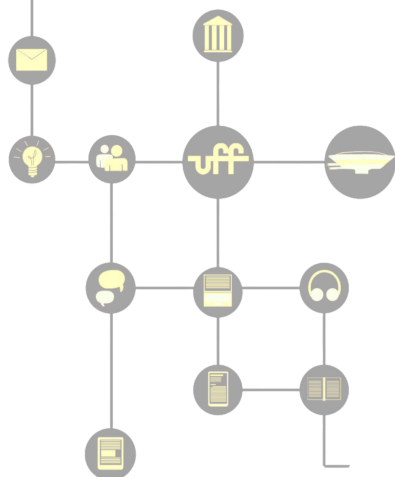
Datam de então as Favelas
Tão próprias para todos, mas especialmente talhadas
Para os bisnetos de Maria.
E ali, no calor de um dia,
Nascia o nosso João:
Finalmente um João!

Pouco sabemos dele
Por falta de documentos.
Dizem que morreu das meninges
No mais duro chumbo dos anos tristes,
Na época em que a doença – proibida nos jornais –
Aceitava a segregação

Só sabemos que foi pai
Do Trineto herdeiro de Maria.
Este, por falta de qualquer emprego,
E por vergonha de pedir esmola,
Tornou-se um bom ladrão.

Roubava dos ricos para dar a pobres,
Ainda que nem precisasse tanto:
Seu destino já fora traçado,
Indiferente à profissão,
Nesta Era da Prisão.

Também ele deixou filho
– O brilhante e sábio *Tetraneto de Maria* –
A vida deste bateu na trave: quase recebeu a cota!
Mas então soube que já chegava
A Era da Assombração.



Arte é luta

Rafaella Andrade Vivenzio¹

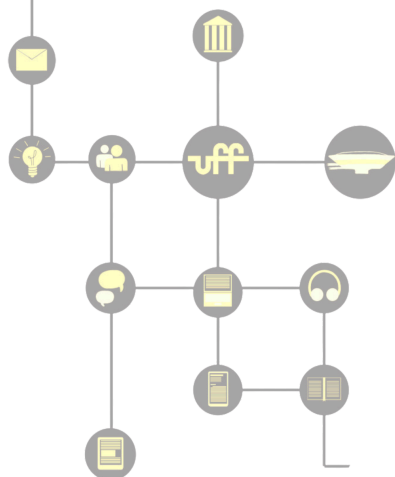
Que culpa eu tenho
Se me expresso através da poesia?
O semestre começou assim
E continuou dia após dia
Tecendo minha vida em versos
Rimando saudade e alegria

Saudade por não estar lá
Alegria por estar aqui
Nesse conflito de emoções
Acredito que amadureci
Amor pelos que deixei
Gratidão pelos que conheci

A vida é uma caixa de surpresas
Para os que inventam de voar
Aprendem que a distância
Não faz o sentimento acabar
E que o mundo é tão grande
Sempre há terras para explorar

¹ Psicóloga, mestranda em Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP). Pós-graduanda em Saúde Mental, Psicopatologia e Atenção Psicossocial no Centro Universitário Uniamérica. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

No universo da Psicologia
Eu resolvi pousar
Deixar ao menos um pouco
Do que eu puder compartilhar
Mostrar que a nossa arte
Também é forma de lutar



[Autosabotagem]

Marcelo Souza Marques¹

E essa gente estéril?

Gente morna, morta, gente chata!

Sempre silencia[da], machuca[da].

Um silêncio que grita,

Que [des]estabiliza!

Sintomas...

A auto-in-suficiência.

Angústia, ansiedade,

Meias verdades!

[In]segurança?

Quem explica, [sente]?

Quem justifica, [entende]?

Quem [quer] fica[r] só?

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha (PPGSP/UVV)

A solitude [DeS]oRgAnIzA,

Mas o inconsciente também **sabota**,

Por **dentro** e por **fora**, sintomas.

Silêncio...